



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO



PROGRAMA
DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM ADMINISTRAÇÃO
DA UFRGS

**Gestão Pública e Participação Popular no município de Ronda Alta,
uma atualização da Administração para o Desenvolvimento.**

Lilian Soares Outtes Wanderley

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGA/UFRGS), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Costa Fachin

Porto Alegre, setembro de 1996

UFRGS
Faculdade de Ciências Econômicas
Biblioteca Gladia W. do Amaral
Av. João Pessoa, 52
91040-000 - Porto Alegre - RS - Brasil

UFRGS
Escola de Administração
BIBLIOTECA
R. Washington Luiz, 855
Fone: (51) 316-3840 - Fax: (51) 316-3091
CEP 91010-460 - Porto Alegre - RS - Brasil

FICHA CATALOGRÁFICA

658 WANDERLEY, Lilian Soares Outtes
W245g Gestão Pública e Participação Popular no
Município de Ronda Alta, uma atualização da
Administração para o Desenvolvimento. / Lilian
Soares Outtes Wanderley Porto Alegre:
PPGA/UFRGS, 1996.
129p.

1. Governo Local. 2. Democracia Radical
3. Administração para o Desenvolvimento
4. Prefeitura Municipal de Ronda Alta

DISSERTAÇÃO APRESENTADA À BANCA EXAMINADORA

ROBERTO COSTA FACHIN
Professor Orientador - Presidente
Programa de Pós-Graduação em Administração/UFRGS

PAULO CESAR DELAYTI MOTTA
Professor Examinador
Programa de Pós-Graduação em Administração/UFRGS

LUIS ROQUE KLERING
Professor Examinador
Programa de Pós-Graduação em Administração/UFRGS

MARCELLO JACOME BAQUERO
Professor Examinador
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política/UFRGS

IVALDO GEHLEN
Professor Examinador
Programa de Pós-Graduação em Sociologia/UFRGS

*Aos meus pais, Maria Lygia e Joel,
e irmãos, Joel, Jorge e Lícia.*

“A participação da comunidade implica uma transformação da cultura administrativa, um processo sistemático e trabalhoso.

Em outras palavras, a capacidade de descentralização se desenvolve progressivamente, e as exigências devem corresponder à capacidade real de execução.

O poder local, como sistema organizado de consensos da sociedade civil num espaço limitado, implica, portanto, alterações no sistema de organização da informação, reforço da capacidade administrativa e um amplo trabalho de formação tanto na comunidade quanto na própria máquina administrativa. Trata-se portanto, de um esforço do município sobre si mesmo” (Dowbor, 1994, p. 72)

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação só foi possível de ser realizada em função do apoio expressado de formas diversas pelas pessoas que partilharam conscientemente ou não, do longo processo que é a elaboração e sistematização do conhecimento. A elas eu gostaria de prestar o meu profundo agradecimento.

Aos meus pais e irmãos por proporcionarem o ambiente de incentivo a um investimento intelectual e me apoiarem durante este meu período de ausência da convivência entre eles.

A cada um dos professores, funcionários e colegas do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Ao professor Paulo C. D. Motta pela amizade, apoio e incentivo à investigação científica desde o primeiro contato, por telefone, passando por momentos de incertezas e inseguranças, quando sua companhia inquisitiva guiava-me de volta ao trabalho.

À professora Jandyra M. G. Fachel pela iniciação no método estatístico para análises qualitativas.

À professora Neusa R. Cavedon pelo apoio, ensinamento da origem antropológica da abordagem de cultura e por mostrar através de sua própria experiência a riqueza de uma abordagem interdisciplinar.

À professora Valmíria C. Piccinini pela amizade, carinho e ensinamentos sociológicos.

Ao professor e orientador Roberto C. Fachin pela atenção e dedicação na fase de elaboração deste trabalho.

Ao professor José Vicente T. dos Santos por proporcionar o meu primeiro contato com o município de Ronda Alta e pelo apoio para a realização da pesquisa de campo.

Aos professores Celi R. Pinto e Cesar Marcello Baquero por terem me despertado o interesse pela Ciência Política.

Ao professor e coordenador Norberto Hoppen pelas demonstrações de profissionalismo, seriedade e confiança numa prática humanista de administração.

Aos professores Louremi E. Saldanha e Luis R. Klering pela minha iniciação na experiência em ensino superior através do estágio proporcionado pela disciplina Laboratório de Ensino.

Nanci, Luis Carlos, Carla e Olga pela simpatia e presteza no atendimento às minhas demandas constantes junto à secretaria do PPGA; e Rosane, Alexandre e Fábio pela eficiência e bom humor nos serviços prestados no laboratório de informática do PPGA.

Aos funcionários da Faculdade de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, principalmente aos que trabalham na Biblioteca desta Faculdade, com maior atenção a Míriam, Graça, Vanda e Maria Ivone pelas indicações de acesso às publicações mais recentes, coleção reserva e banco de dados ProQuest.

A todos os meus professores de graduação na Universidade Federal de Pernambuco. Mas, em especial a Adalbert R. R. Fehlber, Walter F. A. de Moraes, Sonia M. R. Calado e Pedro Lincoln C. L. de Mattos.

Aos habitantes do município de Ronda Alta por constituírem o campo de trabalho onde este estudo é baseado.

Ao Prefeito do município de Ronda Alta, Abrelino Matei, sua esposa, Rose Mari J. Matei; e secretariado, pela atmosfera de confiança e informalidade proporcionando que relatos pessoais sinceros fossem registrados.

Aos estudantes de 5a. série ao 3o. ano do II Grau das escolas municipais e estaduais no município de Ronda Alta, pela calorosa acolhida quando visitados para o preenchimento dos questionários.

À Maira, pelo excelente trabalho de atenta transcrição das entrevistas gravadas em Ronda Alta; e às colaboradoras Márcia e Quélen.

Às minhas grandes amigas em Porto Alegre, Paola Giovaninni, Débora Enriconi, Andréa Antinolfi e Eleonora Vidal e suas respectivas famílias por suprirem as carências afetivas de uma irmã e filha, tornando o inverno de uma experiência sulista numa primavera florida de agradáveis encontros.

Aos que comigo conviveram no Pensionato Santa Teresa durante os dois anos de estudos em Porto Alegre. Em especial às irmãs Maria José, Juliana, Celita, Nair e Hermínia; e às minhas amigas e pensionistas Ana C. Lucas, Fernanda Dias, Renata Dourado, Renata Cavion, Cristiane Pawlowski e Karine Lima; por proporcionarem um ambiente apropriado para estudar, conciliando disciplina com afetividade.

Finalmente, ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo apoio financeiro durante o tempo integral de dedicação ao curso de mestrado.

RESUMO

Este estudo de caso analisa a experiência do Município de Ronda Alta no que diz respeito à participação popular na gestão pública sob a perspectiva de uma atualização da corrente teórica da administração denominada Administração para o Desenvolvimento.

O aspecto de relevância desta abordagem está relacionada com: 1) o contexto histórico dessa experiência; 2) a cultura política predominante; 3) seu reflexo nas atitudes dos indivíduos sobre a eficácia política; 4) o confronto dos dados obtidos com o conceito de democracia radical; e 5) as conseqüências para a administração.

A partir de um questionário respondido por estudantes das escolas municipais e estaduais de 5a. a 8a. série do I Grau e do 1o. ao 3o. ano do II Grau, foram analisados os perfis dos adolescentes que estudam nas áreas rural e urbana do município, considerando o adolescente como representante das idéias da comunidade e a família como principal formadora de sua percepção de mundo.

Entrevistas e observações de campo foram realizados no intuito de traçar um quadro da prática da gestão pública local e como a administração interna percebe a participação popular e quais são suas respostas.

Finalmente, conclui-se no sentido de que uma atualização da Administração para o Desenvolvimento deve ser feita quando se percebe que a mudança no contexto político, social e econômico exige uma radicalização da prática democrática tendo a Administração Pública um papel essencial a desenvolver, que é fornecer a estrutura que suporte tais mudanças.

ABSTRACT

On a review of Development Administration, this essay brings a description of a Public Administration experience with popular participation in a small Brazilian municipality called Ronda Alta.

The main aspects in this study are related to: 1) the historical context of this experience; 2) the leading political culture; 3) its implications on the political behavior of Ronda Alta's inhabitants; 4) relating data in terms of a radical democracy approach; 5) its impact on administration.

Using a questionnaire about political culture which were answered by college students from 10 to 21 years old, a profile was drawn of this municipality values taking into account that family is the most important formative institution.

Interviews and field observation were done intending to register the practice of Local Government and how inner management sees popular participation and which are its answers.

Finally, one concludes toward an updated approach of Development Administration suggesting that when there is such a change in political, social and economical environment it is consequential a democracy and it is argued that Public Administration plays an essential role in it, meaning structure that supports these changes.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	vi
RESUMO	ix
ABSTRACT	x
LISTA DE FIGURAS	xiii
LISTA DE QUADROS	xiv
LISTA DE TABELAS	xv
LISTA DE ABREVIATURAS.....	xvi
1 INTRODUÇÃO.....	17
2 OBJETIVOS	21
3 MÉTODO.....	22
3.1 Estudo Exploratório-Descritivo Combinado - Estudo de Caso	23
3.2 Entrevistas.....	24
3.3 Questionário	25
4 ADMINISTRAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO - EM BUSCA DE UMA NOVA CONCEITUAÇÃO	27
4.1 Administração para o Desenvolvimento	28
4.1.1 Origens	28
4.1.2 Premissas e Finalidade	29
4.1.3 Considerações Gerais.....	31
4.1.4 Para uma Proposta de Atualização.....	35
4.2 Democracia Radical	37
4.2.1 Conceito.....	39
4.2.2 Cultura Política Democrática Radical.....	40
5 RONDA ALTA.....	43
5.1 Histórico do Município de Ronda Alta	43
5.1.1 Sindicato dos Trabalhadores Rurais.....	45
5.1.2 Prefeitura Municipal	47
5.2 A História na Memória das Lideranças - Dos Movimentos Sociais à Prefeitura Municipal	49
6 GESTÃO PÚBLICA E PARTICIPAÇÃO POPULAR EM RONDA ALTA	60

6.1 A Experiência de Ronda Alta na Voz das Lideranças.....	60
6.1.1 Características Peculiares da Participação Popular na Administração Municipal de Ronda Alta.....	62
6.1.2 As Lideranças Comunitárias, Canais de Participação e Conflitos Existentes	64
6.1.3 A Tomada de Decisão, Implementação de Projetos e Dificuldades Locais	69
6.1.4 A Adequação dos Órgãos da Administração Pública para uma Estrutura Participativa, a Questão da Burocracia e o Motivo que Levou a Administração Municipal à Implementação de uma Prática de Participação Popular na Gestão Pública	73
6.1.5 Resultados Obtidos com a Participação Popular	77
6.2 Os Adolescentes Rondaltenses	84
6.3 Eficácia Política.....	89
6.3.1 Cultura Política num Estudo Comparado.....	89
6.4 Participação na Gestão Pública em Ronda Alta.....	100
7 CONCLUSÃO E SUGESTÕES PARA PESQUISAS FUTURAS.....	107
7.1 Gestão Pública e Participação Popular em Ronda Alta, uma atualização da Administração para o Desenvolvimento.....	109
7.2 Sugestões para Pesquisas Futuras	111
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	113
ANEXO 1 - QUESTIONÁRIO SOBRE SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA	118
ANEXO 2 - IMAGENS DE RONDA ALTA.....	128

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Estrutura Organizacional de Ronda Alta antes de 1989	47
Figura 2 - Estrutura Organizacional da Prefeitura de Ronda Alta a partir da primeira gestão do Partido dos Trabalhadores (1989)	48
Figura 3 - Em que cidade você nasceu?	85
Figura 4 - Qual a sua cor?	85
Figura 5 - Na sua opinião, quais são os principais problemas que as escolas como a sua enfrentam hoje em dia?	86
Figura 6 - Você acha que os alunos deveriam ter influência nas decisões da escola?	87
Figura 7 - Quanta influência você acha que as pessoas deveriam ter nas decisões do governo?	88

LISTA DE QUADROS

Quadro I - Diferenças entre Democracia Essencialista e Democracia Radical	39
Quadro II - Composição do perfil do entrevistado, ambiente e tópicos abordados no depoimento	50
Quadro III - Composição do perfil do entrevistado e do ambiente da entrevista	61

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Você costuma falar de política (por exemplo, sobre as eleições) em casa, com pessoas da família, na escola, com vizinhos, etc.?	88
Tabela 2 - Classe Social dos Estudantes nos Municípios de Ronda Alta, Porto Alegre, Santa Cruz, Santa Maria e Estado do Paraná (Cascavel e Curitiba)	92
Tabela 3 - Nível de Escolaridade do Pai, nos Municípios de Ronda Alta, Porto Alegre, Santa Cruz, Santa Maria e Estado do Paraná (Cascavel e Curitiba)	93
Tabela 4 - Nível de Escolaridade da Mãe, nos Municípios de Ronda Alta, Porto Alegre, Santa Cruz, Santa Maria e Estado do Paraná (Cascavel e Curitiba)	95
Tabela 5 - Responsável pelo Sustento da Família nos Municípios de Ronda Alta, Porto Alegre, Santa Cruz, Santa Maria e Estado do Paraná (Cascavel e Curitiba)	95
Tabela 6 - Quem Decide na Família nos Municípios de Ronda Alta, Porto Alegre, Santa Cruz, Santa Maria e Estado do Paraná (Cascavel e Curitiba)	97
Tabela 7 - Pessoas como as de Minha Família Não Têm Nenhuma Influência nas Ações do Governo, nos Municípios de Ronda Alta, Porto Alegre, Santa Cruz, Santa Maria e Estado do Paraná (Cascavel e Curitiba)	98

LISTA DE ABREVIATURAS

- ATRA - Associação dos Trabalhadores Rurais de Ronda Alta
- CEBs - Comunidades Eclesiais de Base
- CETAP - Centro de Tecnologias Alternativas Populares
- CIMS - Comissão Interinstitucional Municipal de Saúde
- CPM - Conselho de Pais e Mestres
- CPT - Comissão Pastoral da Terra
- COMAPEMA - Cons. Mun. de Agric., Pecuária, Energia e M. Ambiente
- COMARA - Cooperativa Municipal dos Agricultores de Ronda Alta
- COTRISAL - Cooperativa Triticola Sarandi Ltda.
- DACO - Departamento de Cooperativa e Orçamento do Estado
- FURDARA - Fundo Rotativo de Desenv. Agropecuário de Ronda Alta
- LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
- MST - Movimento dos Sem-Terra
- PT - Partido dos Trabalhadores
- RBS - Rede Brasil-Sul de Comunicação
- STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais
- UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
- UNACA - União das Associações de Cooperação Agrícola
- UNIJUÍ - Universidade de Ijuí

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo traz como componente principal o interesse da autora em estudar a participação popular na gestão pública municipal, buscando resgatar os estudos de Administração para o Desenvolvimento com o objetivo de atualizar o seu papel a uma nova percepção de sociedade.

Num momento em que a globalização da economia e a forte tendência de efetivação de políticas neoliberais leva ao questionamento das relações entre Estado, mercado e sociedade, refletindo nas mudanças em nível local, regional, nacional e global e, conseqüentemente, buscando alternativas conceituais e práticas para a problemática brasileira, torna-se imperativo também para a Administração rever o seu caráter predominantemente técnico, na visão de Tragtenberg (1971), e efetuar uma interação com as questões sócio-político-econômicas de maneira consciente, responsável e ativa.

Ao enumerar considerações relevantes sobre o tema da participação popular na administração, como: 1) a formalização da noção dos canais de participação, 2) a questão da comunidade organizada participar do governo ou se autogovernar, e 3) as relações existentes entre a participação popular e a inversão de prioridades, Daniel (1990, p. 21) afirma que

“A participação popular - ou alguns de seus atributos - não é panacéia, nem chave milagrosa para a solução de outras questões. Consiste, isto sim, num componente indispensável de um novo método de administrar, baseado na cultura dos direitos inspirada nos movimentos sociais, com seus próprios desafios e virtualidades.”

Para justificar o estudo de uma experiência municipal de Gestão Pública com Participação Popular, que esta pesquisa desenvolve, são utilizadas as palavras de Hamilton Faria na apresentação do trabalho de Souto et alii (1994, p.3):

“O Brasil se vê hoje diante do desafio de reverter a situação de exclusão de milhões de pessoas, que vivem cotidianamente graves problemas de habitação, saúde, transporte, abastecimento, educação. É no dia-a-dia dos municípios que essa realidade explosiva se manifesta concretamente, cobrando dos administradores locais a sua solução. (...) Nesse sentido, o estudo da realidade dos municípios mostra-se cada vez mais importante, na medida em que se encontra na ordem do dia o debate sobre a crise e a necessidade de reforma do Estado.”

Alguns dos diversos significados da palavra participação são mencionados por Semler (1995) ao ressaltar que a inclusão da opção pela participação deliberativa efetiva terá que fazer parte de qualquer partido que esteja atualizado com o pensamento dos anos 90, com todos os altos custos. Já Przeworsky (1995) apresenta três problemas enfrentados por cada sociedade, sendo eles: 1) como tornar manifestas e agregar as preferências individuais, 2) como manter as instituições políticas especializadas responsáveis às demandas democráticas e 3) como satisfazer os objetivos democraticamente escolhidos, referentes à alocação de recursos escassos; considerando o dilema entre a segurança material básica e o Estado liberal-democrático onde “uma democracia madura exige instituições eleitorais que sejam representativas, instituições estatais responsáveis à democracia e mecanismos de alocação de recursos que obedeçam ao processo democrático. Nada menos que isto.” (Przeworsky, op. cit., p. 134)

Localizada a 320 Km de Porto Alegre, Ronda Alta é caracterizada como o berço dos movimentos populares do Rio Grande do Sul, pois foi lá que teve início o Movimento dos Sem-Terra. Ronda Alta tem a participação popular como atitude consciente que fez com que grupos de trabalhadores assumissem o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e, posteriormente, a Prefeitura Municipal, implementando a participação como prática de ação.

A questão do desenvolvimento é multifacetária, com diferentes enfoques, ênfases e prioridades. A partir das diferentes publicações levantando novas necessidades, gerando diferentes enfoques sobre a questão do desenvolvimento e buscando o papel da administração neste contexto, busca-se responder aos

seguintes questionamentos: o que caracteriza a efetiva participação da população de Ronda Alta no processo de desenvolvimento? Como é exercida a liderança nas comunidades? Quais os conflitos gerados? Como se dá a dinâmica do processo de tomada de decisão na coletividade e a implementação de projetos? Quais as características da Administração ao se adequar à nova realidade? Como se dá a flexibilização dos órgãos da Administração Pública? O que leva os líderes políticos do município a trabalhar a gestão pública com a participação popular? E, finalmente, quais são os resultados obtidos?

Esta dissertação discute questões relativas à gestão pública e participação popular no município de Ronda Alta sob os referenciais teóricos da Administração para o Desenvolvimento e da Democracia Radical, propondo uma atualização conceitual para o primeiro.

A Administração para o Desenvolvimento, conhecida também como “*Development Administration*” ou “*Comparative Administration*”, teve origem nos anos 60 através de órgãos internacionais e conforme Motta (In: Caiden, 1988, p. 101): “surgiu da premência de preencher a grande defasagem que havia entre a elaboração de planos de desenvolvimento econômico e a capacidade administrativa das nações em desenvolvimento para implementar estes planos.”

Uma abordagem atual desta corrente tem como principal crítica à Administração Pública tradicional a separação das atividades de planejamento das de execução, ocasionando a dificuldade ou até mesmo o impedimento da concretização dos projetos. A conclusão que Silva Fº (1983, p. 13) tira da análise do papel da administração é que a “Administração vem se transformando em ponto de estrangulamento do processo de desenvolvimento, ao invés de ser um fator de agilização”.

Outro ponto de relevância quando se propõe uma revisão conceitual da Administração para o Desenvolvimento é a questão da crescente valorização da dimensão local, leia-se, nas relações de poder governamental, como delimitação municipal. Nas palavras de Carvalho (1993, p. 8):

“Outra perspectiva de conceituação do local é aquela que o analisa como contraponto ao global. Nesse sentido, as características específicas do local tomam uma dimensão valiosa. O local passa a ser definido como espaço de fenômenos singulares, que podem ou não ser generalizáveis, onde a particularidade e o contingente constituem-se em objeto de investigação.”

O conceito de Democracia Radical é o segundo referencial teórico que será introduzido, no propósito de auxiliar no entendimento da realidade local quando a teoria política tradicional perde seu poder explicativo ao insistir em enfoques essencialistas. Mouffe (1992) apresenta a democracia radical como uma visão não universal, não racional e não individualista do pluralismo de valores existentes em uma sociedade.

Na experiência de Ronda Alta, objeto desta dissertação, os principais focos de observação são:

- 1) as lideranças advindas dos movimentos sociais locais que hoje ocupam posições formais de liderança, com depoimentos obtidos através de entrevistas gravadas;
- 2) os estudantes de 5a. série do I Grau ao 3o. ano do II Grau, com dados coletados por questionários aplicados nas escolas municipais e estaduais;
- 3) a composição da organização da sociedade civil no pleito de suas demandas; e
- 4) observação local e análise documental.

2 OBJETIVOS

Definido como campo de investigação o município de Ronda Alta, a presente dissertação tem por objetivo principal descrever e explorar o processo de participação popular na gestão pública e sugerir, a partir desta experiência de administração municipal, uma revisão da abordagem conhecida como Administração para o Desenvolvimento sob o enfoque do referencial teórico da democracia radical. Dentro desse contexto, os objetivos específicos são os seguintes:

1. descrever os aspectos culturais determinantes e/ou influentes na participação popular em Ronda Alta;
2. observar e descrever as práticas administrativas, enfatizando alternativas de adequação à participação popular;
3. descrever formas de participação e representatividade popular junto à Prefeitura Municipal;
4. identificar indicadores de resultados da participação popular no desenvolvimento do município; e
5. apontar as contribuições que o caso estudado oferece a uma reconceituação da Administração para o Desenvolvimento.

3 MÉTODO

O trabalho de Tripodi, Fellin e Meyer (1981) fundamenta o método aplicado. De acordo com os autores os estudos de pesquisa podem ser classificados como experimentais, quantitativo-descritivos e exploratórios, variando em função dos objetivos da investigação e suas estratégias e métodos.

Ao desenvolver a pesquisa “Gestão Pública e Participação Popular no Município de Ronda Alta, uma atualização da Administração para o Desenvolvimento”, não são estabelecidas generalizações empíricas, daí não se tratar de um estudo experimental¹ ou sequer quantitativo-descritivo²; mas sim de um estudo exploratório tendo seu principal objetivo “na articulação de conceitos e no desenvolvimento de hipóteses” (Tripodi, Fellin e Meyer, op. cit., p. 22).

Ao comentarem as técnicas de pesquisas a serem utilizadas em um estudo exploratório, Tripodi, Fellin e Meyer (idem) afirmam:

“Enquanto que uma variedade de técnicas de pesquisa (tais como procedimentos de entrevistas e observação participante) pode ser usada, menos interesse é dedicado à aplicação sistemática de procedimentos de pesquisa para descrever relações quantitativas exatas entre variáveis.”

Estes autores subdividem a Pesquisa Exploratória³ em três subtipos: 1) Pesquisa Exploratório-Descritiva, 2) Pesquisa que Usa Procedimentos Específicos, e 3) Manipulação Experimental. Dentre os subtipos apresentados, pode-se afirmar que o Exploratório-Descritivo é o que melhor se adequa ao

¹ Tripodi, Fellin e Meyer (op. cit., p. 21): “Os estudos experimentais têm a finalidade geral de produzir generalizações empíricas, i. e., hipóteses verificadas.”

² Tripodi, Fellin e Meyer (op. cit., p. 22): “Existe uma variedade de estudos quantitativo-descritivos cujos objetivos vão da produção de fatos à determinação de correlações entre variáveis selecionadas e o teste de hipóteses através de aproximações a rigorosos projetos experimentais.”

³ Tripodi, Fellin e Meyer (op. cit., p. 40): “A categoria de estudos exploratórios distingue-se da categoria de estudos quantitativo-descritivos em que sua finalidade principal é refinar conceitos e enunciar questões e hipóteses para investigações subsequentes. (...) Estudos exploratórios incluem tipicamente uma grande quantidade de informações para um único caso ou para um pequeno número de casos.”

objeto desse estudo. O conceito que os autores dão para o subtipo é (op. cit., p. 65) no sentido de que os:

“Estudos exploratórios-descritivos combinados são aqueles estudos exploratórios que procuram descrever completamente um determinado fenômeno. A preocupação pode ser com uma unidade de comportamento, como no estudo de um caso, para a qual análises empíricas e teóricas são feitas. As descrições estão tanto em forma qualitativa como quantitativa e a acumulação de informações detalhadas por meios como observação participante pode ser encontrada. Os procedimentos de amostragem são flexíveis e pouca atenção é geralmente dada ao caráter representativo sistemático.”

3.1 Estudo Exploratório-Descritivo Combinado - Estudo de Caso

Tendo em vista os objetivos deste estudo, que é o aprofundamento da descrição de determinada realidade, fica caracterizado este modo de investigação como sendo um estudo de caso. De acordo com Triviños (1990, p. 111),

“No estudo de caso, os resultados são válidos só para o caso que se estuda. Não se pode generalizar o resultado atingido (...). Mas aqui está o grande valor do estudo de caso: fornecer o conhecimento aprofundado de uma realidade delimitada que os resultados atingidos podem permitir e formular hipóteses para o encaminhamento de outras pesquisas.”

Ainda de acordo com Triviños, os Estudos de Casos podem ser: 1) histórico-organizacionais; 2) observacionais; ou 3) história de vida. Este estudo não se adequa ao histórico-organizacional por não focar uma organização específica, nem à história de vida por não ser utilizada a entrevista aprofundada. O estudo de caso observacional, é o tipo de método qualitativo apontado pelo autor como o que melhor se aplica ao caso.

Bruyne, Herman e Schoutheete (1977, p. 224) descrevem assim o estudo de caso:

“O estudo de caso reúne informações tão numerosas e tão detalhadas quanto possível com vistas a apreender a totalidade de uma situação. Por isso ele recorre a técnicas de coleta das informações igualmente variadas

(observações, entrevistas, documentos) e, aliás, freqüentemente refinadas: observação participante, sociometria aplicada (...), pesquisa de tipo etnográfico.”

Daí conclui-se que a metodologia utilizada é denominada de estudo exploratório-descritivo combinado, utilizando o município de Ronda Alta como campo de investigação, combinando a observação em dois períodos, entrevistas semi-estruturadas, análise documental de materiais referentes à história do município e questionário sobre Socialização Política.

3.2 Entrevistas

As entrevistas realizadas com alguns líderes formais podem ser classificadas como semi-estruturadas e para facilitar a entrevista foi usada uma lista de tópicos ou o que Oppenheim (1992, p. 52) denomina de agenda oculta:

“Uma agenda oculta é uma lista de tópicos (não necessariamente perguntas) a serem abordados numa entrevista exploratória (...) mas não é esperado que cada entrevistador mencione todos os tópicos (...) Quando um tópico mostra-se produtivo com um entrevistado em particular, a entrevista seguirá o fluxo, mesmo correndo o risco de deixar de cobrir outros tópicos.”

Seguindo orientação mencionada no trabalho de Leal e Fachel, (1994, p. 9):

“A orientação é a de que entre o entrevistador e o entrevistado deve ser estabelecida uma relação informal, com cumplicidade e agradável. A ênfase da entrevista é a situação etnográfica, em detrimento de perguntas e respostas fechadas. Os esforços de sistematização dos dados deve ser feito a posteriori. O fluxo da entrevista deve seguir a fala do entrevistado.”

Foram realizadas sete entrevistas gravadas, com duração média de uma hora cada, no local de trabalho de cada entrevistado e não foi registrada nenhuma resistência pela utilização do gravador. Após a transcrição cuidadosa de cada

depoimento foram analisadas e separadas as falas de acordo com os assuntos de maior relevância para esta pesquisa, constituindo então o ítem 7.1.

3.3 Questionário

O questionário sobre “Socialização Política e Construção da Cidadania”⁴ foi aplicado aos estudantes de 1o. e 2o. graus, no município de Ronda Alta com o objetivo de identificar o perfil de seus habitantes, considerando o adolescente como legítimo representante das atitudes e pensamentos dos componentes de uma sociedade.

Justifica-se a escolha do grupo de estudantes com a afirmação de Nazzari (1995, p. 13):

“Uma verdadeira estrutura de atitudes começa a se formar desde os anos pré-escolares, ainda que a compreensão destas atitudes só venha a se configurar durante a adolescência. A Adolescência inicia-se na puberdade, mais ou menos aos 13 ou 14 anos e se prolonga, dependendo o caso, até 20 ou 21 anos. É um período importante, quando o indivíduo internaliza, através do processo de socialização, valores e crenças que poderão determinar sua maior participação política e fortalecimento da democracia.”

No município de Ronda Alta não existem escolas particulares. Na composição da amostra foram incluídas escolas de I Grau completo, estaduais e municipais, nas zonas rural e urbana; e de II Grau, a única escola existente, estadual, na zona urbana. Segundo dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação existem no município 1.019 (hum mil e dezenove) estudantes nas séries de 5a. série ao 3o. ano do II Grau.

⁴ Questionário elaborado pelo Núcleo de Pesquisa e Documentação da Política Rio-Grandense e dos Países do Cone Sul da América Latina (NUPERGS) do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) sob a coordenação do professor e pesquisador Dr. Marcello Baquero Jacome, utilizado no projeto integrado “Partidos, Comportamento Eleitoral e Cultura Política na Consolidação Democrática da América Latina” (Baquero, 1991) e no trabalho de Nazzari (1995), permitindo assim uma análise comparada.

Na composição da amostra de estudantes foi observado o seguinte perfil: 1) idade - 92% encontram-se entre 11 e 17 anos (10 anos, 1%; 11 anos, 14%; 12 anos, 7%; 13 anos, 24%; 14 anos, 14%; 15 anos, 13%; 16 anos, 12%; 17 anos, 8%; 18 anos, 1%; 19 anos, 2%; 20 anos, 2%; e 21 anos, 2%); e 2) gênero - 51 % são do sexo masculino e 49%, feminino.

A socialização política está intimamente ligada com a forma de influência do cidadão no sistema político. O questionário aplicado aos adolescentes estudantes é formado de 66 perguntas, totalizando 120 variáveis. O presente estudo não analisará todas as variáveis mas deter-se-á naquelas que se mostrarem mais relevantes para que seja traçado o perfil do cidadão rondaltense e posteriormente nas questões que abordam a família, considerada uma das principais agências de socialização política (Nazzari, 1995 e Schmidt, 1996), quando então será realizado um estudo comparado com os de Nazzari (1995), em Curitiba e Cascavel, e Baquero (1991), em Porto Alegre, Santa Cruz, e Santa Maria.

Todas as amostras foram realizadas através de estratificação de conglomerados sendo posteriormente feitas escolhas aleatórias. No Paraná, a amostra foi composta por 507 estudantes de Curitiba e Cascavel; nos municípios gaúchos como Porto Alegre, 567; Santa Cruz, 320; Santa Maria, 249; e Ronda Alta, 100.

4 ADMINISTRAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO - EM BUSCA DE UMA NOVA CONCEITUAÇÃO

A Administração para o Desenvolvimento gerou algumas publicações e obteve repercussão maior no exterior do que dentro do nosso país. Apesar de sua escassa divulgação, a abordagem da Administração para o Desenvolvimento pode ser considerada bastante atual, embora precise de algumas revisões e atualizações para que seja inserida no contexto contemporâneo. Os componentes principais dessa revisão é a mudança do enfoque, de promoção do desenvolvimento através de uma instituição centralizadora para desenvolvimento via governo local e, como implicação, uma aceitação de maior presença dos interesses populares, ou seja, dos movimentos sociais.

Para a operacionalização da abordagem do desenvolvimento torna-se fundamental a organização de um projeto coerente de civilização, o que, no enfoque de Sachs (1986, p. 33), “pressupõe que as escolhas dos objetivos e dos meios sejam constantemente postas em causa à luz dos resultados obtidos e dos novos conhecimentos. O processo de desenvolvimento exige procedimento institucional flexível, em que o debate sobre as alternativas ocupará amplo espaço”. O autor, ao tratar das questões mais importantes de um desenvolvimento voltado para a satisfação das necessidades fundamentais, lista duas, sendo a primeira o esforço para determinar os conteúdos concretos do crescimento em função dos objetivos sociais desejados, e a segunda a criação de condições favoráveis a um movimento de auto-organização da base, com vistas ao desenvolvimento.

Para que a Administração para o Desenvolvimento desempenhe o papel que a presente revisão conceitual sugere, será incluído um referencial teórico da ciência política denominado Democracia Radical

4.1 Administração para o Desenvolvimento

O objeto principal da Administração para o Desenvolvimento envolve, inicialmente, a definição do objetivo: a que se destina, para quem e em que condições, como sugere Maranhão (apud Mello e Souza, 1984); só então é possível passar a tratar de sua implementação.

4.1.1 Origens

Na Conferência sobre a Organização Administrativa para o Desenvolvimento Econômico, realizada em Cambridge, em 1959, pelo Real Instituto de Administração Pública (1964), o ponto de partida foi a consideração do papel dos governos como responsáveis pela aceleração e êxito do desenvolvimento econômico, cabendo a eles o dever de formular os planos de longo prazo e proporcionar os meios para sua execução.

Mello e Souza (1984), em trabalho apresentado no V Encontro Brasileiro de Administradores, em agosto de 1984, registrou a perspectiva histórica da Administração para o Desenvolvimento. Segundo o autor (Mello e Souza, op. cit., p. 7)., o momento genético tem como marco simbólico o período 1960/1961, quando o movimento surgiu “em decorrência de forças históricas, buscando uma perspectiva nova na administração”. Trabalhos desenvolvidos pela Brookings Institution, nos Estados Unidos, orientavam-se para a área de Administração para o Desenvolvimento através de um grupo chamado Comparative Administration Group, composto por Robert Daland, Fred Riggs, Irving Swerdlow e Frank Sherwood.

Na década de 60, simultaneamente com a publicação das obras de Swerdlow (1963) e Riggs (1964), o movimento da administração para o desenvolvimento tomou força interna e maior dinâmica, atingindo seu apogeu.

Em 1967, a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), em trabalho pioneiro, incluiu a disciplina “Administração para o Desenvolvimento” no seu currículo de graduação em Administração, com ênfases nos estudos, pesquisas e correlações entre administração e desenvolvimento.

Alguns cursos de pós-graduação em Administração para o Desenvolvimento foram ministrados pela Escola de Administração Pública (EBAP), da Fundação Getúlio Vargas. Foi criado o Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento (CLAD), com estímulo das Nações Unidas, tendo sua sede em Caracas. Em 1977, foi fundado no Recife, com o apoio da UFPE, o Instituto Nacional de Administração para o Desenvolvimento (INAD), no intuito de transformar o instrumento administrativo em elemento agilizador dos programas de desenvolvimento.

4.1.2 Premissas e Finalidade

Após o entendimento da origem histórica da Administração para o Desenvolvimento, passa-se, então, ao questionamento pertinente feito por Maranhão (apud Mello e Souza, op. cit., p. 17):

“Desenvolvimento para que e para quem? Administrar para beneficiar quem? Essas são no nosso entender, as questões fundamentais, ou seja, não basta apenas modernizar uma administração adequando-a ao contexto econômico, político e social, dos países subdesenvolvidos (...) A não ser que imaginemos uma sociedade em certo sentido consensualista, idealista, sem diferenciações de classes, sem jogo forte de interesses e de poder, dificilmente, poder-se-ia pensar na idéia de administração para o desenvolvimento, sem antes passarmos por uma discussão cuidadosa sobre que tipo de desenvolvimento a sociedade pretende para si, e, a partir daí, discutir os meios e os caminhos, pelos quais esse desenvolvimento, essas metas socialmente definidas, poderiam ser alcançadas.”

Parece óbvio mas, ao se analisar a experiência prática da Administração para o Desenvolvimento, percebe-se a contradição prática existente entre o planejamento e a sua execução, onde os administradores não participam da

concepção do plano e, posteriormente, definem as estruturas e mecanismos operacionais, gerando, na visão de Silva Fº (op. cit., p. 8). um hiato ou descompasso e atrasando a implementação dos programas.

Ao questionar a passividade do administrador na concepção de planos de desenvolvimento, Silva Fº (op. cit., p. 8-9) menciona que

“Analisando possíveis causas históricas dessa dicotomia entre planejamento e execução, observa-se que nos cursos normalmente estuda-se economia, desenvolvimento e administração, entretanto, sob um enfoque autônomo e sem a interdependência que as disciplinas sociais exigem. (...) Em síntese, pode-se concluir que, no quadro atual, o planejamento institucional e administrativo não é parte integrante do planejamento global. O administrador, então, realiza todo o planejamento administrativo, ou adjetivo, após receber os planos, programas e projetos devidamente prontos.”

Ora, mas se copiava-se o modelo desenvolvimentista de uma realidade administrativa dos países mais desenvolvidos como aponta Motta (1988), não poderia o planejamento ocorrer de forma diferente senão centralizada e separando-se o planejamento da implementação.

Sachs (1986, p. 25) no entanto, observa que “o planejador é considerado como um tecnocrata que não deve ter influência sobre o que constitui a essência mesma do planejamento: a elaboração do projeto de sociedade.”

Uma sistematização das premissas da Administração para o Desenvolvimento foi feita por Nef e Dwivedi (1988), dividindo-as em quatro conjuntos:

- 1) premissas metodológicas - com três traços principais: (a) ênfase no contextualismo e na “ecologia” da administração, (b) o caráter interdisciplinar onde foram agregados conceitos aos da ciência política clássica e da administração pública ocidental, e (c) utilização do empirismo-lógico com o fomento da teoria e testagens das proposições através da análise empírica;

- 2) premissas sobre o desenvolvimento - com cinco temas predominantes:
 - (a) o desenvolvimento só pode ser atingido através da difusão dos valores e da tecnologia ocidentais;
 - (b) o traço predominante do desenvolvimento é o desenvolvimento econômico;
 - (c) o crescimento econômico acarretariam o desenvolvimento político;
 - (d) o processo de desenvolvimento é evolucionista passando do estágio tradicional ou agrário para o industrial;
 - e (e) a ênfase na harmonia da mudança estável e ordenada.
- 3) premissas sobre o político - sobre a concepção do Estado e o desenvolvimento:
 - (1) identificação do desenvolvimento político com a idéia de democracia liberal;
 - (2) a autonomia do Estado-nação;
 - e finalmente as
- 4) premissas administrativas - é enfatizado o tratamento do comportamento administrativo como atividade intrinsecamente racional envolvendo três aspectos:
 - (a) a eficiência e racionalidade da organização burocrática,
 - (b) separação entre política e administração, supondo que a última seja regida por princípios universais objetivos que transcendem os impulsos irracionais e o debate ideológico e
 - (c) difusão tecnológica, econômica e institucional oriundas das regiões “desenvolvidas” para as subdesenvolvidas como isenta de valor e culturalmente neutra.

4.1.3 Considerações Gerais

Percebe-se que o levantamento de questões fundamentais a respeito de caminhos de desenvolvimento não é temática apenas daquele período, mas a constante reformulação desta pergunta é observada em diferentes épocas e áreas do conhecimento, destacando-se a Economia, Sociologia, Ciências Políticas,

Ecologia, Agronomia, e, claro, Administração, dentre diversas outras, sugerindo a necessidade de uma interdisciplinariedade para a abordagem de alternativas.

Quanto à significância do papel da Administração Pública para o desenvolvimento, é válido retomar o argumento de Toulmin, Chandram e Chandradhat (In: Lubin et alii, 1965, p. 101), para quem

“A importância da administração pública para o desenvolvimento é, de um modo geral, menos reconhecida do que outros fatores essenciais ao progresso. A boa administração pública, todavia, é imprescindível ao desenvolvimento. Se as demais condições essenciais existirem em grau suficiente e a administração pública for, em geral, boa, haverá progresso econômico. Se os demais requisitos estiverem presentes, mas a administração pública for deficiente, haverá muito menos progresso ou até mesmo nenhum.”

Quanto à questão de a Administração para o Desenvolvimento ser predominantemente da área da administração pública, Mello e Souza (1984, p. 10) comenta que

“Com relação ao início do uso da expressão Administração para o Desenvolvimento, que parecia contraditória pois, sem dúvida, sempre foi administração para o desenvolvimento, o dado fundamental seria o termo pública, ou seja, administração pública para o desenvolvimento, quer dizer, o setor que dinamiza, puxa, organiza, tem maiores condições de decidir sobre a aplicação de capitais, tem maiores possibilidades de gerenciar, administrar todo o processo, advindo de tudo isso, o nome simplificado de Administração para o Desenvolvimento.”

Ao afirmar a predominância da administração pública na Administração para o Desenvolvimento, o que se considera é a realidade da situação governamental no que diz respeito ao forte papel do Estado na gestão das políticas de desenvolvimento; isto, no entanto, não implica que se esteja excluindo a importante participação do setor privado, ou seja, da administração de empresas.

No modelo tradicional de desenvolvimento econômico, utiliza-se como índice analítico o Produto Interno Bruto (PIB) ou ainda o Produto Nacional Bruto (PNB), não considerando fatores como distribuição de renda, estrutura da

pirâmide etária, estrutura da População Economicamente Ativa (PEA), taxas de desemprego, modelo tecnológico, dentre outros de grande relevância para o assunto. A simplicidade das teorias de desenvolvimento que circularam imediatamente após a Segunda Guerra Mundial, levaram a pensar que o rápido crescimento das forças de produção provocaria um efetivo processo de desenvolvimento que se estenderia a todos os domínios da atividade humana.

Tendo Rostow (apud Costa, 1991: p. 126) como o principal divulgador dos chamados ‘princípios desenvolvimentistas’, através do seu livro “Etapas do Desenvolvimento Econômico”, foi criada a teoria do desenvolvimento mimético, que consiste no estabelecimento das cinco etapas do desenvolvimento como regras a serem seguidas. Como escreveu Rostow (1978, p. 16): “É possível enquadrar todas as sociedades, em suas dimensões econômicas, dentro de uma dos cinco seguintes estágios: a sociedade tradicional, as condições para o arranco, o arranco, a marcha para a maturidade e a era do consumo em massa.” A constatação da impossibilidade da aplicação universal do modelo levou pesquisadores a elaborarem outros estilos de desenvolvimento.

Sachs (op. cit., p. 22-23), ao analisar a crise de desenvolvimento que hoje acontece, observa que a crise se refere ao crescimento mimético, tentando refazer o caminho percorrido pelos países industrializados e resultando, na melhor das hipóteses, na recriação de uma sociedade industrial ocidental para uma minoria, assegurada às custas da marginalização das massas pobres dos campos e das cidades. No dizer do autor,

“Isto num momento em que os limites de crescimento selvagem aparecem, por sua vez muito claramente, nos países mais ricos: ameaça nuclear, desemprego estrutural, graves atentados ao meio ambiente, crescente mal-estar de uma parte dos jovens que a religião do progresso técnico decepciona e que não querem pagar com alienação o direito de possuir e de consumir quantidades cada vez maiores de produtos industriais. A crise atual não se reabsorverá por uma fuga para diante, consistindo em produzir “mais a mesma coisa”, ou seja, repetindo o passado. É hora de revisões dilacerantes, de uma avaliação crítica dos projetos de civilização, de explicação das escolhas axiológicas, de procura de estilos de vida diferentes, de desenvolvimento endógeno e não mimético, voltado para a

satisfação das necessidades reais da sociedade e realizado em harmonia com a natureza, em verdadeira simbiose entre homem e a terra.”

Daí a necessidade de mudança também no papel da administração; esta deve deixar de ser considerada como ‘ponto de estrangulamento’ para se transformar em ‘fator de desenvolvimento’, adequando o planejamento no processo da administração ao seu novo papel, conforme preconiza Sachs (op. cit., p. 28),

“De gerencial e economicista, o planejamento deve tornar-se visionário e pluridimensional, sem cair, por isso, no voluntarismo que ignoraria as limitações reais e negligenciaria em aplicar-se a desfazer os gargalos de estrangulamento que paralisam a ação. Em vez de tomar uma postura técnica de instrumento para a realização eficaz dos objetivos sociais postulados pelo poder político, ele deve acentuar o seu papel eminentemente político de organizador do processo de aprendizagem social por intermédio do qual os homens aprendem a identificar suas margens de liberdade, a inventar formas de tirar delas proveito e a tomar as decisões que se impõem para o desenvolvimento.”

A criatividade e a dinâmica institucionais, trazendo novos conteúdos às instituições existentes e multiplicando os componentes da sociedade civil, como associações de bairro, na cidade e no campo, encorajando a experimentação social ao nível mais humilde, gerando cidadania como consequência, exigirão a revisão do papel do administrador, trazendo mudanças na sua formação, exigindo uma reforma também no ensino. Nesse sentido, (Sachs, op. cit., p. 37) postula que

“o especialista em desenvolvimento deve ser um pouco historiador e preparar-se para a prospectiva, retirando da matéria histórica a lógica vivida do desenvolvimento, ou seja, fazendo a história-ficção. (...) ... é preciso iniciar o mais cedo possível jovens pesquisadores na arte de fazer progredir a teoria a partir de situações concretas. A universidade deve abrir-se à prática cotidiana, se desejar cumprir seriamente a sua função de formação de agentes capazes de enriquecer a teoria do desenvolvimento.”

Em trabalho recente, Mattoso (apud Leite, 1994, p. 582) se posiciona visualizando uma saída: “trata-se da negociação de um verdadeiro projeto

nacional, objetivando articular a formação de um bloco social 'produtivo' capaz de enfrentar os desafios da Terceira Revolução Industrial e a gestação de um novo padrão de desenvolvimento.”

Sobre um projeto de desenvolvimento para o Brasil, David (1995) aponta como imperiosa a necessidade de se superar a pobreza absoluta que mostra-se presente para 45 milhões de pessoas, e comenta (p. 145):

“Na realidade, pode-se concluir que não existem impossibilidades econômicas para que o Brasil atinja um estágio de desenvolvimento que permita a superação da pobreza, uma maior equidade social e um nível de qualidade de vida pelo menos similar ao Sul da Europa. O que é imprescindível é a decisão política para fazê-lo, construindo as condições de um projeto que a sociedade tome em suas mãos para implementar.”

4.1.4 Para uma Proposta de Atualização

Em 1995, Tummala faz referência ao livro publicado por Arora (1992) em homenagem a Riggs, intitulado: “Politics and Administration in Changing Societies: Essays in Honour of Professor Fred W. Riggs”, apontando como principal contribuição fornecida por um dos pais da Administração para o Desenvolvimento, seu enfoque ecológico para a administração pública, numa época em que ainda se acreditava que qualquer coisa que funcionasse nos Estados Unidos (mesmo que não suficientemente bem) poderia servir para qualquer outra nação. Caiden (apud Tummala, 1995) afirma que o homenageado é um dos poucos autores que une de forma significativa os estudos das instituições políticas com as instituições administrativas e que por este mesmo motivo é que autores de 4 continentes se reuniram para editar a publicação citada. Nas palavras de Riggs (1968, p. 454):

“A natureza de um sistema político e da rede de comunicações são fatores que normalmente não se consideram parte integrante do sistema propriamente dito; são parte de seu ambiente. O estudioso da ecologia administrativa não está interessado na rede de comunicações por seu valor intrínseco, mas tão-somente por causa do impacto que tem no processo administrativo. O caráter desse impacto é a ecologia. A necessidade de

compreender esse impacto determina o crescente interesse pela ecologia da administração.”

Limitações genéricas dos estudos na área da Administração para o Desenvolvimento são apontados por Motta (1988, p.103), como decorrentes principalmente de dois enfoques: 1) os trabalhos procuram constatar formas de administração tradicional e formas de administração moderna, valendo ressaltar que a “forma moderna” é previamente definida e parte da premissa de que são mais eficientes e eficazes em função de sua existência nos países onde a administração é considerada mais eficiente e eficaz; 2) toda a ênfase foi dada na busca da eficiência e eficácia organizacionais, negligenciando a efetividade ou o alcance dos objetivos do desenvolvimento econômico-social.

A constatação do enfraquecimento do governo em nível federal, de acordo com Sola (1993, p. 263) “remete também à afirmação crescente da autonomia dos Estados e municípios”, que por sua vez traz à tona a necessidade de estabelecimento das “condições mínimas para a formação de uma estratégia acordada de reforma fiscal e administrativa no contexto brasileiro de democratização.”

Sobre o processo de consolidação democrática, Baquero (1994) defende que na América Latina esta questão está longe de ser resolvida e que este processo coincide, paradoxalmente, com uma das maiores crises econômico-sociais, criando incertezas em relação ao seu futuro. Mas Przeworski (1994, p. 76) traz sua opinião a respeito da aparência de incerteza como característica inerente à democracia:

“A democracia, é então, um sistema que produz a aparência de incerteza, porque se constitui de ações estratégicas descentralizadas nas quais o conhecimento é sempre particular. Os ditadores são observadores porque não têm de preocupar-se com o que os outros pensam deles. Se os seus desejos não forem completamente avaliados, o ditador sempre pode corrigir os resultados depois. Inversamente, todo aquele que conhecer os desejos do ditador tem condições de prever os acontecimentos. Na democracia, ninguém é ditador e disso resulta a aparência de incerteza.”

Daniel (1990) em importante trabalho sobre administrações democráticas e populares, aborda com propriedade a questão do poder local e o papel da cultura política, apontando para a elaboração de um modelo alternativo de sociedade onde

“Para começar, é preciso considerar a conjugação de ações transformadoras em dois níveis: no poder político municipal e na sociedade local. (...) Trata-se, assim, de propor, no plano das administrações municipais, uma radical alteração qualitativa do modo de cumprimento do conjunto das funções de reprodução da força de trabalho e de legitimação locais, centrada na preocupação de contribuir para a transformação da cultura política prevalecente, com o objetivo de disputar a hegemonia com os setores dominantes.”

Uma atual abordagem da Administração para o Desenvolvimento, após a exposição das diferentes fontes apontadas, leva ao envolvimento dos seguintes pontos-chave:

- 1) a definição de um projeto de sociedade, onde a consolidação democrática deve ser estabelecida;
- 2) determinação do papel a ser desempenhado pela administração, como propiciadora das condições institucionais para a participação; e
- 3) consideração do contexto local de democratização, tendo a cultura política como principal fator influente.

Para uma proposta de atualização da Administração para o Desenvolvimento e análise da experiência de Ronda Alta torna-se primordial a inclusão de uma diferente corrente do pensamento político democrático, a Democracia Radical, no intuito de obter melhor poder explicativo sobre os acontecimentos locais do município.

4.2 Democracia Radical

Quando se menciona a palavra democracia, faz-se necessário explicitar qual a raiz e a família da abordagem que será mencionada. Vários são os tipos

encontrados na ideologia democrática, sendo os principais apontados por Macridis (1982) como sendo: liberais, socialistas e conservadores; no dizer do autor (op. cit., p. 35): “Ao discutir a democracia como ideologia, estamos lidando com um campo de pensamento e ação muito rico e abrangente, que sofreu mudanças nos últimos três séculos e produziu uma grande variedade de movimentos políticos.”. Mas a definição e caracterização de cada corrente e suas subdivisões não faz parte do objeto de estudo a que esta dissertação se propõe. Devido ao seu caráter auxiliar no entendimento de uma realidade local que é analisada posteriormente, e em função da crise de poder explicativo das correntes tradicionais da teoria política, será trazido o conceito de Democracia Radical, onde a utilização das outras abordagens dar-se-á meramente como instrumento para melhor compreensão daquela.

O ponto de partida para a democracia radical é a abordagem de Chantal Mouffe, cientista política, sobre o político, numa visão não essencialista, que ocorre em função do pluralismo de identidades abertas numa perspectiva democrática não universal, não individualista e não racional que são características da denominada democracia radical.

Uma perspectiva anti-essencialista é o que diferencia o conceito de democracia radical de outras abordagens democráticas mesmo que homônimas, pois o tratamento dado ao pluralismo de valores e sua consequência em conflitos e antagonismos acarretará uma dinâmica como condição de impossibilidade de plena realização de uma sociedade democrática.

Em face da necessidade de repensar o político diante da dificuldade de explicação das atuais mudanças, faz Mouffe (1993, p. 12) a seguinte afirmação:

“Para ser capaz de pensar em política hoje, e entender a natureza das novas lutas e diversidades das relações sociais que a revolução democrática ainda tem que incluir, se faz indispensável o desenvolvimento de uma teoria que perceba o sujeito como um agente não total e não centrado, um sujeito construído do ponto de interseção de uma multiplicidade de posições do sujeito entre as quais não existe uma relação necessária ou estabelecida a priori e cuja articulação é o resultado

das práticas hegemônicas. Consequentemente, nenhuma identidade é definida ou estabelecida definitivamente, existindo sempre um certo grau de abertura e ambigüidade na forma em que as diferentes posições do sujeito são articuladas.”

A clara delimitação conceitual de democracia radical e a tentativa de trazê-la para um enfoque pragmático, quando será analisada a experiência política da sociedade civil organizada, presente no município de Ronda Alta, é sim, o objeto desse estudo.

4.2.1 Conceito

Fica mais fácil a compreensão do conceito de democracia radical através da elaboração de um quadro comparativo das principais diferenças entre a democracia plural essencialista e a democracia plural e radical apresentada por Mouffe (1992 e 1993).

Quadro I - Diferenças entre Democracia Essencialista e Democracia Radical

Democracia Essencialista	Democracia Radical
◆ busca atingir o estado de satisfação do bem comum universal (universalismo)	◆ refuta a existência da definição de um bem comum universal, reconhecendo os conflitos, as divisões e os antagonismos como característicos de agentes sociais não homogêneos.
◆ a liberdade individual é defendida como máxima (individualismo)	◆ tal argumentação é rejeitada em função da existência de interesses diferentes, conflitantes ou antagônicos a serem defendidos
◆ espera alcançar uma unidade social baseada num consenso racional (racionalismo).	◆ reconhece a influência das paixões e afetos na política não podendo esta ser reduzida à racionalidade.
◆ o pluralismo existe dentro de uma noção de sujeito unificado e homogêneo.	◆ o pluralismo deve ser formulado dentro de uma problemática que concebe o agente social como uma articulação da construção de posições do sujeito.

Fonte: adaptado de Mouffe (1992 e 1993)

O essencialismo é descartado como possibilidade de democracia radical por conta da inexistência de uma identidade completa e fechada da totalidade do agente social ou até mesmo de seus elementos, sendo então apontado pela autora como o maior avanço da teoria política defendida pela mesma. Um outro ponto de grande relevância é o conhecimento do limite do pluralismo como proposta política de uma sociedade democrática para que não acabemos numa completa indiferença, pois um quadro onde todas as diferenças são legítimas não forma a realidade de um regime político. No dizer de Mouffe (1992, p. 13):

“... para que o pluralismo se torne compatível com a luta contra a não igualdade, é preciso saber discriminar entre as diferenças que existem mas que não deveriam existir, e as diferenças que não existem, mas deveriam existir. Claramente, estes critérios não podem ser definidos pelos pluralistas liberais tradicionais ou pelas formas recentes de exaltações pós-modernas das diferenças e paralogias.

No final o que é realmente necessário para uma sociedade democrática funcionar é um conjunto de instituições e práticas que constituem o quadro consensual dentro do qual o pluralismo possa existir”

Espera-se que as características apontadas acima, apesar de simplistas diante da complexidade conceitual e argumentativa da autora, permitam a compreensão da abordagem distinguido-a de qualquer outra anterior. A impossibilidade de uma realização de democracia, ou seja, a tensão existente entre os princípios de igualdade e liberdade que não será resolvida é justamente a condição para preservar o caráter de indeterminação da democracia moderna. Ao mesmo tempo, é essa mesma indeterminação que garantirá que um fechamento total não elimine o político, impossibilitando então a existência da democracia.

4.2.2 Cultura Política Democrática Radical

Dentro da perspectiva acima apresentada, dois conceitos precisam então de revisão. O primeiro diz respeito à cidadania: como pode ser esta definida na democracia radical? Já o segundo trata da cultura política.

Tendo em vista a abordagem sobre a cidadania na democracia radical, Mouffe, em “Democratic Citizenship and the Political Community”, confronta duas correntes opostas: uma, liberal, liderada por Rawls e outra de origem republicana, reformulada por Harrington, Milton e outros. Apesar de nenhuma delas ser aplicável ao contexto da democracia radical uma conciliação entre as duas correntes é defendida pela autora, chegando à seguinte formulação (Mouffe, 1992, p. 236):

“Para começar, uma interpretação democrática radical dará ênfase às numerosas relações sociais onde existem relações de dominação e devem ser desafiadas se os princípios de liberdade e igualdade são aplicados. Isto leva a um comum reconhecimento dos diferentes grupos lutando pela ampliação e radicalização da democracia, que eles têm como preocupação comum, e que, na escolha de suas ações, eles devem se reger por certas normas de conduta. Em outras palavras, eles devem construir uma identidade política comum como cidadãos democráticos radicais.”

Essa foi a forma encontrada para reunir as concepções contrárias eliminando as contradições à democracia. Da ideia liberal foi expandido o conceito de cidadão como mero status legal de liberdade e igualdade, enquanto dos comunitaristas, foi negada a concepção do bem universal comum como determinado.

A cidadania democrática radical vem resgatar o caráter hegemônico enquanto identidade política comum a ser construída, não previamente definida, mas que aceite as normas para a articulação democrática, ou seja, a cidadania como meio para construção de uma hegemonia democrática radical.

O segundo ponto a ser abordado é decorrente do primeiro. O desenvolvimento do exercício da cidadania é valorizado como ação para eficácia política e só pode acontecer dentro de uma cultura política de participação democrática, que garante a cada indivíduo o direito de opinar e agir. Em “Hannah Arendt and the Idea of Citizenship”, d’Entreves concluiu que (In: Mouffe, 1992, p. 145-168):

“A prática da cidadania depende na verdade da reativação de uma esfera pública onde indivíduos possam agir coletivamente e fazer parte de uma comum deliberação sobre todos os assuntos que afetam a comunidade política. Segundo, a prática da cidadania é essencial para a constituição de uma identidade pública baseada nos valores da solidariedade, autonomia, e o entendimento da diferença. Cidadania participat6ria é tamb6m essencial para que se atinja uma a6o pol6tica efetiva, pois ela habilita cada cidad6o a ter algum impacto sobre as decis6es que afetam o bem-estar da comunidade. Finalmente, a pr6tica da cidadania democr6tica 6 essencial para a amplia6o da opini6o pol6tica e para o exerc6cio de julgamento, e representa neste aspecto um elemento essencial na constitui6o de uma forte cultura pol6tica democr6tica.”

A cultura pol6tica para a democracia radical est6 relacionada com a efic6cia pol6tica ou a influ6ncia do cidad6o no sistema pol6tico como forma de socializa6o pol6tica.

Na tentativa de passar essa vis6o da teoria para a pr6tica, o desafio maior encontrado 6 identificar uma comunidade que se mostre compat6vel com o exerc6cio de cidadania no conceito democr6tico radical, onde cada indiv6duo acredite na possibilidade de influ6ncia no sistema pol6tico como aspecto cultural partilhado. N6o intencionando apresentar Ronda Alta como modelo para tal an6lise pretende-se apenas trazer sua experi6ncia para discuss6o, onde a abordagem de Mouffe contribui com um maior poder explicativo sobre a realidade local.

Concordando com o pensamento de Viola e Mainwaring (1984, p. 2), que afirmam que “As culturas pol6ticas representam configura6es de valores que s6o formados historicamente”, ser6 tra6ado um breve hist6rico do munic6pio e os movimentos populares locais.

5 RONDA ALTA

A história do município de Ronda Alta é a seguir descrita, como resgatada por Odemar Raimondi, quando estudante de História pela Universidade de Ijuí (UNIJUÍ). Na sua monografia de conclusão: “Os Movimentos Populares e a Administração dos Trabalhadores de Ronda Alta” (Raimondi, 1994), o autor explica como se deu a emancipação, qual a origem do nome e o que tem ocorrido no passar dos anos.

Em seguida, serão incluídas algumas partes dos depoimentos, em Ronda Alta, de ex-lideranças dos movimentos sociais, ora ocupando cargos formais no município, onde cada entrevistado relata os acontecimentos segundo sua experiência pessoal.

5.1 Histórico do Município de Ronda Alta

Nos idos de 1900, Rondinha do Campo, como era chamada Ronda Alta naquela época, era uma espécie de parada obrigatória para os animais que eram levados do extremo Sul para São Paulo, através de Santa Catarina. A colonização da região veio acontecer por volta das décadas de 20 e 30, por famílias de origem européia e o processo de urbanização aconteceu a partir de 1938, quando surgiu o primeiro loteamento urbano de Rondinha do Campo, povoado então pertencente a Passo Fundo.

A modificação do nome ocorreu quando Rondinha do Campo passou a pertencer ao distrito de Águas de Rondinha, após a emancipação do município de Sarandi, e em função da semelhança e da proximidade com Águas de Rondinha. “Ronda Alta” veio justificado pela atividade desenvolvida pelos condutores de gado que durante a noite ficavam “fazendo a ronda” naquele ponto alto da região.

Ronda Alta tem seus limites ligados a nove municípios vizinhos, sendo eles: ao Norte - Três Palmeiras; ao Sul - Sarandi, Carazinho e Pontão; a Leste -

Campinas do Sul, Erechim e Jacutinga e; a Oeste - Águas de Rondonia e Constantina.

Em 1962, Ronda Alta veio a ser conhecida em todo o país como o município onde um forte movimento popular teve início. Famílias rurais se organizaram para reivindicar a posse de terras para produzir alimentação de subsistência e comercializar excedentes, vindo a invadir a fazenda Sarandi. O então Presidente João Goulart decretou a reforma agrária naquela região, desapropriando a fazenda dos seus antigos proprietários originais, fornecendo posteriormente títulos de posse para seus novos donos. A vitória do movimento fez com que a população passasse a acreditar na força da pressão popular e muitos outros movimentos aconteceram, incluindo a invasão da reserva indígena de Nonoai.

A emancipação de Ronda Alta para município aconteceu através da Lei Estadual no. 4.690 de 26 de dezembro de 1963, sendo efetivada em 5 de abril de 1964.

Nos anos 70, um grande número de pequenos agricultores e trabalhadores rurais se viram obrigados a sair do campo e ir buscar trabalho nas cidades, como consequência da política agrária exportadora da época.

Em 1978, a reserva Nonoai, que havia sido invadida, foi devolvida aos indígenas através de Lei Federal. Uma nova organização popular, formada pelos pequenos agricultores expulsos da terra por esta Lei ou pela política agrária exportadora, veio gerar o que se conhece por Movimento dos Sem-Terra.

Ronda Alta fica na região Norte do estado do Rio Grande do Sul, numa área de 456.60 Km², com 11.655 habitantes, sendo a maioria residente na área rural. A base da economia é a cultura de soja, milho e trigo. Dos 880 proprietários de terra, 80% possuem área inferior a 20 hectares, fazendo com que a maioria destas famílias tenha o cultivo da terra como meio de subsistência.

A igreja católica, através das primeiras Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) organizadas inicialmente com grupos de famílias no interior, teve um

importante papel a desempenhar nas conquistas locais. Vale ressaltar que o município de Ronda Alta conta com 34 capelas e a matriz, que originaram cada uma delas a organização de comunidades distribuídas por áreas geográficas.

Em 1979, veio para Ronda Alta o Pe. Fritzen, trazendo para discutir nas comunidades locais o tema da Campanha da Fraternidade daquele ano: “Saúde para Todos”, que deu espaço também para outros assuntos pertinentes aos problemas sociais em geral. Até aquele momento, a área da saúde estava sendo um dos maiores problemas financeiros dos trabalhadores rurais. Os três hospitais existentes na região eram de propriedade privada e os trabalhadores e pequenos agricultores pagavam suas contas hospitalares com produção e/ou terra. Esta realidade local proporcionou aos grupos envolvidos uma união para tentar buscar alternativas para o problema de assistência médica e hospitalar.

Foi o trabalho pioneiro do Pe. Fritzen que fez com que um grupo percebesse a insatisfação dos trabalhadores rurais com os líderes sindicais, no que diz respeito às necessidades da comunidade e resolveu ouvi-los no intuito de identificar as prioridades para as políticas locais do sindicato. Após 42 encontros estava assim definido o objetivo a ser perseguido: melhor assistência médica e hospitalar.

5.1.1 Sindicato dos Trabalhadores Rurais

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ronda Alta foi fundado em maio de 1968 e os sindicatos rurais, como os demais sindicatos após 1964, foram afastados das suas atividades fim para exercerem atividades burocráticas, sendo forçados a atuar em assistência médica, odontológica e hospitalar.

Na eleição de 1985, para a nova gestão do Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Ronda Alta, ocorreram mudanças tanto nas lideranças quanto nos planos de atividades. Sendo empossada em julho de 1985, já em setembro houve

a assinatura de contrato com o Governo Federal para a obtenção de capital financeiro para um programa de melhor assistência à saúde.

Esta ajuda financeira não veio apenas para os trabalhadores rurais mas para todos os habitantes do município, e se fez necessário a criação da Comissão Interinstitucional Municipal de Saúde de Ronda Alta (CIMS), formada por doze participantes, e o Comitê dos Usuários da Previdência de Ronda Alta (CUPRA).

Quando o programa de saúde começou a apresentar resultados, o Sindicato foi alvo de críticas pelos seus filiados que reclamavam que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais estava preocupado apenas com a assistência à saúde, e que ela não incluía tratamento hospitalar, pois eles continuavam pagando aos hospitais privados nos casos de internamento.

Em abril de 1986, numa reunião com 63 líderes comunitários, ficou decidido, com o apoio financeiro da Prefeitura e do Fundo de Assistência à Saúde, a compra do hospital que estava com problemas financeiros. No prazo do vencimento da primeira prestação, o auxílio financeiro ainda não havia sido recebido e os membros das comunidades ajudaram o pagamento com seus próprios recursos, em dinheiro ou em produtos, o que uniu ainda mais as comunidades. Outros movimentos se iniciaram simultaneamente, como a criação de um escritório de apoio técnico para pequenos produtores, um programa de rádio informativo, dentre outros.

Cientes das limitações do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e do papel da Igreja, ficou clara a necessidade de que, para expandir as práticas de construção de novas relações numa sociedade baseada numa visão mais abrangente, era chegado o momento de os trabalhadores assumirem a Administração Municipal.

Viola e Mainwaring (1984), ao buscarem uma conexão entre as Comunidades Eclesiais de Base e os Partidos Políticos, identificam o Partido dos Trabalhadores como o mais próximo dos movimentos populares por ter uma

postura política mais próxima às suas necessidades. Esta opção partidária foi assumida pelos diferentes movimentos de trabalhadores.

5.1.2 Prefeitura Municipal

Em janeiro de 1989, quando o Partido dos Trabalhadores assumiu a Prefeitura de Ronda Alta pela primeira vez, a estrutura organizacional era formada por três secretarias, como mostra a Figura 1.



Figura 1 - Estrutura Organizacional de Ronda Alta antes de 1989.

O primeiro passo dado pelo grupo foi a criação de um Conselho Administrativo para discutir assuntos gerais com a população e definir as direções administrativas. Conforme acordo com as comunidades, foram criadas: a Secretaria de Saúde e Assistência Social, a Secretaria de Agricultura e Meio-Ambiente e a Secretaria de Administração. A nova estrutura, que passou a vigorar a partir de 1990, está ilustrada pela Figura 2.

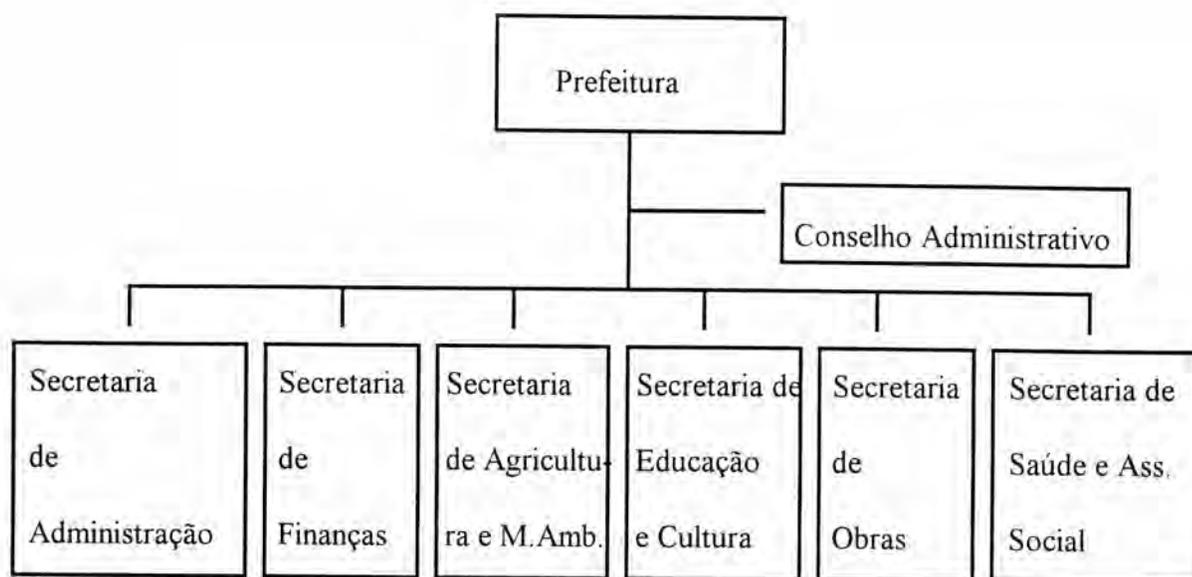


Figura 2 - Estrutura Organizacional da Prefeitura de Ronda Alta a partir da primeira gestão do Partido dos Trabalhadores (1989).

Com a participação popular no processo administrativo, a conquista mais significativa foi a prioridade na alocação de recursos financeiros para a saúde, assistência social, transporte e alimentação, o que resultou num significativo aumento do padrão de vida para a maioria das famílias rurais de Ronda Alta.

Mostrando-se acessível à participação popular, a administração estimulou a organização das comunidades. A ênfase do Sindicato dos Trabalhadores Rurais em desenvolver um novo processo foi o ponto de partida, e quando sua liderança foi eleita para a Prefeitura do município, sua linha de trabalho foi transferida para a administração pública.

Nas eleições seguintes, que ocorreram em 1992, o Partido dos Trabalhadores foi mais uma vez vitorioso. Os desafios para o desenvolvimento global de Ronda Alta (Prefeitura Municipal de Ronda Alta, 1994) iniciam com o fato de que o mundo está mudando para um novo contexto econômico, social e político onde conflitos, desafios e oportunidades se mostram inevitáveis e precisam ser enfrentados. Se isto é assim, então são necessárias novas formas de

ver questões como valores, conceitos, liderança, cidadania, participação e relações poder público/sociedade civil, que por sua vez leva ao repensar do papel do Estado e suas conseqüências para a Administração, levando em conta a nova cultura política.

5.2 A História na Memória das Lideranças - Dos Movimentos Sociais à Prefeitura Municipal

Sendo a história do município de Ronda Alta caracterizada pelos movimentos sociais que conquistaram a Prefeitura Municipal, hoje muitos dos seus atores se encontram na administração pública. No intuito de enriquecer a reconstrução histórica descrita anteriormente, serão trazidas partes dos depoimentos que foram coletados de alguns ex-líderes de movimentos populares que estão ocupando cargos de lideranças formais, sendo eles: o Secretário Municipal da Educação e Cultura, o Secretário Municipal da Saúde e Assistência Social, o Presidente da Cooperativa Municipal dos Agricultores de Ronda Alta (COMARA), ex-prefeito e funcionário da Prefeitura que atualmente coordena a reconstrução do Hospital dos Trabalhadores, estando então emprestado à Associação dos Trabalhadores de Ronda Alta (ATRA); e um dos diretores do Sindicato dos Funcionários Públicos Municipais, também funcionário da Secretaria de Agricultura e Meio-Ambiente. As entrevistas aqui apresentadas foram realizadas no período de 27 a 30 de novembro de 1995, em Ronda Alta, no ambiente de trabalho de cada entrevistado.

Os dados sobre os entrevistados formam o Quadro II.

Quadro II - Composição do perfil do entrevistado e do ambiente da entrevista

Entrevistado	Perfil	Ambiente
<ul style="list-style-type: none"> ◆ Presidente da COMARA 	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Agrônomo, acompanhou os movimentos sociais locais desde 1979, quando estudante. 	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Uma das salas da COMARA, fomos interrompidos duas vezes, uma pelo telefone e outra por um visitante.
<ul style="list-style-type: none"> ◆ Diretor do Sindicato dos Funcionários Públicos Municipais. 	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Técnico em contabilidade, acompanhou os movimentos locais desde 1979. 	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Sala de atendimento da Secretaria da Agricultura na ausência do secretário, porta aberta, o telefone tocava e pessoas entravam para pegar informações, fomos interrompidos diversas vezes.
<ul style="list-style-type: none"> ◆ Coordenador da reconstrução do Hospital dos Trabalhadores. 	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Pequeno agricultor originariamente até se envolver com os movimentos sociais a partir de 1978. 	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Uma sala da ATRA repleta de materiais para o hospital que funciona como um escritório improvisado
<ul style="list-style-type: none"> ◆ Secretário Municipal da Saúde e Assistência Social 	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Segundo grau com magistério, iniciando no movimento sindical em 1985. 	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Uma sala em frente à clínica e ao lado do salão paroquial após a reunião com a equipe de saúde.
<ul style="list-style-type: none"> ◆ Secretário Municipal da Educação e Cultura 	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Formado em Letras 	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Ante-sala do gabinete do secretário, barulho do ventilador ligado e de pessoas circulando, chimarrão e contribuição de G. no depoimento, assessor do secretário.

Fonte: Entrevistas realizadas em Ronda Alta no período de 27 a 30 de novembro de 1995.

Os depoimentos trataram todos basicamente do mesmo assunto, ou seja, a mobilização que teve início nos movimentos sociais. Ora, era o acampamento na luta pela terra, a associação profissional, a igreja ou outros; até o presente momento o apogeu pode ser apontado como a conquista da Prefeitura.

No primeiro depoimento, o do Secretário Municipal de Educação e Cultura, é explicado que a questão da participação popular em Ronda Alta está ligada ao Movimento dos Sem-Terra. Como afirma o Secretário:

- “Bem, a questão da participação popular no nosso município, ela tem um histórico um tanto longo porque de fato ela se iniciou ainda na época dos movimentos em torno da luta pela terra, né? Surgiu a partir daí com a participação bastante forte da igreja também, né? fazendo assim algumas mobilizações em torno da, da questão da terra, em torno assim da questão política agrícola, né? Na época se fez alguns fechos bancos, até algumas passeatas, alguns atos públicos, assim bastante fortes, né? também assim ó, alguns...

Me lembro assim uma vez que foi feito um ato público bastante forte também em relação à violência também à violência no campo, também assim depois a partir de 85 por aí, né? começou a questão assim da luta pela questão da saúde, aí então em torno da, da problemática da saúde era uma coisa que interferia muito no planejamento familiar em função da exploração que se tinha em cima da questão da saúde que se começou uma mobilização e um envolvimento popular pra tentar fazer alguma coisa. Com a conquista do sindicato aí se começou efetivamente a se ver algumas soluções pra questão da saúde, né? inicialmente a aquisição de um, aliás, a contratação de um médico e do dentista, depois então a aquisição de trabalhadores, né? E sempre também em grupos organizados: a própria questão da ATRA era uma associação de trabalhadores, quer dizer, que já tinha uma organização de grupos, a própria questão das Pastorais, a Pastoral da Juventude, a Pastoral da Terra, os grupos de famílias de participação da igreja na organização de grupos é muito forte, né? aí depois também veio a própria questão das associações, né? que resultou na criação da UNACA, que também tinha grupos de mobilização também; e aí então a partir da conquista do sindicato e com as eleições de 88 se criou o que se chamou de um “grupão”: era um grupo de apoio, de discussão política, né? que envolvia aí pessoas de todas as comunidades. Na verdade assim, foram escolhidas as lideranças das comunidades e esse era um grupo de discussão, um grupo de sustentação política até...”

L. - Formado por...

- “formado por pessoas, por lideranças da, da comunidade, né? aí esse grupão começou, quem puxou primeiro foi o sindicato. A partir de 88, quando se começou a disputar as eleições do Município esse mesmo grupo começou a tomar parte também da discussão em torno da questão política do Município. Se entendia que pra poder ter ah... uma política de saúde principalmente, que era o carro-forte da própria campanha de 88, era preciso se ter o poder do Município na mão, não é? Então esse grupo assumiu também a própria campanha política de 88, né? E aí então acontecida as eleições, quando se ganhou as eleições, esse grupo foi o primeiro grupo, a primeira instância de participação popular dentro da administração que se dizia “administração dos trabalhadores” e esse grupo inclusive discutiu a própria questão da escolha dos secretários e toda questão da organização política, aí no começo de 88.”

O diretor do Sindicato dos Funcionários Públicos Municipais e funcionário da Prefeitura Municipal lembra da chegada do Pe. Fritzen em 1979 e da organização das comunidades, mencionando o importante papel da igreja, a conquista do Hospital dos Trabalhadores...

- “Bem, em setenta e nove nós começamos já a discutir algumas coisas, né?, com a chegada inclusive do padre Arnildo (Fritzen) aqui em Ronda Alta e tentar, assim, modificar algumas coisas que na sociedade se via que estava errado (e aqui no nosso município logicamente também como em todo o resto do país, né?) tinha coisa para ser mudado, e aí então que se

começou uma, uma batalha, né?, de tentar conquistar as ferramentas que os agricultores teriam que ter, né? (que seria o sindicato naquela época, né?). Inclusive acho que há uma história que eu posso até contar que, naquela época em setenta e nove, antes de começar inclusive essa luta toda, né?, eu fazia parte e fazia campanha prum sindicato que estava naquela época na situação, fazendo campanha contra os da oposição (hoje somos todos companheiros, né?) (...) ...Com a chegada do Arnildo (Fritzen) nós começamos a sentar e discutir, aí nós vimos que nós pequenos agricultores éramos só uma classe, e foi nesse sentido que nós então vamos começar a se organizar e tentar que aquela pessoa que tinha ganhado em setenta e nove, em oitenta, oitenta e um ou até oitenta e dois, ela tivesse que prestar atendimento mais a essa classe dos trabalhadores, né?, que na verdade não aconteceu, e aí nós criamos uma oposição da oposição, né? (...)

Mas com o passar do tempo nós fomos mostrando que nós tínhamos capacidade de conseguir reverter esse quadro e aí nós montamos uma chapa de oposição, do sindicato, escolhida pelas comunidades do interior. Só que infelizmente, né?, nós enfrentamos todo o poderio econômico, né?, na época que era a prefeitura municipal, era a cooperativa, o próprio comércio que viu nós como umas pessoas intrusas, como pessoas bagunceiras, né?, e aí nós não conseguimos fazer com que nós conquistássemos o sindicato em oitenta e dois. (...)

Em oitenta e dois nós tinha assim, dizia que nós era, que o problema da saúde era um problema sério e tal, mas não tinha assim uma proposta mais clara também, né?, aí, a partir de oitenta e cinco, na próxima eleição sindical, aí que nós começamos a batalhar em cima de uma proposta mais séria, né? Aí nós voltamos nas comunidades, né?, aí os componentes da diretoria do sindicato foram escolhido pela própria comunidade, né?, e aí a partir disso sentamos e montamos uma proposta: se nós ganhássemos o sindicato o que que nós iríamos fazer como primeiro passo? Então, nossa proposta era de tentar mudar a saúde do município, achar alternativas, porque aqui tinha três hospitais naquela época, havia assim uma exploração em cima dos trabalhadores rurais. Porque aí o cara que não tinha dinheiro pra pagar a consulta, pagar a internação e tal, os cara iam em casa, tiravam os bens dos agricultores, uma vaquinha de leite, os suínos, até o cara tinha que vender a terra, né? (...) No dia que o pessoal assumiu, (...) aí o pessoal chamou pra entrar um médico e um dentista pra já começar a fazer um trabalho preventivo que era aquela proposta que nós tinha que apresentar pro povo, pro, pros agricultores (...) E aí começou a se deslanchar um trabalho em cima da questão da saúde. E aí, com o passar dos meses, nós mostramos pra população, que de cada cem consultas, no máximo que podia ser internado era três. Então, quer dizer, acabou aquele negócio que de cada vez que você ia no médico (você era internado), aqui no município as pessoas já vinham com a sacola de casa, porque automaticamente você tinha que baixar (no hospital), já vinha com essa mentalidade, né?

... eu fazia parte da Comissão Interinstitucional Municipal da Saúde, eu era tesoureiro naquela época. Aí começamos a inspecionar a própria prefeitura que tinha que nos dar apoio, né?, tinha que entrar nessa área de intervenção, justamente contra a exploração. só que a prefeitura se trocou pro outro lado, eles não queriam nos dá nem os contratos com os médicos e tal, eles não queriam comprar briga...”

Continuando em seu depoimento, o funcionário da Secretaria Municipal da Fazenda passa a falar da aquisição de um hospital para atendimento ao público, como alternativa contra a exploração na oferta dos serviços hospitalares disponíveis.

- “... e aí o cara veio oferecer esse hospital pra nós, nós chamamos uma assembléia, no dia vinte e oito de abril de mil novecentos e oitenta e seis adquirimos o hospital, e aí foi o passo importante pra nós conquistar a prefeitura, porque eles diziam o seguinte, como é que os agricultores vão administrar um hospital, né?, se eles não tem capacidade, não tem conhecimento, agricultor é pra estar na roça (e era meu caso, né?), foi aí que eu assumi inclusive aí, fui administrador do hospital. Eles diziam, imagina um agricultor lá do interior vir aqui na cidade administrar um hospital, isso vai quebra logo, isso não vai funcionar e não sei o que. Eles não sabem que nós tinha a nossa organização, nós tava todo dia aí sentado discutindo, né? E foi a partir daí que nós começamos a avançar, compramos o hospital e aí tivemos que reformar todo ele (...)

Abrimos o hospital e mostramos para eles que com o passar dos dias, o pessoal começou a gostar do trabalho, né? E, aí, no dia cinco de outubro nós tinha mais uma prestação pra pagar, que seria a segunda prestação. Nós pagamos, nós demos uma entrada, uma prestação daí três meses, e a outra prestação daí um ano; aí disseram o seguinte: “- bem, eles vão inaugura o hospital e vão fechar, porque eles não tem dinheiro pra pagar a segunda prestação”; aí nós chamamos uma assembléia, acho que devia ter mais ou menos umas duas mil pessoas, na frente do hospital assim e pagamos na frente do povo, demos um cheque de um mil cruzeiros, de um milhão de reais, cruzeiros naquela época, né?, pagamos o proprietário na frente daquela população, foi o ato mais lindo, né? que aconteceu, e aí eles ficaram se perguntando, onde é que esses cara tinham arrumado dinheiro, né? Aí eles disseram, na terceira eles vão enterrar o avião porque não vão conseguir o dinheiro. (...)

Aí, com essa proposta, nós já tínhamos um partido formado, nós chegamos com o sindicato até numa altura, quer dizer, não tinha mais avanço, né? Tinham algumas barreiras que atrapalhavam, e as barreiras que atrapalhavam eram as barreiras políticas, né?, porque de repente a prefeitura não colocava recursos no plano de saúde. E aí nós começamos a dizer assim para a população, como é que pode um poder público, né?, não querer colocar dinheiro na saúde pública, né? A oposição que estava

aqui não queria, e aí começo os atritos. Aí começamos a dizer: se nós conseguimos pagar um hospital, conseguimos administrar um hospital muito bem, os trabalhadores iam conseguir administrar uma prefeitura, né?, que era muito melhor porque aqui tinha recurso (lá não tinha!). (...) Era difícil você conseguir alguma coisa, e aí a população vendo isso, o bom trabalho desempenhado na saúde, se nos tivesse na mão a prefeitura nós ia fazer uma coisa melhor, né? (...) ... porque nós mostramos que na prática que se nos desse a oportunidades para nós, nós fazia, e aí pensando nessa visão foi que nós conseguimos a prefeitura e também vamos mostrar para eles que nós conseguimos administrar, e foi ali então o grande salto, né? nós tínhamos toda a questão sindical por trás, né? toda a questão da cooperativa que era uma exploração também, que é mais uma briga que nós tentamos comprar e não conseguimos ter êxito, porque aí prevaleceu o poder econômico, né?, mas juntou tudo isso, inclusive com mais lutas. Nós tinha em oitenta e dois, uma luta de estrada, que cruzamo o asfalto aqui da nossa região, né?, e como coincidiu na época dos acampamentos, né? aqui do município, né?, nós mostramos aqui como é que o governo podia invadir a terra dos agricultores e os agricultores não podiam invadir a terra dos outros, do governo, naquela época? Então era uma, uma disparidade, e aí nós começamos, né? Nós não somos contra o progresso mas os agricultores têm que ser indenizados, aí nós compramos uma briga que durou dois anos, ganhamos a questão e a área que nós apuramos, conseguimos fazer com que o estado pagasse indenização, indenizar todas as terras dos agricultores. Então foi mais um passo, foi mais uma conquista e tudo isso somando, né? e nós já éramos identificados como o partido dos trabalhadores, então passou aquela imagem de dizer assim, ah, mas é o partido de comer criancinhas, dos comunistas, dos radicais, ou se, se tão aprovando, se tão administrando bem o hospital, conseguiram tudo isso, eles tem capacidade de administrar a prefeitura.”

A experiência do Secretário Municipal de Saúde e Assistência Social nos movimentos sociais se iniciou com o envolvimento na criação da Associação dos Professores Municipais, como segue:

- “Em 85, eu lecionava para uma escola municipal de 1a. a 4a. série, né? e quando nós iniciamos então, eu, naquela época ainda pouco entendia de movimento sindical mas eu estava discutindo com os professores nesse momento a formação de uma associação de professores para reivindicar os direitos dos professores municipais que ali naquele momento a gente tinha..., não tinha nem direito nenhum. Não tinha direito a fundo de garantia, décimo terceiro, essas coisas, a Prefeitura não pagava na época. Como eu estava fazendo o curso de magistério eu tive a orientação do professor de filosofia e tal, na área de filosofia e começou a me abrir os olhos, uma coisa interessante... então a gente veio para cá, eu e mais uns

colegas que nós estudávamos em Passo Fundo e a gente reuniu os professores e a gente viu que tem alguma coisa que a gente possa conseguir, né? Então naquele mesmo ano a gente começou a formar a associação dos professores municipais e aí me despertou a atenção também do movimento popular da retomada do sindicato pros trabalhadores rurais...”

L. - Daí vocês passaram para a Prefeitura, né? Mas tudo iniciou com o sindicato?

- “Isso, se iniciou com o sindicato, isso, o sindicato foi para a ATRA, aí o seguinte, o que é que aconteceu? Bom, nós também sentia assim, ó, uma dificuldade de manter um projeto totalmente gratuito de prevenção, de hospitalização, de etc., né? como entidade filantrópica que não visa lucro nenhum, né? Então, nós sentimos também na discussão a necessidade de tomar a Prefeitura. Por que? porque a Prefeitura coloca, colocaria então um orçamento, um orçamento para segurar o projeto e aí nós em 88 começamos então um trabalho intenso e tal, né? com o movimento social, discutindo com os agentes de saúde e a comunidade: vamos ter que tomar a Prefeitura para garantir o projeto, né? E aí que em 88 então nós ganhamos a Prefeitura. Entramos para dentro em 89, né? Ganhamos a Prefeitura novamente em 92, né? E, aí, a Prefeitura passou a repassar, começou a repassar recursos. Quando nós ganhamos a Prefeitura na outra, na administração anterior à nossa, eles colocavam 3.8% na saúde. Por que 3.8? Ainda em 87 nós fizemos um ato público aqui com 7.000 pessoas (a nossa população é 10.800 habitantes, tinha Três Palmeiras junto com a gente, então a população era de 17.000 habitantes), nós colocamos 7.000 pessoas num ato público e nós conseguimos fazer com que a Prefeitura engolisse uma parte do projeto, digo engolisse porque eles não aceitavam e tiveram que aceitar.”

L. - Daria para falar um pouco dessa experiência que foi ter passado do movimento sindical, do movimento social para a Prefeitura?

- “Bom eu acho que é assim, ó, a gente quando está no movimento social, aquilo, da maneira que a gente discutia nesse movimento e a gente não tinha acesso às questões administrativas a gente tinha um entendimento de que tudo era fácil, de que tudo dava para fazer, de que tudo é (fácil), entendeu?”

Então assim, quando a gente estava no movimento sindical você era movimento de pancada, vai buscar, vai buscar e você tem que dar. E é por aí, né? Mas só que como tu não tinha o poder de discussão do projeto dentro da Prefeitura, porque eles não abriam esse espaço, digamos, eles não abriam espaço para nós discutir, conhecer melhor (dentro do sindicato mesmo antes, tu não conhecia essas armas administrativas e tu tinha algum entendimento que tudo dava pra fazer). Hoje tu entra dentro da Prefeitura, (quando entrei na parte interna da Prefeitura aí tu te dá com

a questão legal de como fazer, aí vem o tribunal de contas, aí vem a Câmara dos Vereadores, aí vem todo mundo fiscalizando) e isso é uma coisa assim ó, a questão principalmente dentro da Prefeitura que é uma questão política, e tem interesses politiqueros, partidários: “- não, porque o adversário fez isso e tal”, ou que de repente tem uma coisa que não se constitui um erro voluntário mas que de repente é até um entendimento diferente, né?”

O depoimento do ex-prefeito e atual coordenador da reconstrução do Hospital dos Trabalhadores aborda sua passagem de pequeno agricultor para dirigente de movimento popular:

- “a minha origem, eu sou agricultor, pequeno agricultor porém não ‘tou mais na atividade agrícola em razão de que a gente foi, foi envolvido, né? na, na questão da direção do movimento popular. Vou até colocar assim, no início eu diria que 1978, né? (...) Da onde veio isso aí? Veio pela orientação da igreja, Comunidades Eclesiais de Base, esse grupo de religiosos ligados à Comissão Pastoral da Terra, né? que já desde 1975, 76, 77 se organizaram pela... pela CPT e aí um dos religiosos, esse padre Arlindo (Fritzen) veio pra Ronda Alta, o vigário. Então, no início, ele trabalhou com essa questão de organização popular, a organização dos grupos e tal, dos pequenos agricultores; trazendo esse despertar do pessoal aqui, né? (...) Um dos momentos do impacto foi em 79 quando os índios expulsaram das terras indígenas em Nonoai os agricultores que estavam ocupando as terras. Então foram mais de 1.000 famílias que foram expulsas da área indígena pelos índios. Aí esse pessoal ficou perambulando aí, nas beiras de estradas, uns foram para Esteio e outros foram pra... O governo recolheu pra lá, e a maioria ficou na beira das estradas aí com os familiares da região. Até que em 1979 e veio a Ronda Alta um grupo de entidades; esse grupo de entidades nos procurou aqui na ocasião, eu, o Pe. Arnildo (Fritzen) e o ex-prefeito aqui que era do PDT, e nós fomos até Planalto, Nonoai, com esse pessoal, pra localizar aonde é que tava esse grupo de pessoal que tinham sido expulsos, e que ‘tavam ainda jogados na margem da estrada; e a partir dali se organizou esse pessoal, esse pessoal foi a Porto Alegre e levou ao conhecimento do Governo do Estado, Amaral de Souza, o seu problema e reivindicava o assentamento nas fazendas Brilhante e Macali, duas fazendas aqui no Município de Ronda Alta com 1.600 ha de terras cada uma e essas fazendas tanto uma quanto outra, ‘tavam arrendadas (...)

... e em setembro, 7 de setembro de 1979, esse pessoal que ‘tava na margem da estrada ocupou a fazenda Macali, e isso ainda no calor da ditadura militar e daí também em seguida o pessoal ocupou a fazenda Brilhante no dia 20 de setembro: foram 200 famílias.

... o acampamento Encruzilhada Natalino então, foi o segundo movimento agrário do campo, depois da ditadura militar. Esse foi o que

deu mais repercussão tanto é que o Governo Federal mandou pra cá o que tinha de mais técnico e mais qualificado na repressão que era o Curió. O Curió veio pra cá com toda a equipe dele, o pessoal do SNI, pra desmanchar o movimento que os agricultores do Sem-Terra fizeram no acampamento Encruzilhada Natalino, e não conseguiu, foi derrotado ali. Então foi o segundo impacto grande, aí, na questão agrária. Depois, em 85 deu a ocupação de Nonoai, mas paralela a esses movimentos agrário que aconteceu aqui, também nós começamos a fazer movimento localizado. Aí se travou uma luta no sentido de mudar as características do sindicalismo nessa região, sindicalismo atrasado, sindicalismo assistencialista, sindicalismo que veio pela, pela mão do Estado que 'tava aí e que não representava os interesses dos pequenos agricultores. Nós começamos uma luta de discussão em torno do sindicalismo, começamos também uma análise e discussão em torno do modelo de cooperativismo que tinha nesta região. Isso foi, foi envolvendo o pessoal na, na discussão e criando uma certa, despertando um pouco a consciência do pessoal do meio rural da necessidade de se organizar”

Em seu depoimento, o presidente da Cooperativa Municipal dos Agricultores de Ronda Alta (COMARA) fala da época em que era estudante em Pelotas e como se deu sua contratação para mediar as negociações entre os acampados e o Governo Estadual.

- “Eu fiz Agronomia em Pelotas, na Federal. Eu 'tava na faculdade e participava do diretório acadêmico e eu participei pelo diretório acadêmico na época acompanhando a luta do Movimento-Sem-Terra aqui em 79 que foi a ocupação da Macali e Brilhante, dos colonos expulsos da área indígena em Nonoai, né? Depois que houve a Encruzilhada Natalino a partir de 79 com remanescentes, com os colonos remanescentes da Macali, do assentamento da Macali e da Brilhante que sobrou alguns remanescentes e começaram a fazer um acampamento na Encruzilhada Natalino, e aí aquilo foi crescendo e chegou a oitocentos e poucas famílias, né? Na época, o Curió levou uma parte pro Mato Grosso, a... outra parte tentaram, tentaram arrumar empregos e coisa assim pra tirar do acampamento; e depois botaram a opressão em cima, foi uma pressão violenta aí com a cavalaria do exército e coisa desse tipo pra tirar, fazer o pessoal sumir daí e tal e o pessoal resistiu até 82 quando então a Caritas comprou uma área de terra. Essa área de terra foi comprada na região aqui da Nova Ronda Alta, e aí até nessa área de 108 ha foi transferido o acampamento da Encruzilhada Natalino pra área da Nova Ronda Alta. E ali a luta continuou até 83 quando então começou os assentamentos dessas famílias que 'tavam na Nova Ronda Alta nessa área adquirida. Daí, eu acompanhei, eu fui coordenar o assentamento de Rincão do Ivaí que era o assentamento de Salto, do município de Salto do Jacuí, onde foi 120

famílias. Foram pra lá que era ainda Nova Ronda Alta, depois teve o assentamento da Nova Ronda Alta mesmo, assentamento da Conquistadora da Terra e da Vitória da União; então esses assentamentos surgiram da Encruzilhada Natalina e em 82 foi transferido pra Nova Ronda Alta e em 83 foram definidas suas áreas, foram assentados em suas áreas; e aí o Rincão do Ivaí eu fui pra lá junto com as primeiras família que foi pra lá pra tentar organizar lá o acampamento definitivo em cima da área; a gente acompanhou a demarcação de todas aquelas áreas e o assentamento definitivo daquelas famílias, eu fiquei seis meses lá trabalhando.”

L. - Tu trabalhavas pra...

- “Pela Secretaria de Agricultura, com um contrato emergencial, e depois em função da organização dos agricultores, das comissões de reivindicações que eles tinham, da forma das sistemáticas de estruturas organizacional interna, a Secretaria de Agricultura do Estado me tirou de lá, né?, demitiu e me mandou embora; eles tinham perdido o controle dos assentados. (...) De certo, eles pensassem que eu estaria trabalhando representando o Estado, só que eu tava representando o Estado mas tentando organizar os produtores no sentido de buscar as reivindicações do Estado. Mas no momento que se deram conta e que viram a estrutura organizacional dos assentamentos ah, não durei oito dias mais. Daí eu vim pra cá em 83, 84, daí eu comecei a trabalhar aqui, né?, na luta dos agrotóxicos, (...) A indicação minha pro Estado contratar foi indicação do Pe. Arnildo (Fritzen) e dos assentados; do movimento então eu fui indicado como técnico pra ser contratado pelo Estado pra ajudar no... , né?. E aí, na época, era o Milton, era um cara mais de esquerda na Secretaria da Agricultura que é ligado ao antigo PC, que era no tempo do governo, aí ele me contratou, fez esse contrato emergencial. Mas durante esse período aí de uns três, quatro meses trocou essa pessoa, entrou um tal de Celso Rangel que era um grande direitoso dentro do Estado, né? E, aí esse veio, veio, começou a assumir a questão dos assentamentos do DACO que era o Departamento de Cooperativa e Orçamento do Estado e ele foi que já não concordou com o sistema de organização, reivindicação. Como sempre eles chegaram impondo as coisas: vai ser assim, assim é assim. Aí a coordenação disse assim: “ó, nós temos um, nós temos uma coordenação em cada setor e tem uma proposta pra cada setor; então, vamos discutir os assuntos um por um e com a coordenação de cada setor, porque cada assentamento tem uma proposta e cada setor tem uma proposta pra ser desenvolvida pro estado. Aquilo foi uma gota, sei lá, uma água gelada, uma ducha de água que caiu em cima e aí morreu, estourou naquele dia, não saiu nada não, né? (...)”

Quando a coisa começou realmente a complicar eu fui isolado e aí os assentados fizeram um abaixo assinado pra que o Estado me contratasse definitivo como coordenador do assentamento. né?

E aí eles entregaram ao Celso Rangel o abaixo assinado e, no dia seguinte, veio o chefe e minha carta de demissão (risos) (...)

Sai de lá, comecei a trabalhar aqui, quer dizer, nós começamos a trabalhar, a partir daí, a questão dos pequenos agricultores junto com os assentados, as associações aqui da cooperação agrícola, os pequenos agricultores e junto através da igreja, na época era Pastoral (o Presidente do CPT era o Pe. Arnildo (Fritzen)); depois se juntou a nós o Davi, pra essa luta contra os agrotóxicos e uma agricultura alternativa né?, e aí começou surgir a proposta inicial de um centro de tecnologia alternativa, né?”

6 GESTÃO PÚBLICA E PARTICIPAÇÃO POPULAR EM RONDA ALTA

Para descrição e análise da experiência do município de Ronda Alta serão apresentados inicialmente os depoimentos gravados no local, com os líderes formais atuais que ocupam cargos na Prefeitura Municipal de Ronda Alta e o presidente da Cooperativa Municipal dos Agricultores de Ronda Alta (COMARA).

Em fase posterior é apontado o perfil do estudante adolescente rondaltense através dos dados obtidos com a aplicação do questionário “Socialização Política e Construção da Cidadania” e, finalmente, o estudo comparado entre os indicadores de eficácia política nos municípios de Ronda Alta, Porto Alegre, Santa Maria, Santa Cruz, no Rio Grande do Sul; e Cascavel e Curitiba, no Paraná.

6.1 A Experiência de Ronda Alta na Voz das Lideranças

No intuito de descrever a experiência de Ronda Alta são utilizados depoimentos dos ex-líderes de movimentos populares que estão ocupando cargos de lideranças formais, mencionados no item anterior (5.2), como: 1) o Secretário Municipal da Educação e Cultura, 2) o Secretário Municipal da Saúde e Assistência Social, 3) o Presidente da Cooperativa Municipal dos Agricultores de Ronda Alta (COMARA), 4) ex-prefeito e funcionário da Prefeitura que atualmente coordena a reconstrução do Hospital dos Trabalhadores, estando então emprestado à Associação dos Trabalhadores de Ronda Alta (ATRA), e 5) um dos diretores do Sindicato dos Funcionários Públicos Municipais, também funcionário da Secretaria de Agricultura e Meio-Ambiente; e serão acrescentados depoimentos do: 6) Prefeito Municipal de Ronda Alta; e 7) Secretário Municipal de Administração.

As entrevistas foram realizadas no período de 27 a 30 de novembro de 1995, em Ronda Alta, no ambiente de trabalho de cada entrevistado, repetindo as características do Quadro II, e para complementar os dados, com o perfil e o ambiente das entrevistas dos dois últimos entrevistados citados, foi elaborado o Quadro III.

Quadro III - Composição do perfil do entrevistado e do ambiente da entrevista

Entrevistado	Perfil	Ambiente
♦ Prefeito Municipal de Ronda Alta	♦ Formado em Letras, foi vice-prefeito na gestão anterior (1989-1992)	♦ Gabinete do prefeito, final do expediente, sem movimentação e uma única interrupção por uma ligação telefônica rápida
♦ Secretário Municipal de Administração.	♦ Advogado com experiência em assessoria jurídica na administração pública	♦ Gabinete do secretário, porta aberta, algumas interrupções de ligações telefônicas

Fonte: Entrevistas realizadas em Ronda Alta no período de 27 a 30 de novembro de 1995.

Utilizando os depoimentos gravados, os tópicos a serem apresentados seguirão a seguinte seqüência:

- 6.1.1 características peculiares da participação popular na administração municipal de Ronda Alta;
- 6.1.2 as lideranças comunitárias, canais de participação e conflitos existentes;
- 6.1.3 a tomada de decisão, implementação de projetos e dificuldades locais;
- 6.1.4 a adequação dos órgãos da administração pública para uma estrutura participativa, a questão da burocracia e o motivo que levou a Administração Municipal à implementação de uma prática de participação popular na gestão pública; e
- 6.1.5 os resultados obtidos com a participação popular.

Posterior à análise dos depoimentos, serão trazidos os resultados dos questionários preenchidos pelos estudantes das escolas localizadas no município sobre "Socialização Política e Construção da Cidadania" no intuito de identificar o perfil da cultura política predominante dos habitantes de Ronda Alta.

6.1.1 Características Peculiares da Participação Popular na Administração Municipal de Ronda Alta

Uma das questões que vêm em mente quando se trata da participação popular na administração pública municipal refere-se às características que tal prática traz para o cotidiano da população, no intuito de torná-lo distinto das práticas administrativas tradicionais. É com essa intenção que alguns depoimentos serão transcritos.

A primeira característica apontada está relacionada com o entendimento das limitações do poder público quanto à escassez de recursos para o atendimento de todas as reivindicações da população.

- “Ela [a população] passa a avaliar as limitações do poder público, sem dúvida alguma qualquer ente público hoje, ele tem limitações, e por mais força que ele faça, ele nunca consegue dar o atendimento à totalidade das demandas da população. É praticamente impossível dar atendimento à totalidade da demanda, então possibilita também que a população tendo em vista a impossibilidade do atendimento do todo, ela ajude a selecionar o que é mais importante e o que é menos importante; e dentro da seleção do que é mais importante e o que é menos importante, a população até certo ponto ela pode evoluir. Ela pode evoluir uma vez que, no todo de reivindicações a gente se depara com uma série de reivindicações individuais, e da mesma forma tem uma série de reivindicações coletivas.”

O clima de informalidade existente na relação entre as lideranças políticas e a população é outro aspecto que caracteriza a participação popular em Ronda Alta.

- “Um outro aspecto que eu acho importante é que a gente nota uma característica de um maior entrosamento entre a administração municipal e entre a população. Existem alguns locais em que a população, ela está bastante distanciada da administração, e aqui se tu parares pra analisar vai ver que a população, ela tem um contato e uma facilidade muito grande de acesso à administração municipal. Seguidamente a gente vê pessoas aí da comunidade contato direto com o prefeito, contato direto com os secretários a todo momento, quer dizer, não são pessoas que procuram se afastar da população, chegam até muitas mesmo até o gabinete com uma

certa informalidade, quer dizer, não é exigido uma série de padrões de uma cultura tradicional que a população não tem acesso.”

A limitação dos recursos, obriga a que se delibere sobre as prioridades junto com a população. Além disso, quando se trabalha a administração pública municipal com a participação popular uma outra limitação precisa de esclarecimento: é a limitação do que compete ao Município, Estado e União.

- “Uma outra questão que eu não havia me aprofundado é a compreensão da limitação. Não só da limitação da possibilidade de atendimentos de demanda. Também há uma limitação de competência entre União, Estado e Município. E a população acaba tendo uma cobrança muito grande, em muitas ocasiões, de demandas que seriam de encargos do Estado e de encargos da União.

Todo e qualquer serviço municipal é feito com uma maior agilidade e com menor desperdício de dinheiro público, e tem uma eficiência muito maior. Então por essa questão em si, também um pouco por falta de compreensão da figura do Estado (que, convenhamos, a figura do Estado hoje está bastante complexa). A população tem uma dificuldade muito grande, ela não consegue muitas vezes discernir o que é encargo de um, o que é encargo do outro. Então somada essa facilidade de acesso ao município e dificuldade do Estado e da União, e a falta de compreensão do todo, ela acaba tendo uma série de demandas que não competem ao município. E também nesse processo de participação popular é muito bom pra... até tentar evoluir a noção que a população tem, né? amadurecer acerca do Estado como um todo, compreendendo União e Estado membro e Município”.

A realização de obras sociais em detrimento daquelas que o entrevistado denomina de obras “elitistas” é uma forte característica da gestão participativa no município e distingue a implementação de políticas públicas numa estrutura mais participativa.

- “Um aspecto que a gente pode observar é pela própria implementação da política municipal. Quando a população é menos participativa, a política municipal, né? nas obras práticas, né?, é uma atividade prática mais elitista, por exemplo, grandes obras inúteis muitas vezes, algumas úteis, é claro (...). E já num local onde a população já tem uma maior participação, geralmente a administração é menos elitista, basta ver que em Ronda Alta não existem praticamente obras ou projetos elitistas, não existem. Quer dizer, as obras e projetos são mais sociais, a gente vê pela implementação prática que aquilo foi deliberado e foi fruto de uma

participação popular maior, pela própria implementação prática, de obras, de agricultura, da saúde, enfim, das situações em geral.

Um projeto até certo ponto mais elitista seria por exemplo alguns projetos de melhoria do aspecto físico do centro da cidade, quer dizer, é importante sem dúvida, mas como foi dinheiro limitado, pra fazer um alto investimento aqui, teríamos que ter sacrificado a agricultura, saúde, educação e coisas do gênero, quer dizer, é pela própria linha de investimento, hoje nós não temos uma linha de investimento elitista que beneficia uns ou outros ou uma minoria isolado.

Não existe algum lugar que a gente pode ver um investimento mais elitista, então o simples fato de não ver investimento elitista é um sinal de que o investimento foi pra área social.”

Resumidamente, as características da participação popular na gestão municipal em Ronda Alta são: 1) o clima de informalidade; 2) o entendimento da escassez de recursos; 3) o entendimento da limitação de poderes entre Município, Estado e União; e 4) a inexistência de obras elitistas para que possam acontecer os investimentos em obras sociais.

O histórico da participação popular em Ronda Alta está fortemente relacionado com as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que formam as unidades geográficas denominadas comunidades, de onde surgem as lideranças locais. É sobre as lideranças comunitárias, os canais de participação e os conflitos existentes que trata o subitem seguinte.

6.1.2 As Lideranças Comunitárias, Canais de Participação e Conflitos Existentes

A origem das comunidades que participam da gestão pública em Ronda Alta são as CEBs. Como elas funcionam atualmente é o que explica o seguinte depoimento:

- “Nós temos aqui o centro da cidade, o perímetro urbano, que são hoje em torno de 5.000 (cinco mil) habitantes, mais outros cinco, cinco mil e poucos, do interior, mais ou menos aproximado. Então, no interior é assim: comunidades onde tem uma igreja, tem uma escola, tem um salão da comunidade onde eles fazem baile, festa, se encontram no final de semana e tal. Então ali se chama isso uma comunidade. Então assim, em cada região, assim, dependendo da situação geográfica, tem isso, então eles se reúnem para formar o conselho regional que dependendo da

situação geográfica tem conselho regional que tem oito comunidades, conselho regional que tem três comunidades. Tem regionais que têm cinco, depende da situação toda. Então esse pessoal, cada comunidade dessas, escolhe dois representantes. Então digamos, conselho que tem oito comunidades são dezesseis pessoas que discutem os problemas regionais.” (...)

L. - São quantas comunidades ao todo?

- “Nós trabalhamos trinta e seis.”

L. - São trinta e seis reuniões ou é uma única reunião?

- “Não. Trinta e seis reuniões. Mais os quatro bairros, dá quarenta, dá quarenta e uma reuniões. (Tem mais a vila Esperança que é a periferia.)”

L. - Quantas associações tem a comunidade? tem o grupo de mulheres, tem...

- “Ah, isso não dá pra contar; tem a associação de água, tem o grupo de saúde, tem o grupo de mulheres, tem o grupo de idosos, tem o pessoal que representa o sindicato, tem um grupo que trabalha com a questão da igreja, né?, a questão da liturgia da igreja toda, tem o pessoal, digamos assim, do partido; tem o grupo do partido, né?, algumas comunidades não tem formada, outras já tem formada, tem bastante organização na comunidade, uma diferente da outra e cada uma tem sua liderança, as vezes tem um que é responsável por duas ou três dessas, né?”

A complexa rede de organizações da sociedade civil que iniciam na comunidade, como unidade de onde partem os movimentos sociais locais, é formada através de espaços de participação institucionalizados ou não.

- “Bom, existem espaços institucionalizados e não institucionalizados. Institucionalizados nós temos hoje os conselhos setoriais, temos o Conselho Municipal de Saúde formado por representantes da administração pública, por representantes das entidades de saúde municipais, hospitais, clínicas, e temos representantes da comunidade, os quais são majoritários dentro o conselho. Temos o Conselho Municipal de Direito da Criança e do Adolescente, também formado por representantes da comunidade em geral, de dentro do associativo da comunidade e representantes do poder público; temos o Conselho Municipal de Habitação que está sendo implementado, formados por representantes do município, representantes das entidades vinculadas à habitação e da comunidade; temos o Conselho Municipal de Transporte, né?; temos o Conselho Municipal de Educação que está sendo formado, quer dizer, na prática já existe um grupo, um grupo que está trabalhando na formação mas não está formado; temos o Conselho Municipal de Agricultura e

Meio Ambiente, que também é formado por representantes de entidades do setor agrícola do município e representantes da comunidade, enfim temos esses conselhos setoriais, que é um dos fóruns que a população tem, e temos também um conselho que é... ele não é institucional mas é um conselho que na prática ele tem grande importância, é um conselho de fato, que seria o Conselho do Orçamento Participativo, seria um conselho geral formado por representantes das diversas comunidades agrícolas, dos bairros, do centro da cidade.

Seriam basicamente esses os canais que nós temos de participação popular, e temos também as comunidades, como nós chamamos, que são entidades associativas de uma determinada localidade; algumas delas constituem pessoas jurídicas devidamente constituídas, mas a maioria delas não são pessoas jurídicas, são pessoas de fato, são entidades de fato.”

A escolha das lideranças se dá através de assembleias abertas realizadas em cada comunidade.

L. - E como é que são escolhidos os representantes?

- “A forma que eles são escolhidos é através de assembleia das comunidades, assembleias abertas que as comunidades convocam e que elas tem o seu critério de escolha, geralmente por aclamação, né?, em assembleias de cada localidade.”

L. - Quem é que convoca a assembleia?

- “A diretoria da localidade. A diretoria da comunidade local geralmente, em algumas ocasiões os conselheiros, algumas não, na maioria das ocasiões, os conselheiros são os próprios dirigentes da comunidade, mas existem ocasiões que não são, que são pessoas alheias à direção da comunidade.”

As lideranças locais atuam em uma grande quantidade de associações, grupos, conselhos e outros em que fica difícil listar todos os canais de participação existentes. Mas a predominância da população deliberando junto aos órgãos governamentais não evita os conflitos, podendo até mesmo aumentá-los uma vez que enquanto uma gestão não participativa envolve um menor número de pessoas, na administração pública com participação popular ocorre o inverso.

As divergências são encontradas no partido político, na cooperativa e nos movimentos sociais diversos, como segue:

- “Até pouco tempo atrás o PT era um bloco só aqui, né? Sim, não havia divergências, algumas divergências assim mas muito sutis que até imperceptíveis pela, pela própria população, né? E num determinado momento assim, nos últimos dois anos até essa divisão, essas divergências de idéias, elas ganharam força e quase chegam a trazer problemas hoje para o Partido.”

Foi também apontado problema quanto a interesses divergentes na cooperativa local: - “Interesses divergentes e até a própria questão política...; nós tentamos desmembrar essa cooperativa e fazer a nossa própria cooperativa aqui no município, lutamos e não conseguimos.”

Em uma explanação da história dos movimentos sociais, é mencionado o conflito existente entre o que se denomina de encaminhamentos divergentes entre o MST e a Igreja.

- “O Movimento-Sem-Terra fazia já de forma autônoma, própria, tinha a sua autonomia, e aí desvinculou-se da Igreja e também de uma série de outras entidades e inclusive do sindicato daqui, também sindicato municipal. Eles começaram a ter a sua autonomia e aí começou haver disputa de poder.”

L. - Começou a haver um conflito político?

- “Conflito político que perdura até hoje, tá?”

L. - Caracterizado pelo?

- “Caracterizado por uma diferença de entendimentos de encaminhamentos, que seria, assim, uma forma de pensar diferente, uma forma de conduzir diferente. O Movimento-Sem-Terra assumiu a sua autonomia, sua personalidade: eles passaram a dirigir as coisas a partir das próprias direções, dos próprios assentados. Os próprios sem-terra e assentados passaram a querer as entidades apenas como apoio e essas entidades se sentiram feridas porque sempre deram direção.” (...)

- “Sim, a partir de então o movimento assume a sua direção, sua autonomia e quer dessas entidades apenas apoio ... e é a partir da [fazenda] Anoni onde o Movimento-Sem-Terra realmente se estruturou como uma personalidade própria e aí tem divergências até hoje.”

Estes são os conflitos apontados pelos entrevistados sobre os indivíduos no campo político em geral. A existência de divergências pode ser analisada de forma positiva se for considerada a necessidade de um espaço para que se

manifestem. No caso em estudo, pode-se observar que essa existência é decorrente de uma evolução da participação e houve mudança sensível da primeira para a segunda gestão dos trabalhadores.

- “a primeira gestão [dos trabalhadores] foi uma consequência da luta popular, quer dizer, [não] foi uma luta nem do PT; o movimento popular como consequência ganhou a prefeitura, tá? E também assim, os movimentos participaram da administração, só que... a administração absorveu o movimento popular, né? Mas isso não foi um erro do prefeito, foi um erro estratégico do PT, que absorveu o movimento popular e aí enfraqueceu os movimentos. Na segunda, não. (...) [Na primeira] houve a participação popular setorizada, mais mérito do secretários do que do prefeito. Então aqui teve na área da agricultura participação, criação do conselho, do fundo; teve na área da saúde, criação do conselho, do fundo único de participação; teve no setor de educação um grupo de discussão. Mas não teve o famoso conselho do orçamento, não teve o conselho popular, né? porque o prefeito em momento algum tentou dividir o poder: ele sempre, sempre, teve a preocupação de ter um fórum consultivo pra elaboração de seu projeto.”

L. - Consultivo?

- “Consultivo. Fez um grupo político consultivo com lideranças muito grandes, e ele consultava sempre as lideranças, mas quando as decisões dessas lideranças não eram segundo a sua vontade, ele desrespeitava (...) Prova disso [é] que hoje a maioria das lideranças dele [es]tão afastadas, a maioria das lideranças são do PT mas [es]tão afastadas, e se tu falar[es] com eles, eles dizem: “Ó, mas não adianta, a gente decide mas não é cumprido, não é observado o que se diz”.

L. - O mesmo acontece com a gestão atual?

- “A gestão atual tentou rearticular isso, tá? (...) Encarregaram isso ao ex-prefeito fazer o conselho popular, ele não fez nada disso, aí esse ano [presente] o vice-prefeito retomou pra criar o Conselho de Orçamento. (...) Então eles conseguiram criar o grupo de orçamento, houve uma discussão embrionária, acho que foi importante essa discussão embrionária, reconhecida pela oposição, pela direita, discussão do orçamento nas comunidades, prova disso que a LDO [Lei de Diretrizes Orçamentárias] passou na câmara sem nenhuma alteração.”

L. - E havia sido discutido na base?

- “Sim, sim, havia sido discutido na base. Embora embrionário, não foi uma coisa muito madura, muito firme como é Porto Alegre, mas houve isso, houve uma abertura desse espaço. Permanece o Conselho de Agricultura, Conselho de Administração, tem o Conselho dos Transportes, Conselho de Saúde, esses conselhos setoriais permanecem e

agora esse Conselho de Orçamento que é ligado diretamente ao gabinete. ... e o Conselho de Orçamento conseguiu mudar um pouco essa proposta política. Antes, com o ex-prefeito era a saúde a prioridade um, e o conselho de orçamento disse que obras é prioridade um, saúde é prioridade dois, e o governo atual observou isso, no governo anterior, se fosse ainda o outro prefeito, não se observava, o interesse dele é outro.”

6.1.3 A Tomada de Decisão, Implementação de Projetos e Dificuldades Locais

Para descrever o processo de tomada de decisão numa estrutura de participação é citado o caso das escolas de I Grau no município onde está sendo feito um projeto para cada uma das duas maiores escolas municipais, levando-se em conta a realidade específica local.

- “Bom, a gente sempre tem que se reunir, (...) com todo o grupo, até com os professores, não é um grupo tão grande, né? Nós hoje temos 38 professores só, né? com quem a gente trabalha o aspecto da política, até o aspecto da política educacional. E toda a questão do planejamento, ele é feito com um grupo. Quer dizer, um exemplo do que está acontecendo agora, né? O pessoal está tentando discutir com as escolas (...) uma proposta pedagógica. Já existe uma proposta pedagógica para o município que foi discutida com a participação da comunidade.(...)”

É com base numa proposta do município tentar adequar isso à sua realidade, né? Se você pegar assim essas duas escolas onde nós temos um grupo considerável, né? A escola da vila é uma escola da periferia, escola de absoluta miséria, até, né? E a outra escola que é uma escola de primeiro grau completo no meio rural. São realidades diferentes e aí então você pode ter objetivos maiores, abrangentes da política educacional do município mas cada escola vai ter que adaptar à sua realidade e determinar metas, né? para cada escola.(...)”

Bom, a proposta pedagógica da Secretaria foi feita da seguinte maneira: a gente tentou dividir assim todas as escolas do município e aí não entrou as escolas estaduais, né?. É..., a gente dividiu em cinco áreas, a gente chamou de regional e a gente fazia uma reunião, duas, né? com os pais; levantava as diretrizes gerais com eles sobre como eles viam o mundo, o ideal de sociedade, o ideal de ser humano e o ideal de educação. Esta foi uma parte. A outra parte foi com os professores, três meses de trabalho, só que daí era mais aprofundado; [com] os pais, era um trabalho mais, digamos assim, mais simplificado e daí, dessa primeira parte da proposta, a gente fez o diagnóstico e do diagnóstico a gente fez a programação.”

- “A gente fez duas reuniões de avaliações com toda a comunidade, todos os pais. A gente levantou assim algumas questões pra ver se a posição de

avaliação da própria escola, da comunidade, dos alunos, da própria participação da família na escola é..., e a gente vai ter este relatório também para se basear no levantamento dessas diretrizes gerais e durante o ano que vem a gente vai se reunir e provavelmente a gente vai promover cursos, encontro com os pais, com os alunos. A gente vai tentar com o próprio conselho estudantil, com o próprio grêmio estudantil, a gente quer se aperfeiçoar mais. Com o planejamento no início do ano e essa proposta pedagógica ela não tem em vista assim durar um ano, dois anos, de ser sempre a mesma; [é um] tipo assim, de ir se aperfeiçoando conforme a caminhada...”

Mas existe a resistência à participação por parte dos professores, em função da formação pessoal, como é comentado:

- “... o professor aceita, na teoria; na discussão, ele aceita; só que depois, no momento de por em prática, ele tem toda uma formação pessoal que está estruturada e essa mudança é um processo lento, quer dizer então, assim, eu até acho - se podemos afirmar até isso, que todos os professores até tentam fazer isso; agora uns conseguem avançar mais que os outros: conseguem aceitar essa crítica e essa participação da comunidade. Uns fazem isso com a maior facilidade que outros.”

A objetividade da população é apontada como uma das dificuldades para obtenção da participação em projetos que não tenham resultados imediatos.

- “Nós temos uma série de dificuldades em algumas ocasiões em relação ao conselho, e quais são estas dificuldades? Uma delas deriva da objetividade da população. A população é muito objetiva: é muito difícil a gente ter participação se a gente convocar a população pra discutir uma coisa genérica, uma coisa que não é objetiva que diga interesse diretamente ao seu dia-a-dia; por exemplo, se a gente chamar uma reunião do Conselho de Habitação para discutir uma nova metodologia de trabalho, uma nova regulamentação, novas metas. [Nesse caso] a participação, ela se dá com bem menos, bem menos interesse do que quando temos o projeto objetivo. Quando tu tem algo que diz diretamente pra efeito de interesse da população, tu tem uma participação mais massiva. Então, por exemplo, [quando] o conselho vão discutir uma coisa mais genérica, uma coisa até de um nível mais avançado e de uma questão mais complexa, que não diga diretamente a seu problema do dia a dia, a participação geralmente ela fica prejudicada, ou com pouco interesse. A população gosta é que no conselho se jogue aspectos objetivos, pra discutir e pra deliberar. Esse é um dos grandes problemas que nós temos. Então, sempre que a gente marca uma reunião a gente tenta jogar a

questão mais objetiva pra que a população se anime a participar, é um aspecto relevante que é bom a gente considerar nos conselhos, né?”

No setor de saúde, as contratações de novos funcionários são feitas na confiança de que a experiência da participação é apaixonante e convencerá o novo contratado a trabalhar de forma participativa.

L- E o médico que entra aqui e que não tem o hábito de participar?

- “Mas ele é convidado, ele acaba sendo parte.”

L. - Vocês convencem ele?

- “Ele acaba se convencendo, ele acaba se convencendo da discussão por que? porque assim, ó, para ele também é bom ele entender o todo. (...) Daí assim, a enfermeira que estava aí, né? ela trabalha no interior só. Ela não trabalha na clínica nem no hospital, mas ela entende o que a clínica faz e o médico e as enfermeiras da clínica sabem o que ela está fazendo, por isso todos os projetos se discutem nesse grupo para que todo o grupo entenda o todo do projeto e não a parte só. E aí assim todo o pessoal que entra e faz parte da discussão, ele acaba tendo uma coisa nova de chamar atenção, porque provavelmente onde ele veio ele nunca, ou muito pouco, discutiu isso, né? Então é uma coisa que apaixonava.”

O principal problema na área de saúde é que: “Nós precisamos para desenvolver todo o projeto ter mais recursos humanos. Então em consequência das questões financeiras não se contrata mais recursos Humanos. Esse é um problema. Uma outra questão é a questão do hospital, da falta do hospital.” Além da quantidade de pessoal, a formação de pessoal é também apontada como uma necessidade.

“ [Tem] a questão da formação de Recursos Humanos. É claro, o pessoal se formou numa universidade, veio trabalhar, tem que buscar novas informações. Tem que se aperfeiçoar, atualizar melhor. Então é uma coisa que para nós fica distante porque geralmente os cursos são em Porto Alegre. Então o que a gente estaria buscando é buscar de repente na área da Saúde Pública, na manutenção e prevenção, que assunto interessa para o grupo, e a gente buscar pessoas que possam vir para cá para dar. Então essa é a nossa dificuldade, a questão de formação de pessoal.”

Um outro depoimento confirma que o maior problema no município é financeiro, seguido da falta de quadro de pessoal melhor qualificado.

- “Bom, a principal dificuldade do município hoje é financeira, que está impedindo da gente realizar aquilo que nós [aqui na Prefeitura] gostaríamos, e também os conselhos, né?, setoriais da administração, e mesmo também o conselho do orçamento participativo. (...) Então o problema, mesmo, tá claro. Além disso, nós temos problemas também de falta de quadros competentes, né? nós precisaríamos ter mais, né gente assim talvez aqui dentro da administração. Por exemplo, um assessor de comunicação, um jornalista nós não temos. Nós não temos engenheiro civil, arquiteto. Nós temos, claro, secretários com toda a boa vontade, muitos com bastante competências outros com algumas dificuldades. (...) Enfim eu acho que, resumindo, é questão financeira. é uma questão de quadros mais preparados, né?”

A participação ocorre de forma diferenciada na comunidade e no bairro.

L- Comunidades participam mais do que os bairros?

- “Sim, comunidades do interior participam mais do que os bairros. E aí então temos dificuldades porque o pessoal dos bairros, durante o dia eles não tem condições de participar de reunião porque eles trabalham, são funcionários, são empregados, né? por outro lado aí teria que se fazer reunião de noite. Aí se faz reunião de noite o pessoal do interior não pode vir porque não tem ônibus, então isso até tá dando, causando um pequeno problema pra nós.”

A fiscalização das obras realizadas pela prefeitura é um dos objetivos a ser atingido com a criação do Conselho Municipal de Obras e Viação.

- “...nesse mês de dezembro agora vamos criar o conselho municipal de obras e viação, que é uma coisa que nós, que tá, era pra ter sido criada já há muito tempo e não foi, agora esse conselho vai ser criado esse mês.”

L- Qual o objetivo desse conselho?

- “É pra, é pra justamente pra essa finalidade, é pra fiscalizar, né?, as obras que são realizadas na cidade e no interior.”

L- A comunidade fiscalizando?

- “Isso, o serviço da prefeitura, porque, porque é o seguinte: às vezes o operador de máquina, ele vai fazer um trabalho e ele vai lá e faz um trabalho com a máquina que não satisfaz a comunidade, que não satisfaz as pessoas que moram lá, onde ele foi fazer o serviço. Por quê? porque ele não ouve a comunidade e nós queremos que agora então, alguém de cada comunidade seja um dos conselheiros. Vai ser um conselheiro e então damos um operador, uma máquina; enfim, qualquer trabalho que será realizado naquela comunidade ele vai ser quem vai dar a direção dos trabalhos lá naquela

comunidade. Se saiu errado, aí é problema deles, se saiu certo ganhamos todos, ganha a administração e ganha a comunidade.”

Mas em que será que a administração precisa mudar para se adequar a uma comunidade participativa e em que as questões burocráticas atrapalham os procedimentos? A resposta deve vir no subitem seguinte.

6.1.4A Adequação dos Órgãos da Administração Pública para uma Estrutura Participativa, a Questão da Burocracia e o Motivo que Levou a Administração Municipal à Implementação de uma Prática de Participação Popular na Gestão Pública

Este primeiro depoimento explica do que trata a Secretaria Municipal de Administração e sugere que outros setores sejam consultados:

- “No momento eu quero registrar o seguinte: eu considero muito importante que sejam consultados os setores específicos de cada conselho, ou de cada projeto, até porque a Secretaria Municipal de Administração é uma secretaria que cuida... não diretamente da relação com a população, né? nem diretamente da relação com esses projetos desses convênios na prática. É uma secretaria que cuida muito mais do aspecto organizativo interno da administração, de organização interna de servidores, da organização interna quanto à legalidade, quanto ao departamento jurídico, quanto a projetos de lei, quanto a relação com o poder legislativo, quanto a contratos, quanto a convênios e quanto a uma série de questões mais internas; essa relação mais externa de contato com a população a Secretaria de Administração cuida muito mais a parte de legalidade dos atos das demais secretarias e desses projetos que as secretarias desenvolvem.”

Em seguida é feita uma pergunta sobre as mudanças que a estrutura administrativa sofre para a sua adaptação à participação popular.

L. - Que modificações a Secretaria de Administração como a organização dessas atividades teve que sofrer, teve que passar, pra que os projetos fossem implementados? Tu percebes alguma mudança na burocracia interna?, na administração municipal?, ou na própria hierarquia da organização dos projetos?, como é que tu percebes isso aí, houve alguma alteração ou não? se a estrutura se mantém a mesma pra participação popular?

- “Estrutura administrativa, ela tem muito pouco a valer, numa organização tradicional ou numa organização administrativa que ela pretende, que ela pretende evoluir, ela tem muito pouco a fugir do tradicional, assim como a Secretaria Municipal da Fazenda não tem muito a fugir do tradicional, é uma sistemática mais exata, mais objetiva. Vamos dar um exemplo, uma organização administrativa mais voltada a população e uma tradicional a forma de apresentar a contabilidade é a mesma, a forma de empenho prévio é a mesma, o processo licitatório que é feito é o mesmo... (...) É uma secretaria muito mais técnica do que política ou do que social; enfim, uma diretriz de administração um pouco diferenciada ela altera muito pouco a organização interna.”

L. - Mas mesmo mudando pouco você acha que ainda modifica?

- “Modifica, modifica porque a..., ao invés da gente ter que implementar, implementar, alguma coisa que é deliberação unilateral do prefeito, tem muitas vezes que buscar, que buscar, né? antes de implantar um projeto de lei na prática ao invés de solicitar a idéia do prefeito nós vamos solicitar a idéia do conselho. (...) a licitação ela tem um procedimento técnico imutável, só que quem delibera a licitação, né? não é o prefeito mas sim o conselho quer dizer, é o local de onde parte, de onde parte iniciativa de tomar o ato administrativo, agora o ato administrativo ele tem uma característica quase que imutável, que é de apenas o local de onde parte a iniciativa do ato administrativo, o restante não temos muito a alterar. Eu acredito que as secretarias que têm um contato mais direto com a população elas têm um poder muito maior de mudar a sua atuação se comparado uma administração tradicional de uma administração que pretende ter uma atuação um pouco diferenciada, mas as secretarias de, de Administração e Fazenda tem muito pouco a..., alterar nos seus procedimentos ou na sua rotina de trabalho.”

Vejamos uma outra opinião sobre a Secretaria Municipal de Administração:

L - Como é que vocês vêem a Secretaria de Administração, como é que ela influi nesse processo? Qual o papel dela?

- “A Secretaria de Administração ela é quase que mais até organizacional, aspecto legal, aspecto formal, aí tudo passa pela Secretaria da Administração. (...) Também um pouco assim da questão do planejamento também faz parte da Secretaria da Administração, quer dizer, ela não é uma secretaria que presta serviços à população, ela tá mais ligada às outras secretarias, assessorar outras secretarias neste aspecto de formalização de processos todos, né?”

L - Ela serve como assessoria pro resto da...

- “Quase como apoio.”

Uma questão que vem junta com a Administração é a burocracia.

- “Eu acho que quanto a essa parte burocrática, eu acho que, tudo bem, ela dificulta, mas o problema é você ter recursos, no momento em que você tiver esses recursos na mão a parte burocrática não é lá o problema, né, tchê! porque você, tendo recursos, você faz dentro das normas legal, você pode aplicar onde quiser, né? Mas o problema todo é a falta de recursos. (...) Então você tem que realmente ficar dentro daquela previsão orçamentária. (...) Mas no momento que você tiver dinheiro na mão, você faz. Você faz porque aquelas pendências, né?, burocráticas tem gente que lida com isso né, então não tem problema nenhum, o problema é você ter dinheiro na mão. (...) Tendo recurso, a burocracia não é problema. Pessoalmente, porque tendo recurso na mão, você tendo as suas previsões ... Claro que não se esbanja, mas se pode fazer muita coisa. Problema não tem.”

Na área da saúde se fala também da burocracia.

L. - Você acha que não existe um impedimento burocrático para o desempenho da área?

- “O que eu coloco é o seguinte: por exemplo, hoje me sai..., estou com dois médicos, três médicos, tá?. Dois trabalhando durante o dia e outro de plantão. Daqui a pouco um resolve amanhã não trabalhar, e vai embora. Aí o de plantão diz: - ‘Ó, tem que procurar médico para amanhã’. Legalmente isso não existe porque tem todo um concurso que tem que se fazer, tem os prazos que se tem que respeitar que são quarenta e cinco dias, no mínimo. Entra e abre o edital, faz o concurso, chama e vai lá. Então, isso para nós no nosso tempo...; naquela época ainda dava porque não tinha concurso público. Hoje, se o movimento sindical não entende isso, o movimento popular não entende isso, ele vai dizer: - ‘Mas péra aí, se o médico saiu na semana passada como é que tu já colocou outro?’, [e outro diz] - ‘Então o médico quer trabalhar e você não contratou ainda por que?’. Quer dizer, tem toda uma questão legal que eu não posso passar por cima. Então isso emperra o trabalho.”

L. - Mas existem maneiras de contornar isso?

- “Mas existe maneira de contornar, claro. Dentro dos prazos se contorna.”

Quando é mencionada a máquina administrativa, é perguntado sobre a existência de algum impedimento relacionado à burocracia.

L- O senhor mencionou máquina administrativa, do seu ponto de vista haveria algum tipo de impedimento burocrático, na gestão participativa?

- “É eles tem, tem alguns impedimentos mas que a gente clareou para o pessoal, né? Por exemplo, tem esse que eu coloquei antes, da educação, né? Nós somos obrigados a aplicar vinte e cinco por cento na educação, se o pessoal dissesse que podia aplicar vinte e seis, vinte e sete, trinta, tudo bem, agora se falassem menos que isso não podemos, isso é uma coisa que nós clareamos para eles, né? Então isso é uma coisa burocrática, uma coisa institucional, legal que não pode mexer. Tem outra coisa, por exemplo, a câmara de vereadores tem quatro por cento do orçamento [e] o pessoal pediu para tentar baixar isso aí, só que, o gabinete aqui também tem dois e meio por cento do orçamento, né? Só que daí tu vai ver e diz: - ‘não, tu pode reduzir, pode baixar para dois por cento’; só que esses dois por cento são insuficientes porque já existem despesas fixas, né?, despesas fixas que você não, não adianta querer baixar, porque daí depois tu tem que suplementar, né? Então tem umas questões que são burocráticas, que você não tem como mexer, mas ainda é possível mexer nisso aí, ainda é possível.”

L- E essas questões atrapalham a gestão?

- “Não, não atrapalha porque..., mais aí a gente coloca pro pessoal diz: ‘ó tem algumas coisas que aqui são burocráticas, nós não temos como mudar’”.

O papel da Secretaria Municipal de Administração é apontado como o de assessorar as outras secretarias, ou seja, ela exerce atividades de apoio para o funcionamento da Administração Municipal em geral. Quanto à questão da burocracia ela não é considerada como um impedimento para o desenvolvimento das atividades.

O motivo da participação popular na gestão pública, é explicado a partir da resposta à seguinte pergunta:

L- E por que administrar com a participação da sociedade civil?

- “É eu acho que responsabiliza...”

No caso específico da participação no projeto pedagógico coordenado pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a resposta é mais abrangente:

L - Por que vocês passaram de uma idéia, de uma concepção de que a própria Secretaria poderia elaborar o projeto e aplicar na escola,

seria uma maneira tradicional de trabalhar. Por que vocês foram buscar na escola que os próprios professores apontem as necessidades, né? o que foi que aconteceu nesse..., né? que experiência vocês tiveram para chegar à conclusão de que ir buscar nas escolas é a alternativa?

- “É, eu acho que é uma concepção até política, né? (...) É mesmo partidária, ela surgiu em cima das discussões coletivas e mesmo como poder, né? depois poder constituído no município, nós tínhamos que continuar com essa prática, né? e até mesmo, quer dizer, hoje se nós quiséssemos voltar atrás e querer bancar o autoritário, eu acho isso seria impossível. A população reclamaria isso de forma bastante... Eu acho que não tem, não tem como voltar atrás nesse sentido. A população tem que participar nas decisões políticas, as pessoas não devem esperar dos políticos as decisões, exclusivas dos políticos porque elas sempre vão acontecer mais pelo interesse político. A gente vê isso ainda hoje, ainda hoje vê, em relação à maioria da classe política, né? O poder dominante que está aí, os caras estão no governo pra atender os interesses deles, não para atender os interesses da população e na verdade esses que, que governam para atender seus interesses é que não querem a participação popular porque daí na medida em que eles governarem com a participação popular, eles vão ter que atender não aos interesses han... deles, pessoais, e sim atender aos interesses da população.”

6.1.5 Resultados Obtidos com a Participação Popular

Os principais projetos existentes hoje em função da participação popular são apontados como sendo a criação do Fundo Rotativo de Desenvolvimento Agropecuário (FURDARA), a implementação do transporte escolar para as Escolas Centro-Regionais e o projeto Criança-Aprendiz.

- “O Fundo Rotativo de Desenvolvimento Agropecuário, o FURDARA, ... estabelece periodicamente em reuniões, qual é a linha de investimento que ele vai ocupar; o maquinário, equipamento. Ele vai aplicar esse maquinário, esses investimentos num açude pra criação de peixes ou não, ou se ao invés do município dar o maquinário e os equipamentos ou contratar equipamentos de terceiros para a prestação desses serviços ou se vai financiar, financiar em dinheiro, ao agricultor pra que ele instale uma série de projetos de interesse próprio. Enfim, é ele que delibera qual é a linha de atuação que vai ter num ou noutro momento. Há ocasiões [em] que o FURDARA deliberou que seria importante investir em equipamentos próprios e prestar o serviço à comunidade, e há outras ocasiões [em] que o FURDARA, Fundo Rotativo de Desenvolvimento

Agropecuário, avaliou que seria o mais conveniente emprestar dinheiro pra agricultura mas esse empréstimo de dinheiro ele tem um caráter social. Por ter caráter social, ele se dá sem juros, apenas com a correção monetária pelo feito do produto. Se o indivíduo hoje ele retira uma determinada importância ele paga em três anos com 0% de juro corrigido pelo preço da cotação do milho, mas esses investimentos eles só podem se dar em projetos que visem na fuga da monocultura e da agricultura tradicional, ou seja, pequenos projetos voltados à pequena propriedade que venham a fazer com que ela deixe da monocultura mecanizada, como por exemplo criação de peixes, estufas para, pra horticultura, quilagem, né? pra gado leiteiro, né?”

L. - Quantos são os agricultores na região?

- “Na região? Bom, nós temos aproximadamente 5.000 pessoas no meio rural, temos aproximadamente 1.500 famílias; (...) teríamos de 1/3 à metade deles que já se beneficiaram dos recursos.”

- “Bem, dentro dessa área da agricultura..., tranqüilamente acho que o retorno é satisfatório. (...) Financiamos [e] eles estão contentes porque pelo menos, eles acharam uma maneira de conseguir recursos baratos, sem juros e que venham beneficiar a sua propriedades né, acho que dentro da área de agricultura, do meu ponto de vista, acho que é uma das melhores áreas hoje.”

Sobre as escolas e o projeto criança-aprendiz:

- “Em cada setor do meio rural tinha uma pequena escola multiseriada da 1ª a 3ª, 4ª ou 5ª série conforme o local, essas escolas pequenas foram todas elas fechadas, todas não, quase todas. Ficaram algumas, e em locais centrais do meio rural foram formados centros educacionais, com escolas completas de 1ª a 8ª série do primeiro grau completo. E foi posto transporte escolar pra que passasse nas localidades onde temos escolas pequenas fechadas e levasse até os centros educacionais de uma região do interior, dessa forma a gente pode ter uma evolução muito grande no ensino no meio rural, porque ficava até certo ponto prejudicada a qualidade do ensino quando uma professora tinha que dar conta da primeira a quarta série, com a média de três a quatro alunos de cada série. Hoje temos por turma definidas, (...) é um plano social de melhoria da qualidade de ensino no interior. Ahn..., quais seriam os outros projetos vinculados? formação de creche, de creches inclusive com alimentação, ele é um projeto integrado de educação e saúde numa vila pobre de Ronda Alta, vila Esperança, inclusive com alimentação pra combater a desnutrição, inclusive com a participação de crianças já de maior porte, em projetos integrados de ensino, de atividades práticas. Temos por exemplo um projeto de... que até ele foi muito elogiado, né? que é o projeto da criança aprendiz, onde nessa mesma localidade pobre, a população tem mais dificuldade de se entrosar com a comunidade, e até

mais dificuldade financeira, de ter um maior atendimento a essa população, pra que ela pudesse ingressar no mercado de trabalho, através do projeto criança-aprendiz, a criança vai a escola, integrado à atividade de escola, né? à tarde ou em outro expediente duas ou três vezes por semana, ela faz aprendizado de atividades práticas, de atividades práticas.”

A garantia de escola para todos é decorrente da mudança possível ao sistema de transporte escolar.

L - Que resultados poderiam ser assim apontados como, é..., possíveis pelo tipo de gestão com participação popular?

- “Eu acho que para começar a..., uma coisa assim que deu bons resultados, o cumprimento até do próprio texto constitucional, a questão assim de garantir toda a população acesso a uma escola de primeiro grau completo.”

L - Até então não havia escola pra todos...

- “Não havia. Nós tínhamos em 91, 41 escolas municipais. Destas 41 escolas nenhuma de primeiro grau completo, né? então nós fizemos um levantamento, até uma pesquisa, 84% da população do meio rural tinha a escolaridade até a quarta série só. E lógico, era onde a escolaridade era oferecida nessas escolas, não haviam sistemas de transporte que viabilizasse a freqüência dessa população a uma escola de 1o. grau completo, então foi a primeira coisa assim que nós começamos a discutir com a população. (...)”

- “Eu acredito assim que 90% do município hoje está coberto com transporte escolar e que garante o acesso dessa população numa escola de 1o. Grau completo e até 2o. Grau também porque todo o sistema de transporte também vem pra cidade, né? Então isso nós estávamos discutindo esses dias uma coisa que está alarmando os diretores das escolas, pô mas uma vez sobrava, sobrava vagas, sobrava vagas nas escolas, e hoje, esse ano, assim nós estamos com problemas de vagas, né? (...) Nós estamos transportando 770 alunos diariamente, quer dizer, 770 alunos, seriam alunos que se não fosse o transporte escolar? A metade deles ou mais teriam freqüentado só até a 4a. série e parado de estudar. Então pra mim, isso é um resultado tremendamente positivo, a própria questão assim de poder garantir a toda população o transporte, o acesso a uma escola de 1o. grau. (...) e a própria questão cultural também avançou bastante nesse sentido, né? A criação de grupos de teatros, né? das escolas é uma coisa ainda quase que embrionária, né? Mas que começa a ser percebida dentro da escola, né? Os jogos estudantis também foi uma coisa assim que possibilitou o intercâmbio entre as escolas. (...)”

Com o transporte escolar isso possibilitou uma dinâmica de vida pra essas crianças diferente daquela de sair da sua casa, caminhar 2 km aí

chegar na escola, e fazer aquilo diariamente, né? Na medida em que ele teve que aprender a andar de ônibus, digamos até, tomar um ônibus, se comportar dentro de um ônibus também é um aprendizado novo, né?”

A saúde está fortemente relacionada com a história de Ronda Alta e seus projetos dizem respeito à formação de grupos diversos como o de idosos, gestantes, crianças, teatro e outros.

- “Na verdade, quando eu comecei em 85, nem eu acreditava, né? Nem eu. Eu ficava meio assim, será que dá certo? Então, assim, é uma coisa que veio trazendo, então o que eles queriam na verdade era assim, era que nós desse um jeito de fazer com que o dentista parasse de explorar e que o médico, que o hospital parasse de explorar. Essa era a bandeira maior, né? Bom, mas daí, nesse meio termo a gente já tinha alguns profissionais não contratados mas que vieram pra cá, pra ajudar a escrever esse projeto, né? eles acabaram ficando trabalhando com a gente, né? (...)”

E aí, a partir daí, em 85 (...) veio a necessidade do hospital. Então foi comprado o hospital em 86. Se trabalhou, 86, 87, 88 e em 88 o hospital da ATRA então, com a equipe do hospital toda da ATRA. A equipe que ia pro interior, pros postos de saúde por aí, nós buscamos projetos na Alemanha, na Holanda, e construímos até o final de 87, cinco postos de saúde, vê só a agilidade. Começamos em 85 com nada, em 87 já tinha grupos organizados, ah... cinco postos de saúde construídos e equipados dando assistência, né? e o hospital montado e dando assistência gratuita. (...)”

- “Como é que nós trabalhamos: a gestante, a gente começa por aí e daí vai evoluindo. A gestante, depois que a gestante tem o seu bebê, tem a sua consulta. Depois continua a questão da criança que nasceu. A criança tem obrigatoriamente os trinta dias, duas consultas com o pediatra... Depois desta avaliação que eles fazem, que a criança já deu alta, não tem mais problema o filho continua com a avaliação mensal até os dois anos. Não necessário com o médico. Mas com o aval da enfermeira, qualquer problema que a enfermeira constata ela encaminha para o pediatra. E depois de dois anos da criança é um outro projeto. É um trabalho da pastoral que é feito via igreja. Nós discutimos a pastoral da criança tudo no mesmo grupo de saúde. Não apenas com a igreja. Tudo a ver com as regras discutidas pela igreja pastoral e nós discutimos aqui. (...)”

- “A questão da droga é um problema que para nós está causando preocupação. Têm jovens consumindo drogas e é uma questão muito difícil de trabalhar. Então estamos trabalhando com a juventude mais dentro dessa linha. E eu quero comentar a questão da droga é formado um grupo de pessoas, uma espécie de um grupo de teatro, que esses mesmos alunos vão trabalhar a questão do teatro e repassar para os

demais colegas através do teatro o prejuízo que isso faz para a saúde, para a sociedade, para o meio social para ela mesma como membro da sociedade.”

A questão da AIDS...Essas coisas se trabalha mais com o pessoal adolescente. (...) Aí quando nós começamos este trabalho as escolas se interessaram. E todas as escolas solicitaram a presença de enfermeira, da bioquímica e da psicóloga para falar sobre isso. Principalmente da sexta série em diante. Adolescentes ou jovens que estão nesta faixa etária. (...) Bom ,depois disto nós temos então o grupo de alcoólatras anônimos. Nós temos um grande índice de alcoolismo aqui(...)

Aí outro grupo é o grupo dos doentes mentais. Nós temos aqui oito doentes mentais que dependem de medicação, de acompanhamentos médico. Esse pessoal se reúne uma vez por semana, na sexta-feira à tarde. (...) Então o que é que faz? O pessoal vem ali, aí discutem terapias ocupacionais. Fazem muito trabalho com barro, trabalho com artesanato, cantam, tocam violão... (...) De vez em quando fazem algum passeio, vão visitar algum lugar, vão fazer visitas, saem do município.

Outro grupo que a gente trabalha são os idosos. Nós temos em torno de 180 idosos, por aí. É claro, é um grupo reduzido de pessoas para ampliar. Tem mais gente do que ontem. Os idosos também se reúnem uma vez por mês e na comunidade nós já tivemos uma mateada com os idosos na praça. (...)

A reconstrução do Hospital dos Trabalhadores após o incêndio de 1993, é tratada com muita emoção:

“ - ...O pessoal vinha aqui, parece que tinha morrido alguém da família, né? que tristeza o pessoal ver só cinza aí, da coisa do hospital e aí a gente teve que ter uma ação imediata. (...) Aí a gente não deixamos, esse emocional nesse momento de tristeza, de motivação negativa. Transferimos isso pra uma emoção, né? positiva, ah, esses ordinários queimaram o nosso hospital mas não vão queimar a nossa consciência, né? Nós vamos ter que construir outro, (...) vamos tirar essas cinzas daí, vamos limpar isso aqui, e já vamos construir outro. Eu fiz uma assembléia 4 dias depois, de 2 mil pessoas e a assembléia não era nem pra pedir nada, era apenas pra dar informes para o pessoal, dos encaminhamentos. E no final da assembléia eu perdi o controle: - ‘Ó, pessoal, mas tem que construir’; - ‘eu tenho lá 2 mil tijolos’, - ‘Eu dou cimento’, - ‘Eu dou a porta’, - ‘E dou a abertura’, - ‘Eu dou os dias de serviços’; e aí eu tive que direcionar a assembléia pra outro lado, (...) com proposta pra começar o hospital, né?”

L - Acha que em janeiro, ele tá pronto?

- “É, talvez antes, é que agora deu uma quedazinha na arrecadação e nós tava esperando porque daí o governo se comprometeu, né? (...) O pessoal dá mão de obra gratuita e aí também pelo sistema de multirão, né? A não

ser que esse trabalho que é mais técnico, né? de instalação, de pintura, mas se não, são mais de 8.000 dias de serviço doado pela população na reconstrução do hospital.”

L - 8 mil...

- “8 mil dias de serviço doado.

L - Quantos trabalhadores participaram disso?

- “Ah, praticamente todo o pessoal aí, que nós fazia uma escala por comunidades, né? Nos temos as lideranças do interior, os núcleos e tal, então é só chamar, eu chamo pelo rádio e tal.

Alguns projetos de parceria são desenvolvidos entre a prefeitura e comunidade.

L- O projeto de saneamento seria o maior exemplo de cooperação mútua, de parceria?

- “Eu acho que ele é o melhor, é o melhor porque o pessoal aqui acha que nós até somos um pouco paternalista. Tenho falado aqui com meus assessores e meus secretários que nós (...) somos muito paternalista, nós temos que dividir mais essa administração, essa parceria mais com o pessoal, né?, e aí ela praticamente essa parceria ela acontece só com o saneamento, só com a água, né? porque o resto é... muito pouco a não ser nas escolas que há um pouco de participação maior por parte dos pais dos alunos o CPM que participa um pouco mais mas não é também lá muito grande.”

L- Seria possível o senhor identificar qual o projeto de parceria que tem mais dificuldade de implementação, se é que existe algum?

- “Bom, para dizer, o melhor de parceria, o melhor que foi implantado é o saneamento do, básico, principalmente o negócio da água no, no, nas comunidades do interior.”

L- Então é o que envolveu maior número de pessoas?

- “É o que envolveu mais número, maior número de pessoas, né?, cada comunidade aí, no mínimo trinta famílias que participam desses, desses projetos, né? tem algumas com cinquenta famílias”

- “Mas o de pior parceria talvez seja na cidade, né?, a gente tem procurado falar com o pessoal, principalmente na questão urbana, na questão de limpeza urbana, a questão de melhoramento da parte urbana, a questão de calçamento, da construção de passeios públicos, isso aí tá tendo uma grande dificuldade, sabe? Isso aí é uma coisa que o pessoal não tá sensibilizado. Quando passou pavimentação na rua, o certo, o camarada, o dono do terreno, tinha que fazer passeio público.”

Outros resultados, mais gerais, são também apontados.

L. - Em Ronda Alta os movimentos sociais foram ao sindicato dos trabalhadores rurais, daí tomaram a Prefeitura, hoje está caracterizada uma participação muito grande em nível de gestão pública; como um rondaaltense, como um cara que saiu para estudar, que vem acompanhando o movimento tu percebes algum tipo de desenvolvimento que diz respeito a melhoria de qualidade de vida nas comunidades?

- “Olha, eu acho que sim, né?, eu acho que sim principalmente no meio rural, pelo seguinte: embora a conjuntura que está aí (houve um maior empobrecimento da população rural, né?); a população rural não tinha água potável, hoje a maioria delas tem água potável na casa, encaminhado pela Prefeitura. Energia elétrica tinham uns e quem não tinha, a prefeitura está colocando praticamente em todas as casas. A questão da saúde no meio rural era uma das principais causas de venda de terras e coisa assim para se tratar de saúde, não houve mais isso. Houve melhorias também nas estradas em todos os sentidos, nos bairros das cidades também houve melhorias, teve associações dos bairros, teve uma organização maior, uma politização maior, uma participação maior, eu acho que houve uma melhoria bastante significativa.”

Vários são os resultados apontados pelos entrevistados. De forma resumida, são eles: FURDARA, a linha de investimento no município; a formação de creche com alimentação num projeto integrado de educação e saúde numa vila pobre, a Vila Esperança; projeto Criança-Aprendiz, onde a criança carente frequenta a escola em um turno e no outro aprende atividades práticas preparatórias para o trabalho; o acesso de toda a população em idade escolar ao ensino de I Grau completo; na área de saúde a organização de diferentes grupos preocupado com uma melhor qualidade de vida; a reconstrução do hospital sendo possível através da organização popular contribuindo com donativos financeiros e fornecimento de mão-de-obra gratuita que totaliza 8 mil dias de serviço.

Assim foi concluída a exposição das falas dos líderes municipais e o passo seguinte está relacionado com a maneira em que a prática participativa pode intervir numa mudança de atitude desenvolvida pela população.

6.2 Os Adolescentes Rondaltenses

O uso e aplicação do questionário sobre “Socialização Política e Construção da Cidadania” em Ronda Alta para preenchimento pelos adolescentes estudantes do município, parte da concordância com o trabalho de Nazzari (1995, p. 107):

“A adolescência é para os estudiosos um período decisivo de formação em que se delineiam as qualidades fundamentais da pessoa política adulta, tais como atitudes e comportamentos relativos à legitimação do regime, comportamento eleitoral influenciado pela estrutura social, articulação de interesses, formação dos aspectos psicológicos como cinismo ou confiança política, sentimentos relativos à competência pessoal para influenciar as decisões políticas, ou seja, sentimento de eficácia política, no sentido de poder influenciar nas decisões do governo.”

Considerando o caráter dinâmico das transformações sociais, ao ser traçado o perfil do adolescente rondaltense está sendo atentado para o fato de que os resultados a serem apresentados são decorrentes da coleta de dados realizada no período de 18 a 20 de outubro de 1995.

Quando perguntados sobre a cidade onde nasceu, a resposta mais comum (67%) é Ronda Alta, havendo apenas um estudante que veio de Porto Alegre dentre os pesquisados e um número representativo (32%) vem das proximidades como Sarandi, Fazenda Brilhante, Campinas do Sul, Nonoai, Carazinho e diversas outras, sendo este evento observado principalmente na escola localizada no assentamento. A Figura 3 ilustra a cidade de origem dos estudantes:

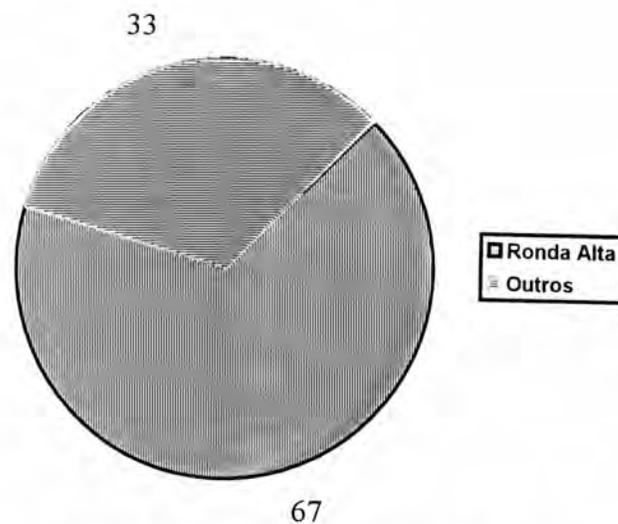


Figura 3 - Em que cidade você nasceu?

Fonte: Pesquisa Socialização Política e Construção da Cidadania em Ronda Alta, outubro/1995

A forte ascendência italiana (56%), alemã (13%) e portuguesa (12%) traz conseqüência na cor predominantemente branca (82%), preta (4%), amarela (1%) e mestiça (13%), apresentada na Figura 4.

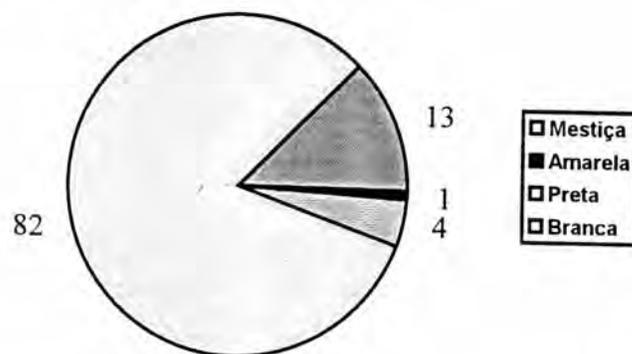


Figura 4 - Qual a sua cor?

Fonte: Pesquisa Socialização Política e Construção da Cidadania em Ronda Alta, outubro/1995

Ao analisar os aspectos da imigração européia no Rio Grande do Sul, Baquero (1995) observa a importância da sua colonização no norte do Estado onde a pequena propriedade, a diversificação da agricultura e a comercialização

do excedente produzido promoveram uma maior distribuição de renda e a criação de uma rede urbana formada por pequenos centros próximos entre si, o que pode ser notado nos arredores de Ronda Alta.

O catolicismo é a religião de quase todos os estudantes (94%); e a classe social trabalhadora (58%) é seguida pela média baixa (16%). Quanto ao nível de escolaridade, está havendo um esforço da Secretaria de Educação e Cultura para revertê-lo, sendo observado que os pais com o I Grau Incompleto representam 64% e sem instrução, 12%; e as mães, 58% e 14%, respectivamente; enquanto hoje os estudantes têm oportunidade de freqüentar escolas de I Grau completo nas Escolas Centro Regional, que não existiam anteriormente.

Na pergunta sobre os principais problemas existentes nas escolas “falta de professores”, é apontado com um total de 85%!, como mostra a Figura 5:

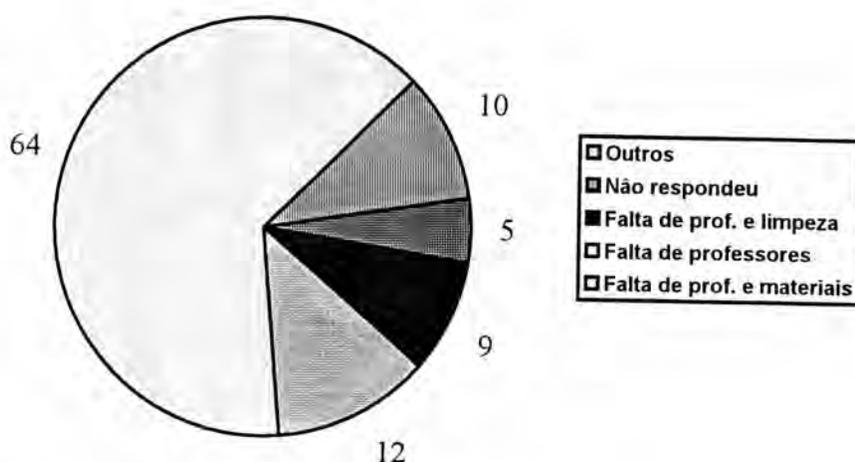


Figura 5 - Na sua opinião, quais são os principais problemas que as escolas como a sua enfrentam hoje em dia?

Fonte: Pesquisa Socialização Política e Construção da Cidadania em Ronda Alta, outubro/1995

Mas os poucos professores existentes são os mais procurados quando o aluno não gosta de alguma coisa (57%), independente da idade ou da série que está cursando, sendo seguido da direção (19%), passando por aqueles que nada

fazem quando não gostam de alguma coisa na escola (12%), os que procuram o grêmio estudantil (10%) e o serviço de orientação educacional (2%).

Você acha que os alunos deveriam ter influência nas decisões da escola? Somando muita influência com pouca influência são 95% dos que responderam afirmativamente, a Figura 6 ilustra as respostas obtidas:

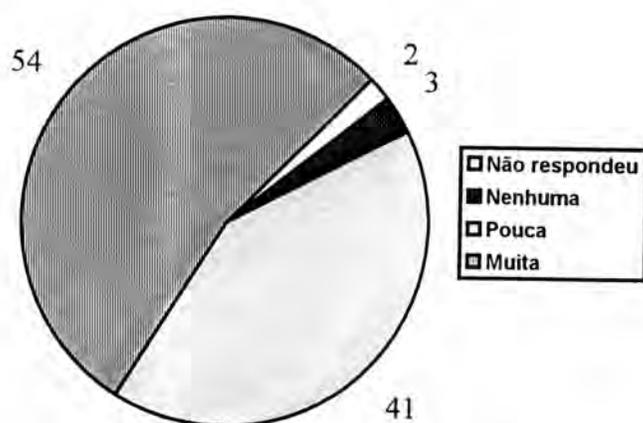


Figura 6 - Você acha que os alunos deveriam ter influência nas decisões da escola?

Fonte: Pesquisa Socialização Política e Construção da Cidadania em Ronda Alta, outubro/1995

Após trinta perguntas, o estudante é questionado sobre o grau de influência que as pessoas deveriam ter nas decisões do governo e a soma de respostas positivas muito e pouca (95%) repete o índice apontado no parágrafo anterior, sugerindo uma relação direta entre a participação nas instituições educacionais e políticas. As respostas estão representadas na Figura 7:

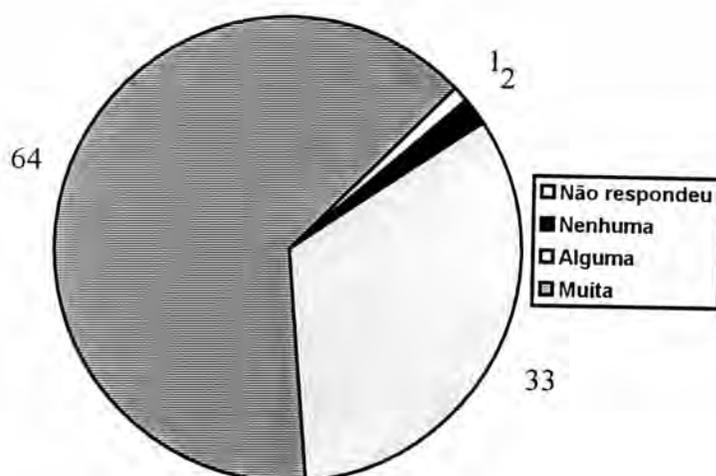


Figura 7 - Quanta influência você acha que as pessoas deveriam ter nas decisões do governo?

Fonte: Pesquisa Socialização Política e Construção da Cidadania em Ronda Alta, outubro/1995

Quanto à questão da importância da participação em alguma organização estudantil, a resposta é 68% confirmando-a e 22% negando-a (os demais não responderam). Já no assunto que trata de política diretamente, é feita a pergunta: você se interessa por política? obtendo 56% de resposta positiva e 41%, negativa (3% não responderam).

Um quadro que auxilia no entendimento da instituição que é melhor aceita como influenciadora na percepção do indivíduo sobre política é o que ilustra as respostas à pergunta com quem você costuma falar de política. Os resultados podem ser facilmente comparados, como segue na Tabela 1:

Tabela 1 - Você costuma falar de política (por exemplo, sobre as eleições) em casa, com pessoas da família, na escola, com vizinhos, etc.?

	sempre	às vezes	raramente	nunca	não responderam
A. Pessoas da família	29%	40%	14%	11%	6%
B. Colegas da escola	8%	31%	29%	16%	6%
C. Amigos	11%	29%	32%	15%	13%
D. Vizinhos	11%	28%	26%	18%	7%
E. Outras pessoas (na rua, etc.	4%	18%	18%	41%	9%

Fonte: Pesquisa Socialização Política e Construção da Cidadania em Ronda Alta, outubro/1995

A afirmação da importância da família como um espaço para a discussão política, defendida por Nazzari (1995) e Schmit (1996), é confirmada também pelos estudantes de Ronda Alta. Sendo na família que as conversas sobre política são mais incentivadas (29% sempre e 40% às vezes).

Os dados apresentados traçam assim o perfil do adolescente de Ronda Alta como predominantemente branco, católico, de ascendência européia, integrante da classe trabalhadora, filho de pais que não tem o primeiro grau completo de instrução, percebe os problemas existentes e se considera capaz de influenciar nas decisões da escola e do governo.

6.3 Eficácia Política

Esta parte do presente trabalho tem como objetivo a identificação das crenças e valores que são transmitidos ao adolescente através da família sobre a participação no processo de democratização das decisões caracterizando a cultura política local e comparando-a com a de outros municípios como Porto Alegre, Santa Cruz, Santa Maria e o estado do Paraná (Curitiba e Cascavel).

As crenças e os valores culturais apresentam uma forte semelhança com a Cultura Política, principalmente os que estão relacionados com a religião, a família, o papel do indivíduo dentro da sociedade, e a maneira como a sociedade é percebida; podem todos ser situados no entendimento popular da política de maneira mais genérica.

6.3.1 Cultura Política num Estudo Comparado

Diversos são os trabalhos que abordam a Cultura Política ou ainda a Nova Cultura Política (Banck, 1993; Baquero, 1994; Clarck e Inglehart, 1990; Landi, 1991; Moisés, 1990, dentre outros) e traçam suas características; mas a grande dificuldade está na sua conceituação. Na busca de encontrar um conceito de

Cultura Política que possa ser generalista o suficiente para as diversas abordagens, corre-se o risco de cair numa simplificação quando mesmo o conceito de Cultura, de origem antropológica, não apresenta um consenso entre as diversas correntes existentes (Cavedon, 1992). Ciente disto será considerada a Cultura Política como um conjunto de valores e crenças partilhado por um grupo, no que se refere ao Estado e suas relações de poder. A importância do estudo da Cultura Política de um determinado grupo, nação, região ou localidade se dá através da aplicação do conhecimento adquirido pelo diagnóstico e análise deste conjunto de valores e crenças no intuito de entender o comportamento político do mesmo.

Como afirma Kamrava (1996), estados e sociedades são formados por instituições e é através delas que as conexões entre os dois podem ser realizadas. As instituições estatais típicas incluem os setores executivo, legislativo e judiciário do governo, dentre outros, enquanto as instituições sociais são mais difíceis de ser assim discernidas pois suas identidades têm como base os atores sociais. Algumas organizações sociais são universais a todas as sociedades, podendo ser enumeradas como principais a família, o sistema educacional e a religião. A razão e a maneira como as instituições se relacionam umas com as outras são determinadas e influenciadas pela cultura em geral enquanto que a relação que se dá entre as instituições políticas e sociais são por sua vez determinadas pela Cultura Política.

Ora, mas como pode ser caracterizada a Cultura Política de um determinado grupo? Que sentido se dá a números que expressam, por exemplo, participação política e como podemos concluir que a mesma se apresenta com um índice alto ou baixo para determinada análise? A comparação é o método que se apresenta como a resposta mais adequada. Daí a importância dos estudos de política comparada.

Morlino (In: Sartori e Morlino, 1991, p. 16) ao apontar a importância do método comparativo afirma ser a macropolítica o melhor campo para sua

aplicação: “Pode-se afirmar que acima de qualquer coisa são as perguntas mais genéricas que afetam as instituições, grupos sociais, normas, percebidas também nas suas relações e no contexto em que se formam e permanecem.” Não contrariando o autor, utilizar-se-á para análise comparativa a percepção dos valores e crenças que norteiam o comportamento do adolescente na família, tendo como instrumento o questionário aplicado sobre “Socialização Política e Construção da Cidadania” (Baquero, 1991), preenchido por estudantes da 5a. série do I grau até o 3o. ano do II grau.

Mas existem duas armadilhas que a analogia utilizada pelo método comparativo deve evitar (Sola, 1993, p. 12-13). A primeira é a tendência à “generalização a partir de categorias abstratas desvinculadas do contexto político e institucional que lhes dá sentido”; a segunda armadilha, “relacionada à anterior, é a inclinação ao voluntarismo técnico, mas politicamente ingênuo, que consiste em tentar transplantar soluções que deram certo em algum lugar.” No presente estudo comparado será dado enfoque na tentativa de identificação da Cultura Política mais próxima à concepção de eficácia política dentre as cidades pesquisadas: Curitiba e Cascavel (PR); Porto Alegre, Ronda Alta, Santa Cruz e Santa Maria (RS).

A questão da socialização política está intimamente ligada com a forma de influência do cidadão no sistema político. Como mencionado anteriormente, a abordagem comparada deter-se-á nas questões que abordam a família, que é considerada por Nazzari (1995) e Schmit (1996) como uma das principais agências de socialização política.

Antes de abordar a questão familiar, faz-se necessária a identificação da composição sócio-econômica das amostras dos municípios onde o questionário foi aplicado, analisando comparativamente: classe social, nível de instrução dos pais e o responsável pelo sustento da família. Serão utilizadas tabelas para facilitar a comparação. Para efeito de análise será dada mais ênfase em Ronda Alta que é o município de maior interesse da autora.

Tabela 2 - Classe Social dos Estudantes nos Municípios de Ronda Alta, Porto Alegre, Santa Cruz, Santa Maria e Estado do Paraná (Cascavel e Curitiba)

Classe Social	Ronda Alta		Porto Alegre		Santa Cruz		Santa Maria		Paraná ⁵	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Alta	1	1,0	6	1,1	4	1,3	4	1,6	48	9,4
Média Alta	2	2,0	103	18,2	58	18,1	23	9,2	87	17,1
Média Média	9	9,0	241	42,5	120	37,6	70	28,1	211	41,7
Média Baixa	16	16,0	96	16,9	67	20,9	33	13,3	56	11,1
Trabalhadora	58	58,0	79	13,9	58	18,1	50	20,1	78	15,3
Operária	1	1,0	3	0,5	2	0,6	4	1,6	10	2,0
Pobre	6	6,0	20	3,5	6	1,9	11	4,4	17	3,4
Não Sabe	6	6,0	4	0,7	2	0,6	---	---	---	---
Não Resp.	1	1,0	15	2,7	3	0,9	54	21,7	---	---
Total	100	100,0	567	100,0	320	100,0	249	100,0	507	100,0

Fonte: Ronda Alta: Pesquisa Socialização Política e Construção da Cidadania em Ronda Alta, out./1995; Porto Alegre, Santa Cruz e Santa Maria: Baquero, 1991; Paraná: Nazzari, 1995.

Na distribuição por classe social (Tabela 2) observa-se um fato distintivo no município de Ronda Alta que é a predominância da classe trabalhadora (58%), quanto que os demais municípios apresentam percentuais maiores na classe média-média (42,5%, Porto Alegre; 37,6%, Santa Cruz; 28,1%, Santa Maria e 41,7%, Paraná). Isto pode ser explicado pelo fato de a base econômica de Ronda Alta ser agrícola e de pequenas propriedades de terra e pelo importante papel que tem desempenhado o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, facilitando a identidade da classe social trabalhadora. A classe social provavelmente influencia também no nível de escolaridade, como mostra a Tabela 3.

⁵ Os dados não se encontram disponíveis por cidade paranaense pesquisada, daí utilizou-se a informação encontrada na pesquisa de Nazzari (op. cit.), ou seja, o Paraná com os dados unificados.

Tabela 3 - Nível de Escolaridade do Pai, nos Municípios de Ronda Alta, Porto Alegre, Santa Cruz, Santa Maria e Estado do Paraná (Cascavel e Curitiba)

Nível do Pai	Ronda Alta		Porto Alegre		Santa Cruz		Santa Maria		Paraná	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	(%)
Falecido	2	2,0	1	0,2	---	---	5	2,1	---	---
Sem Instrução	12	12,0	8	1,4	5	1,6	12	4,8	30	5,9
I Grau Incompleto	64	64,0	111	19,6	135	42,2	81	32,5	124	24,5
I Grau Completo	9	9,0	64	11,3	44	13,7	25	10,0	54	10,7
II Grau Incompleto	---	---	30	5,3	17	5,3	13	5,2	28	5,5
II Grau Completo	3	3,0	103	18,2	37	11,6	26	10,4	74	14,6
Universit. Incompleto	2	2,0	51	9,0	18	5,6	9	3,6	19	3,7
Universit. Completo	3	3,0	176	31,0	58	18,1	72	28,9	145	28,6
Não Sabe/NR Sabe	5	5,0	23	4,0	6	1,9	6	2,5	33	6,5
Total	100	100,0	567	100,0	320	100,0	249	100,0	507	100,0

Fonte: Ronda Alta: Pesquisa Socialização Política e Construção da Cidadania em Ronda Alta, out./1995; Porto Alegre, Santa Cruz e Santa Maria: Baquero, 1991; Paraná: Nazzari, 1995.

Dentre as cidades pesquisadas, Ronda Alta é a que apresenta o nível de escolaridade mais baixo, tendo 64% dos pais (entenda-se o sexo masculino) o I Grau incompleto e outros 12% sem instrução; sendo seguida por Santa Cruz, com 42,2% dos pais com o I Grau incompleto e Santa Maria com 32,5%. Já em Porto Alegre e no Paraná a predominância é de pais com nível universitário completo; 31% e 28,6% respectivamente. A relação entre classe social e nível de escolaridade se mostra positiva, ou seja, os municípios que têm a população predominantemente de classe média têm também maior nível de escolaridade. Fato semelhante ocorre com a escolaridade das mães (Tabela 4) onde Ronda Alta apresenta novamente alto índice de I Grau incompleto (58%) e sem instrução (14%), seguida mais uma vez por Santa Cruz com 39,4% das mães com I Grau incompleto e Santa Maria com 29,7%. Em Porto Alegre e no Paraná o

predomínio é de mães com nível superior completo; 27% e 23,5%, respectivamente.

Esta relação positiva entre a classe social e o nível de escolaridade pode ser explicada pela necessidade de o adolescente passar a contribuir desde cedo com a renda da família, em atividades remuneradas no período diurno, obrigando-o a abandonar os estudos ou a fazê-lo no período noturno. Nazzari (op. cit., p. 124) explica a consequência da evasão escolar dos pertencentes à classe social menos privilegiada, enquanto os adolescentes da classe média “têm mais tempo e incentivo para estudar, e podem fazer isso no período diurno. Essas facilidades vão determinar uma luta desigual entre estes jovens no momento de ingressar na Universidade Pública.”

Vale apontar aqui o esforço que a Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Ronda Alta vem envidando com o projeto Criança-Aprendiz e com a criação dos Centros de Educação Regional que passa a oferecer melhores condições para que o estudante freqüente a escola até a conclusão do II Grau, independente da sua classe social.

Tabela 4 - Nível de Escolaridade da Mãe, nos Municípios de Ronda Alta, Porto Alegre, Santa Cruz, Santa Maria e Estado do Paraná (Cascavel e Curitiba)

Nível da. Mãe	Ronda Alta		Porto Alegre		Santa Cruz		Santa Maria		Paraná	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Sem Instrução	14	14,0	13	2,3	4	1,3	17	6,8	38	7,5
I Grau Incompleto	58	58,0	137	24,2	126	39,4	74	29,7	114	22,5
I Grau Completo	12	12,0	65	11,5	51	15,9	23	9,3	86	17,0
II Grau Incompleto	1	1,0	37	6,5	27	8,4	18	7,2	34	6,7
II Grau Completo	6	6,0	112	19,7	40	12,5	27	10,9	64	12,6
Universit. Incompleto	2	2,0	35	6,2	13	4,1	12	4,8	28	5,5
Universit. Completo	2	2,0	153	27,0	57	17,8	73	29,3	119	23,5
Não Sabe/NR Sabe	5	5,0	15	2,6	2	0,6	5	2,0	24	4,7
Total	100	100,0	567	100,0	320	100,0	249	100,0	507	100,0

Fonte: Ronda Alta: Pesquisa Socialização Política e Construção da Cidadania em Ronda Alta, out./1995; Porto Alegre, Santa Cruz e Santa Maria: Baquero, 1991; Paraná: Nazzari, 1995.

Um outro importante indicador de *status* sócio-econômico é a pessoa responsável pelo sustento da família, pois identifica o detentor do poder econômico, como indica a Tabela 5.

Tabela 5 - Responsável pelo Sustento da Família nos Municípios de Ronda Alta, Porto Alegre, Santa Cruz, Santa Maria e Estado do Paraná (Cascavel e Curitiba)

Responsável	Ronda Alta		Porto Alegre		Santa Cruz		Santa Maria		Paraná	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Pai	40	40,0	243	42,9	130	40,6	97	39,0	229	45,1
Mãe	8	8,0	62	10,9	24	7,5	10	4,0	51	10,0
Ambos	51	51,0	240	42,4	157	49,1	75	30,1	194	38,3
Outros	---	---	9	1,5	9	2,8	9	3,6	11	2,2
Todos	---	---	4	0,7	---	---	---	---	---	---
Não Resp.	1	1,0	9	1,6	---	---	58	23,3	22	4,4
Total	100	100,0	567	100,0	320	100,0	249	100,0	507	100,0

Fonte: Ronda Alta: Pesquisa Socialização Política e Construção da Cidadania em Ronda Alta, out./1995; Porto Alegre, Santa Cruz e Santa Maria: Baquero, 1991; Paraná: Nazzari, 1995.

“... a representação do poder da mãe é menos valorizada e, em circunstâncias sociais mais restritas, as profissões das mães são consideradas de menor importância social, inseridas mais no espaço privado, denotando também maior passividade..”, como diz Nazzari (1995, p. 122), é o que se observa no Paraná, em Porto Alegre e em Santa Cruz, onde os números mostram o pai como responsável pelo sustento da família (44,8%; 42,9%; e 39,0%). Certamente não é o caso de Ronda Alta onde 51% indicaram ser o pai juntamente com a mãe os responsáveis. Esta situação ocorre também em Santa Maria, com 49%. Em outras palavras, os dados mostram, não necessariamente, o crescimento ou redução da predominância feminina no sustento da família, mas a forte tendência de união das forças econômicas do pai com as da mãe para o sustento da família. Este aspecto influencia o processo de tomada de decisões e pára na própria estrutura familiar. Como se comporta a família no processo de tomada de decisões, ou quem decide, é o que mostra a Tabela 6.

Tabela 6 - Quem Decide na Família nos Municípios de Ronda Alta, Porto Alegre, Santa Cruz, Santa Maria e Estado do Paraná (Cascavel e Curitiba)

Decisor	Ronda Alta		Porto Alegre		Santa Cruz		Santa Maria		Paraná	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
O pai	22	22,0	122	<u>21,5</u>	86	<u>26,9</u>	74	<u>29,7</u>	119	<u>23,5</u>
A Mãe	7	7,0	85	15,0	33	10,3	38	15,3	78	15,4
Ambos	38	38,0	204	36,0	121	37,8	78	31,3	196	38,7
Os filhos	---	---	1	0,2	---	---	---	---	20	3,8
Todos	26	<u>26,0</u>	115	20,3	67	20,9	47	18,9	84	16,6
Outros	3	3,0	8	1,4	5	1,6	4	1,6	10	2,0
N/S N/R	4	4,0	32	5,6	8	2,5	8	3,2	---	---
Total	100	100,0	567	100,0	320	100,0	249	100,0	507	100,0

Fonte: Ronda Alta: Pesquisa Socialização Política e Construção da Cidadania em Ronda Alta, out./1995; Porto Alegre, Santa Cruz e Santa Maria: Baquero, 1991; Paraná: Nazzari, 1995.

Em todos os municípios pesquisados, independentemente de quem é o responsável pelo sustento da família, predomina a decisão sendo tomada pelo pai e pela mãe juntos. A curiosidade que se apresenta nesta etapa do estudo comparado é se existe alguma relação direta entre o responsável pelo sustento da família e quem toma decisão. Empiricamente, pode ser observada uma relação positiva nos municípios gaúchos entre as famílias que têm o pai e a mãe responsáveis pelo sustento e o processo decisório ser partilhado por todos. Vejamos os números: Ronda Alta é o município que apresenta o mais alto índice de pai e mãe responsáveis pelo sustento da família (ver na Tabela 4 a categoria Ambos) com 51%, sendo também o município com o mais alto índice indicador de que o processo decisório é tomado por todos os membros da família, ou seja, o pai, a mãe, e os filhos (ver Tabela 5, categoria Todos). O segundo lugar fica com o município de Santa Cruz com 49,1 e 20,9%, respectivamente; seguindo de Porto Alegre em terceiro lugar com 42,4 e 20,3%; e, finalmente, Santa Maria com os menores índices dos municípios gaúchos com 30,1 e 18,9%.

Já nos dois municípios do Estado do Paraná esta observação não se mostra verdadeira, o que não impede a seguinte formulação da interrogação: a inclusão da mãe na responsabilidade pelo sustento da família leva a uma maior democratização das decisões na família? A mulher como um dos detentores do poder incentivaria uma maior partilha do mesmo? Parece ser o que sugerem Aburdene & Naisbitt (1992, p. xxiv) ao afirmarem: “Ao longo do tempo as mulheres têm desenvolvido com sucesso um estilo de liderança que rejeita o modelo militar, apoiando e valorizando as pessoas, em troca. Peter Drucker, administrador (no masculino) concorda com tal estilo de liderança - porque funciona melhor do que a forma tradicional” Se considerarmos o que Drucker considera funcionar melhor ou “*works better*” como melhoria de resultados obtidos com a democratização do processo decisório precisaremos de um outro estudo para confirmar ou refutar tal hipótese mas certamente resultados diferenciados são obtidos através da participação efetiva influenciando ações governamentais.

Vejamos o que mostra a Tabela 7 ao transmitir o sentimento do adolescente sobre a possibilidade de sua família influenciar ou não as ações do governo (numa tentativa de avaliar a eficácia política da família).

Tabela 7 - Pessoas como as de Minha Família Não Têm Nenhuma Influência nas Ações do Governo, nos Municípios de Ronda Alta, Porto Alegre, Santa Cruz, Santa Maria e Estado do Paraná (Cascavel e Curitiba)

Situação	Ronda Alta		Porto Alegre		Santa Cruz		Santa Maria		Paraná	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Concorda	36	36,0	286	50,4	181	56,6	144	57,8	246	48,5
Discorda	55	55,0	239	42,2	127	39,7	82	32,9	223	44,0
Não Sabe	1	1,0	4	0,7	4	1,2	---	---	---	---
Não Respondeu	8	8,0	38	6,7	8	2,5	23	9,3	38	7,5
Total	100	100,0	567	100,0	320	100,0	249	100,0	507	100,0

Fonte: Ronda Alta: Pesquisa Socialização Política e Construção da Cidadania em Ronda Alta, out./1995; Porto Alegre, Santa Cruz e Santa Maria: Baquero, 1991; Paraná: Nazzari, 1995.

Nazzari (op. cit., p. 138) observa, ao relacionar a centralização do poder de decisão no pai e na mãe com o grau de eficácia política, sobre os dados do Paraná, que

“não basta a divisão das decisões do pai com a mãe para despertar nos filhos um sentimento de eficácia política. Somente com a inclusão da participação dos jovens na estrutura de poder de decisões da família é que se poderá reverter o quadro observado nas famílias paranaenses, com vistas à construção da cidadania e consolidação democrática.”

Os números confirmam esta afirmação. Nos municípios onde predominam o pai junto com a mãe decidindo e sendo seguido pela decisão centralizada no pai, a repercussão parece estar ligada a um menor índice de eficácia política, demonstrando que uma menor parte da população discorda da afirmação “Pessoas como as de minha família não têm nenhuma influência nas ações do governo”. Sendo o caso de Porto Alegre, 42,2; Santa Cruz, 39,7; Santa Maria, 32,9 e o Estado do Paraná, 44,0%.

Tendo o maior número de respostas Todos quando da questão sobre o processo decisório, 26%, perdendo apenas para Ambos, 38%; o município de Ronda Alta é o que apresenta o maior nível de discordância com a frase citada sobre eficácia política, 51%.

Estes números confirmam que a democratização do processo decisório na família leva a uma maior eficácia política na sociedade, caracterizando-se a família como principal responsável pela transmissão social de valores morais e cognitivos aos mais jovens, mais do que a escola, como defende Nazzari (op. cit. p. 143).

6.4 Participação na Gestão Pública em Ronda Alta

A experiência da participação popular na gestão do município de Ronda Alta traz algumas evidências que sugerem a riqueza que pode ser obtida com estudos mais aprofundados.

Até o presente momento, este estudo se deteve na tentativa de responder às seguintes perguntas elaboradas no início do trabalho: 1) o que caracteriza a efetiva participação da população de Ronda Alta no processo de desenvolvimento?; 2) como é exercida a liderança nas comunidades?; 3) quais os conflitos gerados?; 4) como se dá a dinâmica do processo de tomada de decisão na coletividade e a implementação de projetos?; 5) quais as características da Administração ao se adequar à nova realidade?; 6) como se dá a flexibilização dos órgãos da Administração Pública?; 7) o que leva os líderes políticos do município a trabalhar a gestão pública com a participação popular?; e 8) quais são os resultados obtidos?

Foi observado que as lideranças locais não partilham uma visão comum, principalmente no que se refere a uma caracterização da participação no cotidiano do município. Percebe-se alguma decepção com relação à participação, que poderia ser muito maior e de caráter menos consultivo e mais deliberativo, e em outros depoimentos, mais positivos, é caracterizada a participação com coisas práticas como: obras e projetos mais sociais, facilidade de acesso à administração numa atmosfera de informalidade, e a partilha do processo decisório, da responsabilidade e das limitações do poder público local distinguindo os poderes da União, Estado e Município.

Estas duas visões não implicam necessariamente em antagonismos, sendo verificadas diferentes mobilizações, em distintos graus de participação, variando do meramente consultivo, ou participação em fase embrionária, até um exercício constante de cidadania. Mas, se analisado o caráter evolutivo da socialização

política, pode ser afirmado que a participação pode e deve aumentar através de práticas constantes que dizem respeito ao conceito de eficácia política.

Os órgãos representativos são em grande número e os entrevistados tiveram dificuldade de nominá-los mas o grupo é a menor unidade quando se fala em canais de participação, caracterizando um espaço não institucionalizado, por exemplo: os grupos de mulheres, os grupos de idosos, os grupos de saúde, os grupos de mulheres gestantes, e outros mais que são ligados à Igreja. A comunidade é a unidade seguinte e, em função da posição geográfica, formam regionais, que por sua vez tem o seu representante junto aos diversos conselhos municipais, sendo eles: Conselho Municipal de Saúde, Conselho Municipal de Habitação, Conselho Municipal de Transporte, Conselho Municipal de Educação, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Municipal da Agricultura e Meio Ambiente e Conselho Municipal de Desporto. Já o Conselho de Administração é formado pelo quadro interno da Prefeitura e o Conselho do Orçamento Participativo é constituído por representantes em quantidade proporcional ao número de habitantes das comunidades.

Outras formas de associações ocorrem através da criação de entidades constituídas como pessoas jurídicas como o caso da Associação dos Trabalhadores de Ronda Alta (ATRA), Cooperativa Municipal dos Agricultores de Ronda Alta (COMARA) e União das Associações de Cooperação Agrícola (UNACA).

O Município de Ronda Alta tem 36 (trinta e seis) comunidades, mais 4 bairros e a Vila Esperança, formando então 41 (quarenta e um) canais de participação popular por região geográfica preenchidos por representantes eleitos em assembléias das comunidades com prazo de mandato diferenciado em cada localidade mas não passando de dois anos, no máximo. Ocorre também que um mesmo representante pode fazer parte de grupos diferentes, dependendo da sua disponibilidade e aceitação pelos representados.

O esvaziamento das lideranças dos movimentos sociais para o preenchimento dos quadros da Prefeitura Municipal foi apontado por um dos entrevistados como algo prejudicial ao desenrolar das conquistas, centralizando o poder na Administração Pública e enfraquecendo a defesa de interesses divergentes.

Este enfoque é importante porque explica em parte o que um outro entrevistado aponta: que existia uma maior unidade no Partido na gestão anterior e que agora as próprias lideranças estão se desentendendo, gerando diversas correntes e esfriando a participação. Não haveria uma relação de maior liberdade de expressão de interesses através dos canais de participação já institucionalizados possibilitando assim a articulação dos diversos grupos representativos no município? Como se poderia distinguir entre o esfriamento da participação e a possibilidade de diferentes articulações? A heterogeneidade de pensamentos levaria ao esfriamento da participação, ou pelo contrário, aumentaria dentro de um contexto caracterizado como participativo? Talvez possamos contar com a colaboração dos resultados obtidos com a aplicação do questionário sobre Socialização Política.

Um espaço onde conflitos acontecem talvez não seja o ideal de sociedade desejado pelos pioneiros dos movimentos sociais locais mas sabe-se que de fato eles fazem parte de qualquer ambiente real. É este enfoque sobre articulações e conflitos que caracteriza o melhor poder explicativo da denominada Democracia Radical: a não universalidade refere-se à inexistência de um bem que seja comum a todos os participantes de uma sociedade fazendo-se então necessário o exercício da cidadania para a defesa de interesses que estão em constante articulação.

Para uma população que apresenta os maiores índices de eficácia política no estudo comparado abordado anteriormente esta parece ser a explicação mais convincente sobre a realidade de Ronda Alta, uma vez que uma cultura política

de participação não emerge assim de repente, como também não se extingue, repentinamente.

As reflexões que compõem este trabalho não são de caráter conclusivo mas demonstram forte relação entre a participação popular nas decisões governamentais e a caracterização de uma Cultura Política de eficácia refletida na pesquisa com os adolescentes.

O estudo sobre Socialização Política no município de Ronda Alta mostra sua relevância como ponto de partida para o questionamento das relações existentes entre as diversas variáveis indicadoras de uma socialização política democrática, participativa e os seus resultados. Fica claro que neste trabalho, até mesmo pelo seu caráter exploratório, não se esgota a análise nem a temática. Mas certamente comprova que dentre os municípios que participaram da pesquisa do Núcleo de Pesquisa e Documentação da Política Rio-Grandense e dos Países do Cone Sul da América Latina (NUPERGS) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em que apoiamos as análises comparativas, Ronda Alta apresenta o maior indicador de eficácia política. Este pode ser explicada em parte, além dos fatores mencionados como processo decisório na família aliado ao detentor do poder econômico, pelo longo processo de democratização política que vem ocorrendo na região (uma resposta à insatisfação com a administração tradicional das instituições públicas na gestão municipal local) e pela atitude de assumir a responsabilidade pela mudança e pela adequação da aplicação de recursos às prioridades das comunidades num processo participativo de baixo para cima.

No que diz respeito à tomada de decisão no processo de participação não há nenhum modelo que seja adotado por todos os canais uniformemente. Observam-se práticas que variam do consultivo ao deliberativo. A maior parte dos conselhos, grupos e associações foram criados pelo interesse coletivo. Tal afirmação não tira a importância das iniciativas da administração pública que ao perceber necessidades se antecipa à pressão popular. Vale ressaltar que esta

atitude ajuda a garantir a manutenção deste grupo no poder principalmente ao se perceber, nos depoimentos, a idéia de que “quem administra com participação, leva”.

É interessante observar que mesmo havendo maior aproximação entre o planejamento e a execução, pois ambos se dão nos limites do local, ou seja, dentro do município, ainda prevalece o distanciamento entre as duas atividades. Embora a solução para os problemas causados por essa separação faça parte da preocupação das lideranças que defendem a proposta de fiscalização da implementação por parte do usuário dos serviços através de representantes para atividade específica e criação de conselhos dentro das secretarias que tratam das execuções como a de Obras e Viação, por exemplo.

Quando perguntados sobre as dificuldades do município, aí sim existe unanimidade, o problema de escassez de recursos financeiros é o principal, apontado por todos aqueles que foram questionados. Todos os demais problemas vão para o segundo plano e poderiam ser facilmente minimizados não fosse isso.

Uma difícil avaliação ocorre quando se tenta obter indicadores de verificação da ocorrência de melhorias na vida dos habitantes após a implementação da estrutura participativa. Seria fundamental a definição de dados que pudessem ser representativos e existentes nas fases anterior e posterior à conquista da prefeitura municipal pelos trabalhadores rurais.

Não sendo então possível, tentou-se obter uma idéia a partir das entrevistas e principalmente dos resultados obtidos com projetos que funcionam como conseqüência do processo participativo no município.

A disponibilidade de escolas de ensino de I grau completo através da formação de centros de ensino e a facilidade de transporte para estas escolas é um deles; a criação de um fundo de investimento que financia os pequenos agricultores que é a base da economia local apesar de toda a crise de política agrária que o país atravessa; os diversos projetos realizados na área de saúde que se não geram renda, deixam de onerar o orçamento dos usuários; o projeto

Criança-Aprendiz que se preocupa com as crianças carentes no que diz respeito à educação, saúde e preparação para o trabalho na vida adulta.

O que causou uma certa dificuldade foram as respostas sobre a adequação da administração ao processo de participação: como o entendimento de que administração está fortemente relacionada com a “burocracia”, papéis, cumprimento de prazos e processos legais. Só após ter consciência deste enfoque é que as perguntas foram então redirecionadas para a burocracia especificamente: ouviu-se não causar ela nenhum impedimento ou o pouco que pudessem vir a causar eram facilmente contornados, principalmente se tiver recursos orçamentários.

Já sobre a adequação dos órgãos da administração pública à participação, foi apontado que aqueles que estabelecem contato com a população modificam sua estrutura organizacional, passando a ter um órgão de assessoria que é o conselho setorial, e um clima de maior informalidade, enquanto os demais trabalham com a execução de projetos ou fornecendo apoio para o bom funcionamento dos demais, no caso específico da Secretaria Municipal de Administração.

O questionamento feito no início deste trabalho, referente à razão que leva os líderes políticos municipais em Ronda Alta a trabalhar com a participação se mostra, nesta etapa final, como não tendo sido bem formulado pois ele sugere que a administração municipal foi buscar a participação popular. A história do município, confirmada pelos depoimentos gravados dos entrevistados, tem caracterizado uma participação num processo de baixo para cima, ou seja, o sucesso das mobilizações realizadas através dos movimentos sociais locais é que conquistou espaço na administração pública municipal.

Corrigido o equívoco, a pergunta se posta de maneira diferente: o que leva os líderes políticos municipais a manter a participação popular? A resposta obtida é clara e simples: é que nenhuma outra proposta que não a de uma administração participativa seria aprovada pelos cidadãos do município. Vale lembrar que

existindo ou não uma gestão participativa, a eleição dos representantes políticos também depende destes habitantes.

O exercício da cidadania é o principal agente formador de uma sociedade democrática dentro do conceito de Democracia Radical. O contexto histórico do Município de Ronda Alta, a análise dos depoimentos das lideranças locais e a pesquisa que aponta o perfil da sociedade em termos de socialização política, não caracteriza necessariamente uma Cultura Política apontada como indispensável para a composição da Cidadania Democrática Radical. Indica, porém, um possível caminho para um crescente índice de conscientização e prática de eficácia política. Pode-se até mesmo arriscar afirmar que o perfil da Cultura Política dos habitantes do município de Ronda Alta tende para uma cidadania democrática radical.

7 CONCLUSÃO E SUGESTÕES PARA PESQUISAS FUTURAS

Um estudo exploratório-descritivo conceitualmente não é conclusivo mas sim descritivo, seja na forma qualitativa, quantitativa ou combinada como a que se apresentou. Foram utilizadas análises empíricas e teóricas quando então se somaram a Administração para o Desenvolvimento e a Democracia Radical. Sendo a primeira desatualizada do contexto situacional presente lançou-se mão do auxílio da segunda para a proposta de uma atualização conceitual baseada em observações empíricas e leitura de publicações acadêmicas.

A experiência dos habitantes do município de Ronda Alta descrita neste estudo caracteriza a participação popular na gestão pública municipal ocorrida de baixo para cima, ou seja, da região onde surgiram fortes movimentos de luta pela terra, sendo atualmente denominado de Movimento dos Sem-Terra, é observada uma cultura política de eficácia que traz como consequência a participação em diversos outros movimentos sociais.

Os depoimentos sobre a história de Ronda Alta, obtidos através de entrevistas, trazem dados complementares ao breve resumo do resgate histórico apresentado anteriormente; levando a concordar com Gaiger (1994) que defende que a experiência com o Movimento dos Sem-Terra leva a uma maior participação sócio-política da população.

A cultura política que caracteriza a eficácia política está relacionada com a consciência do indivíduo em influenciar nas decisões governamentais e os habitantes de Ronda Alta, de acordo com o estudo comparado feito com estudantes de alguns municípios do Rio Grande do Sul e Paraná, apresentam o mais alto índice de eficácia política.

A família mais uma vez se mostrou como a principal instituição responsável pela formação dos indivíduos, confirmando os estudos de Nazzari (op. cit.) e Schmit (op. cit.), e foi observada uma relação positiva entre a descentralização da tomada de decisões na família e o grau de eficácia política.

A população exerce a participação de diversas formas e através de vários canais, sejam eles institucionalizados, como o conselhos setoriais da prefeitura municipal, ou não institucionalizados, como os grupos comunitários.

O clima de informalidade é encontrado nos gabinetes da prefeitura, caracterizado pelo fácil acesso aos ocupantes dos cargos de liderança. Principalmente nas secretarias que estabelecem contato mais direto com a população é observado um grande fluxo de pessoas entrando e saindo do local, acarretando algumas interrupções nas entrevistas gravadas quando entram para pedir informações ao entrevistado.

A mudança na prática administrativa é apontada como sendo simplesmente na tomada de decisões, que é feita de forma coletiva, ao contrário da administração tradicional, que é centralizada. Os procedimentos administrativos permanecem; os formulários continuam tendo que ser preenchidos e os prazos precisam ser cumpridos.

Os conselhos setoriais não estão presentes em todas as secretarias mas são as principais instituições de representatividade popular junto à prefeitura, sendo encontrado o Conselho Municipal de Saúde e Assistência Social, Conselho Municipal de Educação e Cultura, Conselho Municipal de Agricultura e Meio Ambiente. Encontram-se em fase de implementação o Conselho Municipal de Obras e Viação e o Conselho do Orçamento Participativo que delibera quanto à linha de investimento do município de forma geral. O Conselho Municipal de Administração é formado pelos secretários e presta assessoria ao gabinete do prefeito, reunindo-se semanalmente.

Os principais projetos que estão em funcionamento, apontados como decorrentes da participação popular e que caracterizam melhorias para os seus habitantes são: 1) na área de educação - criação de escolas centro-regionais, projeto Criança-Aprendiz, disponibilidade de transporte escolar e o desenvolvimentos de planejamento pedagógico específico para cada escola; 2) na saúde - os trabalhos desenvolvidos junto aos diversos grupos de usuários, sendo

os principais apontados: idosos, mulheres, gestantes, jovens, alcóolatrás, doentes mentais e dorgados; 3) na agricultura - o projeto do FURDARA fornecendo recurso para investimento sem cobrança de taxa de juros; e 4) a reconstrução do Hospital dos Trabalhadores Rurais de Ronda Alta.

A partir desta experiência dos movimentos sociais locais que veio a conquistar a Prefeitura Municipal em Ronda Alta, algumas considerações na tentativa de atualização da Administração para o Desenvolvimento merecem ser feitas.

7.1 Gestão Pública e Participação Popular em Ronda Alta, uma atualização da Administração para o Desenvolvimento

A corrente da administração denominada Administração para o Desenvolvimento, surgiu no intuito de preencher a defasagem existente entre a elaboração e a implementação de projetos de desenvolvimento, atingindo seu apogeu nos anos 60. A principal crítica desta corrente à administração tradicional está relacionada com a separação das atividades de planejamento das atividades de execução.

Apesar da constatação de que a “Administração vem se transformando em ponto de estrangulamento do processo de desenvolvimento, ao invés de ser um fator de agilização”, como afirmou Silva F^o (op. cit., p. 13), pouca coisa foi possível de ser feita para modificar esta realidade nas décadas de 70 e 80.

O contexto histórico das políticas desenvolvimentistas apresentava características centralizadoras, separando portanto as duas atividades. Vale lembrar o crescimento demográfico ocorrido a partir dos anos 60, período em que surgiram os primeiros estudos desta corrente da administração pública.

No Brasil de então, grande parte da população habitava as zonas rurais. Dowbor (1994) afirma que enquanto em 1965 a população urbana brasileira representava 50% do total, esse número passou para 75% em 1988, enquanto que com o desenvolvimento urbano muitos dos que trabalhavam com atividades rurais

passaram a residir em áreas urbanas, não precisando depender dos grandes centros para o atendimento de suas principais necessidades de saúde, educação, consumo e socialização.

A estrutura do governo centralizado existente na década de 60 vê-se pressionada a ceder quando a redução da distância entre o poder local e as necessidades imediatas de uma população traz benefícios latentes a custos geralmente menores e prazos mais curtos de implementação.

Mas o questionamento sobre a definição do objetivo da Administração para o Desenvolvimento não se encerra com uma resposta genérica que resolva todos os problemas, no entanto uma resposta pode ser obtida considerando a peculiaridade que cada situação local representa, com a ajuda de enfoques interdisciplinares que a complexidade do espaço exige.

Na experiência de gestão pública e participação popular em Ronda Alta é encontrada uma cultura de eficácia política, onde a partir de movimentos de luta pela terra outras formas de participação são desenvolvidas. O contexto democrático local é bastante aproximado do denominado de democracia radical, onde existe uma pluralidade de identidades que se articulam, reconhecendo os conflitos e os antagonismos decorrentes da inexistência de uma homogeneidade de todos os componentes de uma sociedade (Mouffe, op. cit.)

Como a racionalidade administrativa deve ser utilizada para a obtenção da efetividade sócio-político-econômica nos padrões definidos pela dinâmica democrática existente, o conceito atualizado de Administração para o Desenvolvimento a ser sugerido deve levar em conta a consolidação democrática para que seja possível a elaboração e implementação de projetos de forma conjunta. A participação da população mostra-se como a alternativa para solucionar os danos causados pela separação destas atividades.

O conceito de Administração para o Desenvolvimento fica então sugerido como Administração para o Desenvolvimento local, onde a ênfase nos valores e poderes da unidade municipal formam o campo de contextualização para as

práticas de gestão pública considerando sua conexão com o global; e Administração para o Desenvolvimento de uma cultura política democrática radical, proporcionando uma estrutura organizacional propícia para a institucionalização dos canais de participação, num esforço de gerar cidadania democrática radical como consequência.

7.2 Sugestões para Pesquisas Futuras

Ao longo do desenvolvimento deste trabalho várias foram as possibilidades de exploração dos dados obtidos que surgiram em mente, exigindo uma contínua objetividade no cumprimento dos objetivos propostos.

Para início deve ser citada a importância de se tentar um acompanhamento do desenrolar dos movimentos sociais no município de Ronda Alta e sua repercussão no processo de democratização e construção da cidadania. A obtenção de dados no futuro que possam ser contextualizados e comparados aos resultados aqui apresentados, caracterizando então um estudo longitudinal, seria de grande valia para a elaboração de estudos mais conclusivos e para registros históricos.

A utilização dos dados obtidos a partir das respostas da aplicação do questionário sobre “Socialização Política e Construção da Cidadania”, para estudos comparativos mais completos, uma vez que este trabalho se deteve nas perguntas fechadas que tratavam das questões que envolviam a família como principal agente de socialização, poderia contribuir para análises entre municípios.

As perguntas que surgem naturalmente após esta pesquisa e podem inspirar outros trabalhos são: Qual será a relação existente entre cultura política, campo da cultura estudado pela Ciência Política, e cultura organizacional, campo da Administração? De que forma pode ser estabelecida a conexão entre os dois e qual se sobrepõe quando na sociedade, e na empresa? Que diferença de atitudes

apresenta o indivíduo proveniente de um ambiente propício para a participação e outro de uma realidade contrária, dentro de uma organização? será a postura deste notoriamente diferenciada da daquele?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABURDENE, Patricia, NAISBITT, John. **Megratends for Women: from liberation to leadership**. New York: Ballantine Books, 1992.
- ARORA, Ramesh K. **Politics and Administration in Changing Societies: Essays in honour of Professor Fred W. Riggs**. New Delhi: Associated Publishing House, 1992.
- BANCK, Geert A. Cultura Política Brasileira: que tradição é essa? **RBES**, no. 76, Jan./1993, p. 22/27.
- BAQUERO, Marcello (org.) **Cultura Política e Democracia: os desafios das sociedades contemporâneas**. Porto Alegre: UFRGS, 1994.
- _____. (Coord.) **Partidos, Comportamento Eleitoral e Cultura Política na Consolidação Democrática da América Latina (1989-1996)**. Porto Alegre: UFRGS, CNPq/NUPERGS/CONSUL, Proposta de Projeto Integrado, 1991.
- _____; PRÁ, Jussara R. Matriz Histórico-Estrutural da Cultura Política no Rio Grande do Sul e Padrões de Participação Política. **Cadernos de Ciência Política**. Série pré-edições, no. 3, Porto Alegre: UFRGS, PPCP, 1995.
- BRUYNE, Paul de, HERMANN, Jacques e SCHOUTHEETE, Marc de. **Dinâmica de Pesquisa em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.
- CAIDEN, Gerald E. e CARAVANTES, Geraldo R. **Reconsideração do conceito de desenvolvimento**. Caxias do Sul: EDUCS, 1988.
- CARVALHO, Juvenilda Soares de. **O Governo Local e Sua Relação com o Movimento Organizado: Engenho Velho da Federação, um estudo de caso**. (Dissertação de conclusão de Mestrado em Economia da Universidade Federal da Bahia) Salvador: UFBA, 1993.
- CAVEDON, Neusa R. A Cultura Organizacional sob uma Perspectiva Antropológica; dialogando e elucidando equívocos. **Perspectiva Econômica**. Vol. 27, No. 76, Porto Alegre: UFRGS, 1992, p. 68-83.
- CLARCK e INGLEHART, **The New Political Culture: changing dynamics of Support for the welfare state and other policies in pos-industrial societies**. Mimeo. Feb/1990

- COSTA, M. **Sociologia**. São Paulo: Moderna, 1991
- DANIEL, Celso. As Administrações Democráticas e Populares em Questão. In: **Espaço & Debates: governo local e democracia**. Revista de Estudos Regionais e Urbanos, No. 30, Ano XX, São Paulo: NERU, 1990, p. 11-27.
- DAVID, Maurício Dias. As Dimensões Básicas de Um Novo Estilo de Desenvolvimento: a superação da pobreza, satisfação das necessidades básicas e qualidade de vida. In: Vários autores. **Economia e Política da Crise Brasileira: o pensamento da equipe/Fernando Henrique**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1995. p. 133-146.
- D'ENTREVES, Maurizio Passerin. Hannah Arendt and the Idea of Citizenship, In: MOUFFE, Chantal (org.) **Dimensions of Radical Democracy: Pluralism, Citizenship, Community**. London: Verso, 1992, p. 145-168.
- DOWBOR, Ladislau. **O Que é Poder Local**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- GAIGER, Luiz Inácio. A praxis coletiva dos sem terra: rumo à unidade ou à heterogeneidade cultural? In: Produção Familiar, Processos e Conflitos Agrários. **Cadernos de Sociologia**. Vol. 6, Porto Alegre: PPGS/UFRGS, 1994.
- KAMRAVA, Mehran. **Understanding Comparative Politics: a framework for analysis**. London: Routledge, 1996.
- LANDI, Oscar. **La Cultura Política de La Postransición**. Contribuciones, No. 71, Chile: FLACSO, 1991.
- LEAL, Ondina F. e FACHEL, Jandyra G. - Antropologia do Corpo e Pesquisa sobre Sexualidade: dados qualitativos e tratamento estatístico, uma proposta metodológica. **Cadernos de Matemática e Estatística**. Série A, n. 42, Porto Alegre: Instituto de Matemática da UFRGS, 1994.
- LEITE, M. de P. Reestruturação Produtiva, Novas Tecnologias e Novas Formas de Gestão da Mão-de-obra, In: OLIVEIRA, C.A. et alii. **O Mundo do Trabalho: crise e mudança no final do século**. São Paulo: Página Aberta, 1994, p. 563-588.
- LUBIN, I. et alii. **Recursos Humanos para o Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: USAID, 1965.

- MACRIDIS, Roy C. **Ideologias Políticas Contemporâneas: movimentos e regimes**. Trad. de Luís Tupy Caldas de Moura e Maria Inês Caldas de Moura. Brasília: UnB, 1982.
- MELLO E SOUZA, N. M. de. Considerações Críticas sobre Administração para o Desenvolvimento. **Revista de Administração para o Desenvolvimento**, Vol. 8, n. 1, Recife: INAD, 1984, p. 7-24.
- MOISES, José Álvaro. A Cultura Política Pós-Autoritária no Brasil. **Revista Lua Nova**, No. 22, São Paulo, dez/1990.
- MORLINO, Leonardo. Problemas y Opciones en la Comparación. In: SARTORI, Giovanni e MORLINO, Leonardo (eds.) **La Comparación em las Ciencias Sociais**. Madrid: Alianza, 1991.
- MOTTA, Paulo R. Administração para o Desenvolvimento, a disciplina em busca da relevância. In: CAIDEN, Gerald E. e CARAVANTES, Geraldo R. **Reconsideração do conceito de desenvolvimento**. Caxias do Sul: EDUCS, 1988, p. 101-115.
- MOUFFE, Chantal (org.). **Dimensions of Radical Democracy: Pluralism, Citizenship, Community..** London: Verso, 1992.
- _____. **The Return of the Political**. London: Verso, 1993.
- NAZZARI, Rosana K. **Socialização Política e Construção da Cidadania no Paraná (1993-1994)**. Dissertação de conclusão de Mestrado em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: UFRGS, 1995.
- NEF, J. e DWIVEDI, O. P. Teoria e Administração do Desenvolvimento: uma cerca em volta de um terreno vazio? In: CAIDEN, Gerald E. e CARAVANTES, Geraldo R. **Reconsideração do conceito de desenvolvimento**. Caxias do Sul: EDUCS, 1988, p. 649-676.
- OPPENHEIM, A. N. - **Questionnaire Design, Interviewing and Attitude Measurement**. London: Printer Publishers, 1992.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDA ALTA. **Desafios para o Desenvolvimento Global de Ronda Alta**. Ronda Alta, 1994.
- PRZEWORSKY, Adam. **Democracia e Mercado no Leste Europeu e na América Latina**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

- _____. **Estado e Economia no Capitalismo**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.
- RAIMONDI, Odemar Paulo. **Os Movimentos Populares e a Administração dos Trabalhadores de Ronda Alta**. Monografia de conclusão do Curso de Graduação em História, Universidade de Ijuí. Ijuí: UNIJUÍ, 1994.
- REAL INSTITUTO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA **Organização Administrativa para o Desenvolvimento Econômico**. Rio: FGV, 1964.
- RIGGS, Fred W. **Administration in Developing Countries - The Theory of Prismatic Society**. Boston: Houghton Mifflin, 1964.
- _____. **W. Administração nos Países em Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: FGV, 1968.
- ROSTOW, W. W. **Etapas do Desenvolvimento Econômico**. Rio: Zahar, 1978.
- SACHS, I. **Espaços, Tempos e Estratégias do Desenvolvimento**. São Paulo: Vértice, 1986.
- SCHMIT, João P. **O Que Pensam os Jovens, Hoje: imaginário dos estudantes dos vales do Rio Pardo e Taquari**. Santa Cruz do Sul, 1996.
- SEMLER, Ricardo. Participação: uma palavra Bombril. In: Vários autores. **Economia e Política da Crise Brasileira: o pensamento da equipe/Fernando Henrique**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1995. p. 35-40.
- SILVA Fº, L Alves da. Administração: fator de desenvolvimento. **Revista de Administração para o Desenvolvimento**, Vol. 7, n. 5, Recife: INAD, 1983, p. 7-16.
- SOLA, Lourdes. Estado, Transformação Econômica e Democratização no Brasil. In: SOLA, Lourdes (org.). **Estado Mercado e Democracia: política e economia comparadas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- SOUTO, Anna L. S. et alii. **Como reconhecer um bom governo?; O papel das administrações municipais na melhoria da qualidade de vida**. no. 21, São Paulo: Publicações Pólis, 1995.
- SWERDLOW, Irving. **Development Administration: concepts and problems**. New York: Syracuse, 1963.

- TOULMIN, H.; CHANDRAM, M. e CHANDRADHAT, S. O Aprimoramento da Administração Pública nos Países em Desenvolvimento. In: LUBIN, I. et alii. **Recursos Humanos para o Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: USAID, 1965, p. 101-108.
- TRAGTENBERG, Maurício. A Teoria Geral da Administração é uma Ideologia? **Revista de Administração de Empresas**, Vol. 11, n. 4, Rio de Janeiro, 1971., p. 7-21.
- TRIPODI, Tony, FELLIN, Phillip, MEYER, Henry. **Análise da Pesquisa Social**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.
- TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas, 1990.
- TUMMALA, Krishna K. Fred W. Riggs and Comparative Administration. In: **Public Administration Review**. vol. 55, no. 6, Nov/dec 1995, p. 581-582.
- VIOLA, Eduardo and MAINWARING, Scott. **Novos Movimentos Sociais, Cultura Política e Democracia: Brasil e Argentina na década de 1980**. no. 61, New York: TELOS, 1984.

ANEXO 1 - QUESTIONÁRIO SOBRE SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA

01. Em primeiro lugar, gostaríamos de saber qual a sua idade?

_____ anos

02. Qual o seu sexo?

1. () masculino

2. () feminino

03. Em que cidade você nasceu?

04. Você é descendente de:

1. () Alemães

2. () Italianos

3. () Portugueses 4. () Negros

5. () Índios

6. () Outros: quais _____

05. E qual a sua cor?

1. () branca

2. () preta

3. () amarela (oriental, japonesa, chinesa, etc.)

4. () parda (mestiço, mulato, etc.)

5. () outra, especifique: _____

06. Qual a idade de seu pai e de sua mãe?

Pai: _____ anos

Mãe: _____ anos

07. Qual a sua religião:

08. Qual o grau de instrução de seu pai e de sua mãe?

	PAI	MÃE
1. Não tem instrução		
2. 1o. grau incompleto		
3. 1o. grau completo		
4. 2o. grau incompleto		
5. 2o. grau completo		
6. Universitário incompleto		
7. Universitário completo		

VAMOS FALAR UM POUCO SOBRE A SUA ESCOLA

09. Na sua opinião, quais são os principais problemas que as escolas como a sua enfrentam hoje em dia?

10. Você acha que os alunos deveriam ter influência nas decisões da escola?

1. () muita 2. () um pouco 3. () nenhuma

11. Você costuma discutir os problemas de sua escola com seus colegas?

1. () sim 2. () não

3. () às vezes

4. () depende. De que? _____

12. Quando você não gosta de alguma coisa na sua escola, o que você faz?

1. () reclama à direção 4. () procura um professor

2. () procura o serviço de orientação educacional (soe)

3. () procura o grêmio do colégio 5. () não faz nada

13. Você pertence a alguma organização estudantil?

1. () sim. Qual? _____

2. () não. Por que? _____

14. Você acha que é importante que um estudante participe de alguma organização estudantil?

1. () sim. Por que? _____

2. () não _____

15. Você gostaria de ocupar algum cargo de liderança estudantil?

1. () sim. Que tipo de cargo? _____

2. () não

16. Na sua opinião o que é uma organização estudantil?

17. Você acha que foi importante o movimento dos caras pintadas?

1. sim. Por que? _____
2. não _____

FALEMOS AGORA UM POUCO SOBRE SUA FAMÍLIA

18. Quem decide sobre as coisas mais importantes na sua família?

19. Quando sua família toma alguma decisão que não lhe agrada, o que você faz?

1. sente-se à vontade para reclamar. Por que? _____
2. sente que é melhor não reclamar _____

ABAIXO ESTÃO ALGUMAS AFIRMAÇÕES. VOCÊ SABERIA NOS DIZER QUAL A OPINIÃO DE SEUS PAIS, A DA MAIORIA DOS SEUS PROFESSORES E NOS DAR A SUA PRÓPRIA OPINIÃO A RESPEITO.

20. "A gente não pode confiar em ninguém":

	(1) concordam muito	(2) concordam pouco	(3) discordam pouco	(4) discordam muito
A. Seus pais				
B. Seus professores em geral				

21. "Todos os dias nós encontramos avisos e placas em lugares públicos dizendo, por exemplo, "é proibido fumar", "é proibido estacionar", "é proibido colar cartazes", etc. Diante dessas regras estabelecidas, qual é a atitude de seus pais, de seus professores e a sua:

	(1) obedecem sempre	(2) quase sempre	(3) obedecem às vezes	(4) não obedecem
A. Seus pais				
B. Seus professores em geral				
C. Sua opinião				

FALANDO UM POUCO SOBRE POLÍTICA

22. Você se interessa por política?

1. sim. Por que? _____
2. não _____

23. Você costuma falar de política (por exemplo, sobre as eleições) em casa, com pessoas da família, na escola, com vizinhos, etc.?

	(1) sempre	(2) às vezes	(3) raramente	(4) nunca
A. Pessoas da família				
Colegas da escola				
C. Amigos				
D. Vizinhos				
E. Outras pessoas (na rua, etc.)				

24. Você lê jornais para se informar sobre assuntos políticos?

1. sim. Por que? _____

2. não _____

25. Quando você lê jornal, o que mais prefere?

Coloque em ordem numérica começando pelo que gosta mais

1. notícias em geral

2. editoriais

3. seção de economia

4. seção de política

5. seção de esportes

6. seção policial

7. coluna social

8. outro. Qual? _____

26. E quanto à televisão, que tipo de programas que falam sobre política você gosta de assistir pela TV? (mencione dois ou três, começando pelo que você mais gosta).

**FALANDO AGORA SOBRE OUTRO ASSUNTO
COMO VOCÊ SABE, ATUALMENTE SE FALA MUITO SOBRE PARTIDOS
POLÍTICOS, GOSTARÍAMOS DE SABER:**

27. Na sua opinião o que é um partido político?

28. Qual partido político, dos listados abaixo, seus pais preferem? (responda apenas um)

PAI

MÃE

PDS

PDS

PPR

PPR

PFL

PFL

PTB

PTB

PL

PL

PMDB

PMDB

PSDB

PSDB

PDT

PDT

PT

PT

PSB

PSB

PCB

PCB

PPS

PPS

PC do B

PC do B

Outro: _____

Outro: _____

Nenhum

Nenhum

Não sabe

Não sabe

29. Qual dos partidos acima você prefere?

Partido _____ Por que? _____

() Outro. Qual? _____

() Nenhum () Não sabe

30. Qual dos partidos acima você menos gosta?

Partido _____ Por que? _____

() Outro. Qual? _____

() Nenhum () Não sabe

31. Dentre os partidos citados na questão 28, qual o que você acha que melhor defende os seus interesses e idéias?

Partido _____ Por que? _____

() Outro. Qual? _____

() Nenhum () Não sabe

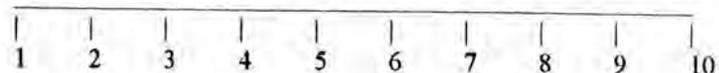
32. Principalmente em época de eleição, as pessoas costumam dizer que têm opiniões de direita, de esquerda ou de centro. O que é que você entende por direita e por esquerda em política?

Direita _____

Esquerda _____

33. Vamos supor que na reta abaixo o número 1 corresponda à esquerda, o número 5 ao centro e o número 10 à direita. Como você vê uma pessoa que fosse muito de esquerda estaria no número 1 e uma muito de direita no número 10. Faça um círculo em volta do número onde você se colocaria?

Esquerda Centro Direita



34. Em época de eleições você participa em algumas das atividades listadas abaixo?

	(1) SIM	(2) NÃO
A. Compareceu a algum comício?		
B. Assistiu a algum dos debates entre os candidatos na tv?		
C. Colaborou com algum candidato ou partido, por exemplo, colocando cartazes, distribuindo propaganda?		
D. Colou cartazes em sua casa ou em sua escola?		
E. Compareceu a algum debate por exemplo, no seu bairro, em um centro comunitário, ou em outro local?		
F. Ouviu ou assistiu alguma vez à propaganda dos candidatos e partidos no horário político pelo rádio ou tv?		

35. O que você acha a respeito das seguintes afirmações sobre assuntos políticos?

	(1) concorda	(2) discorda
A. Todos os políticos são corruptos?		
B. Os assuntos da política são muito complicados para mim e por isso eles não me interessam		
C. Não gosto de discussões ou de assuntos políticos porque ninguém se entende e prefiro não me incomodar		
D. Os políticos prometem muitas coisas mas geralmente não as cumprem		
E. Quando alguém no governo resolve sobre alguma coisa procura levar em conta o que o povo quer e precisa		
F. Pessoas como as de minha família não têm nenhuma influência nas ações do governo		

36. Caso alguém na escola o convidasse para participar de alguma atividade de cunho político, como um comício ou protesto, você participaria?

1. sim. Por que? _____

2. não _____

FALANDO AINDA SOBRE POLÍTICA

37. Em algumas famílias o pai e a mãe costumam votar nos mesmos candidatos. Como é na sua família?

1. Pai e mãe costumam votar no mesmo candidato

2. Pai e mãe costumam votar em candidatos diferentes

38. E quanto ao Brasil, na sua opinião, quais são os principais problemas que o país enfrenta hoje em dia?

39. Estes problemas afetam sua família?

1. sim, muito Por que? _____

2. sim, pouco _____

3. não afetam

40. Gostaríamos de saber se você acredita:

	(1)sim	(2) mais ou menos	(3) depende	(4) não
A. Na democracia				
B. Nos políticos				
C. Nos partidos				
D. Nas pessoas				
E. Nos militares				

41. Quanta influência você acha que as pessoas deveriam ter nas decisões do governo:

1. muita 2. alguma 3. nenhuma

42. De maneira geral, você acha que o governo está resolvendo os problemas de:

	(1) sim, muito bem	(2) mais ou menos	(3) não
A. Atendimento médico (INSS)			
B. Custo de vida			
C. Moradia (casa própria)			
D. Baixos salários			
E. Desemprego			
F. Inflação			
G. Corrupção			

43. No plebiscito de 21 de abril passado, como você se posicionou? (mesmo que não tenha votado).

1. () pelo presidencialismo Por que? _____
2. () pelo parlamentarismo _____
3. () pela monarquia _____

**ANTES DE ENCERRAR ESTA ENTREVISTA GOSTARÍAMOS QUE
VOCÊ NOS DESSE A SUA OPINIÃO A RESPEITO DE ALGUMAS
QUESTÕES, COMO POR EXEMPLO:**

44. Quando as pessoas dizem a palavra democracia, o que lhe vem à cabeça?

45. Quando as pessoas dizem a palavra autoritarismo, o que lhe vem à cabeça?

46. Quando as pessoas dizem a palavra cidadão, o que lhe vem à cabeça?

47. O que significa para você ser cidadão brasileiro?

47. Na sua opinião, o que torna uma pessoa cidadão brasileiro?

49. Você sente orgulho de ser brasileiro?

1. () sim. Por que? _____
2. () não _____

50. Indique quais as principais responsabilidades de um cidadão brasileiro?

1. _____
2. _____
3. _____

51. Você acha que bancos de praça, orelhões, placas de trânsito, livros de bibliotecas públicas, são:

- | | |
|-------------------|----------------------|
| 1. () seus | 2. () da comunidade |
| 3. () do governo | 4. () não têm dono |

52. Se você está passando pela rua e vê alguém estragando um orelhão, o que você faz?

1. () pede para a pessoa parar de estragar
2. () chama alguém da polícia
3. () deixa porque não adianta reclamar

53. A quem seus pais reclamam quando se sentem prejudicados por algum motivo? (compraram mercadoria estragada, receberam o troco errado, acharam caro o preço de algum produto, etc.)?

54. Algumas pessoas dizem que não adianta reclamar porque as instituições não funcionam. Qual a sua opinião?

1. () as instituições não funcionam
2. () deve-se reclamar sempre
3. () não sabe

55. Algumas pessoas dizem que hoje em dia ninguém se importa com ninguém, qual a sua opinião?

1. () ninguém se preocupa com os outros
2. () as pessoas se preocupam com os outros

56. Quando alguém lhe dá um troco errado o que você faz?

1. () reclama Para quem reclama? _____
2. () reclama e exige o troco
3. () não reclama. Por que? _____

57. Algumas pessoas acham que a desonestidade acontece só no governo. Outras acham que elas existem tanto no governo como na sociedade brasileira. Qual a sua opinião?

1. () acha que existe só no governo
2. () acha que existe só na sociedade
3. () acha que existe tanto no governo como na sociedade

4. acha que a desonestidade não existe
58. O que você acha que um cidadão brasileiro pode fazer para diminuir a corrupção no governo?

59. Na sua opinião, quais as categorias listadas abaixo, significam democracia? Marque as duas que você considera mais importantes.

- | | |
|--|---|
| 1. <input type="checkbox"/> o voto | 2. <input type="checkbox"/> poder criticar |
| 3. <input type="checkbox"/> o governo de maioria | 4. <input type="checkbox"/> o respeito dos direitos |
| 5. <input type="checkbox"/> no ter pobreza | 6. <input type="checkbox"/> a competição entre partidos |
| 7. <input type="checkbox"/> a igualdade | 8. <input type="checkbox"/> a paz |

FINALMENTE, GOSTARÍAMOS DE SABER ALGUMAS COISAS A SEU RESPEITO:

60. Costuma-se dizer que os homens na sociedade estão divididos em classes sociais. Em qual das classes da sociedade você acha que está a sua família?

- | | |
|---|--|
| 1. <input type="checkbox"/> classe alta | 2. <input type="checkbox"/> classe média alta |
| 3. <input type="checkbox"/> classe média média | 4. <input type="checkbox"/> classe média baixa |
| 5. <input type="checkbox"/> classe trabalhadora | 6. <input type="checkbox"/> classe operária |
| 7. <input type="checkbox"/> classe pobre | |

61. Qual a profissão do seu pai e da sua mãe ?

PAI: _____

MÃE: _____

62. Quem é o principal responsável pelo sustento de sua família?

- | | |
|-----------------------------------|---|
| 1. <input type="checkbox"/> o pai | 2. <input type="checkbox"/> a mãe |
| 3. <input type="checkbox"/> ambos | 4. <input type="checkbox"/> outra pessoa. Quem? _____ |

63. Quantos filhos têm sua família incluindo você?

_____ filhos

64. Qual a profissão que você gostaria de abraçar?

65. Qual a renda (salário) total de sua família?

R\$ _____

66. Você é a favor ou contra o separatismo?

1. a favor Por que? _____

2. contra _____

ANEXO 2 - IMAGENS DE RONDA ALTA

Prédio da sede
administrativa da
Prefeitura
Municipal de
Ronda Alta



Vista parcial da
cidade (Prefeitura
à esquerda)

campamento dos
sem-Terra na
rua
gião (dez/95)

